

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**O DOMÍNIO HOLANDÊS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE: UM
DISCURSO DE CÂMARA CASCUDO**

JAILDA FEITOSA DA SILVA

NATAL/2005

JAILDA FEITOSA DA SILVA

**O DOMÍNIO HOLANDÊS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE: UM
DISCURSO DE CÂMARA CASCUDO**

Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, do curso de História
da Universidade Federal do Rio Grande do
Norte, sob a orientação do Professor dr.
Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

Aprovada em _____ de dezembro de 2005

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior
(UFRN)

Profª Drª Flávia de Sá Pedreira
(UFRN)

Prof. Dr. Almir de Carvalho Bueno
(UFRN)

Natal/2005

JAILDA FEITOSA DA SILVA

**O DOMÍNIO HOLANDÊS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE: UM
DISCURSO DE CÂMARA CASCUDO**

Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, do curso de História
da Universidade Federal do Rio Grande do
Norte, sob a orientação do Professor dr.
Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

Natal/2005

À memória do meu pai.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar pela minha capacidade de pensar e produzir.

Agradeço aos meus familiares (esposo e filha) pela paciência que me dedicaram; (tia e prima) pelo carinho que tiveram com minha filha nas muitas vezes que a deixei sob seus cuidados para poder fazer pesquisa e escrever.

As amigas Cláudia, Úrsula e Nazaré pela paciência em ouvir as minhas dúvidas e pelas muitas dicas que me ajudaram a refletir melhor.

A professora Aurinete Girão por sua valiosa contribuição na parte técnica deste trabalho.

De um modo geral a todos aqueles que me ajudaram, de um modo ou de outro, para a realização deste trabalho.

A magoa do historiador é nunca poder alcançar o inatingível”.

(a história conceitual-Paul Veyne)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1 O DISCURSO HISTORIOGRAFICO BRASILEIRO E A POLÍTICA CULTURAL DOS ANOS 30 E 40 DO SÉCULO XX.	
1.1 O domínio holandês e a produção historiográfica.....	13
1.2- Contextualização da Política Cultural do Estado Novo.....	25
2 MUDANÇAS E EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS HISTÓRICOS NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 20, 30 e 40	
1.1 Condições históricas de possibilidades do discurso de Câmara Cascudo sobre o domínio holandês no Rio Grande do Norte.....	40
2.2- “ <i>Scribitur ad narrandum non ad probandum, escreve-se para narrar e não para provar, ensinou Quintiliano...</i> ”	67
3 A HISTORICIDADE DO FALANTE: COMO LUIS DA CÂMARA CASCU DO CONSTRUIU O DISCURSO SOBRE O DOMÍNIO HOLANDÊS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE.....	79
CONCLUSÃO.....	113
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	117

INTRODUÇÃO

A historiografia brasileira traz à luz de curiosos, estudiosos e interessados a história da dominação holandesa no Norte do Brasil. Ora de aspecto crítico, ora meramente descritivo, a história da dominação holandesa está, constantemente, sendo analisada por historiadores e estudiosos, no campo da história, que buscam a compreensão de fatos ligados a esse período.

Até as últimas décadas do século XIX as crônicas luso-brasileiras, escritas entre os anos 40 e 60 do século XVII, dominaram todo o conhecimento relativo ao período da dominação holandesa. Até ali se desconhecia que houvesse textos manuscritos, éditos locais neerlandeses, que também versaram o período da dominação. Dessas crônicas, particularmente, o Castrioto Lusitano, de Frei Rafael de Jesus, e a Nova Lusitânia, de Francisco de Brito Freire, adquiriram não apenas prestígio, mas a designação de “histórias completas”. Além das crônicas muitos outros documentos foram revelados a partir do século XIX através das muitas traduções que se fizeram e da publicação dessas pelos Institutos Históricos. A partir da segunda metade do século XIX até meados do século XX surgiram importantes produções historiográficas sobre o assunto. Mas é, sobretudo a produção que surgiu a partir dos anos 40 do século XX sobre a qual recai nossa maior atenção, pois nesse período se levantava no Brasil os ideais da nacionalidade e a busca pela identidade brasileira a partir de um resgate do passado.

A importância da apresentação dessas fontes que versaram sobre o período da dominação holandesa não é outra senão a de mostrar que, na proporção em que foram produzidas, contribuíram para manter viva a memória dessa dominação. Independentemente da definição de memória ora como a capacidade de reter as idéias, as lembranças, os vestígios adquiridos anteriormente, ora, parafraseando Jacques Le Goff, que define memória como “propriedades de conservar certas informações”,¹ foram essas fontes grandes responsáveis pela difusão e/ ou reprodução da memória do domínio holandês. Sendo assim, é possível buscar uma compreensão para o que foi produzido sobre os holandeses a partir de meados do século XVII e, principalmente, nos séculos XIX e XX. Ou seja, que discursos se produziram a partir dessa memória e em que se fundamentaram. O discurso que vamos analisar aqui é sobre a dominação holandesa na capitania do Rio Grande. Analisar que circunstâncias determinaram

¹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1999. p. 423.

a produção desse discurso. Analisar o que levou um autor, Luis da Câmara Cascudo, a produzi-lo.

O particular interesse por Câmara Cascudo provém do fato dele ainda conservar um tipo de produção baseado num conhecimento erudito, num momento em que surgia a figura de um outro tipo de produtor de conhecimentos, o intelectual. Vale ressaltar que para esboçar uma análise do seu discurso buscamos apoio nos conceitos de erudição e intelectualidade, aptos, do ponto de vista da historiografia, a criar novos ângulos e propiciar que a luz se projete eficazmente sobre o objeto investigado. A idéia de trabalharmos com esses conceitos foi percebida quando da possibilidade de que estes oferecem condições de efetuar a diferença entre essas duas figuras produtoras de conhecimentos, assim como o período em que cada uma se manifesta, de modo a ter maior mobilidade em trabalhar nosso objeto, qual seja, uma análise ^{de} ~~no~~ discurso de Câmara Cascudo.

A intenção de fazermos uma análise sobre o tema escolhido – *O domínio holandês na capitania do Rio Grande: um discurso de Câmara Cascudo* - deveu-se ao enfoque que a historiografia, não apenas a norte riograndense, mas também a brasileira, vem dando a Câmara Cascudo. Não só a sua vasta bibliografia, mas ao próprio Câmara Cascudo, enquanto erudito, mas também por ele ser reconhecido como membro da historiografia clássica norte riograndense. Dentro dessa bibliografia escolhemos o tema do domínio holandês dada a importância que o próprio Câmara Cascudo dedicou a esse.

Por outro lado o particular interesse pelo tema os holandeses na capitania do Rio Grande se deu pelo fato deste ter se destacado entre os acontecimentos que marcaram a história do país, por ter envolvido dois aspectos de muita relevância, quais sejam, a disputa de um território e o envolvimento de diferentes etnias, num período – primeira metade do século XVII – em que se ‘descobria’ o Brasil. Esses elementos serão retomados trezentos anos depois – primeira metade do século XX - no momento de ‘redescobrimto do Brasil’ e de afirmação de uma identidade nacional. O discurso de Câmara Cascudo sobre a dominação holandesa foi divulgado nesse período. Analisamos, portanto, como se deu essa divulgação tomando como um dos critérios desta análise, se houve crítica, ou não, dos documentos usados por Câmara Cascudo para produzir o seu discurso.

Maria?

conceitos de
12

se não houve
de documentos

O envolvimento de Câmara Cascudo com a política e, principalmente, com o jornalismo foi de muita importância para a sua vasta produção cultural. O principal objetivo dessa pesquisa foi tentar situá-lo em relação ao contexto vivido, incluindo aqui a conjuntura em que ele viveu e produziu, ou seja, as transformações da sociedade das décadas de 20, 30 e 40 do século XX, analisando aspectos que estão na base da sua produção cultural, principalmente, aqueles que possibilitou o seu discurso sobre os holandeses. Nascido de família burguesa tradicional do ^{nordeste} norte do Brasil, no final do século XIX, 1898, Câmara Cascudo podê ser classificado como um escritor especializado e atento, assim como um historiador, partindo da definição de que o historiador é um escritor, pois deve ter domínio da língua e estilo próprio, e também um erudito porque constrói sua narrativa ordenando os fatos do passado no tempo. A sua condição de erudito será um dos muitos aspectos aqui discutido, pois consideramos essencial para entendermos o seu método discursivo.

Um detalhe para o qual devemos chamar à atenção é para as fontes usadas por Câmara Cascudo para construir o discurso sobre os holandeses. Não podemos dizer que o seu discurso é apenas uma reprodução do que já havia documentado sobre o assunto, como nas crônicas seiscentistas, em Varnhagem ou mesmo nos documentos produzidos pelos próprios holandeses, por exemplo, porque Câmara Cascudo apreende a história como uma narrativa pronta, a qual acrescenta aquilo que ele deduz ter descoberto com a sua pesquisa, ou ainda, acrescentando a essa narrativa os fatos que ele acredita serem verdadeiros e retirando aqueles que acredita inverídico. A história para ele parecia ser feita aos pedaços, ou seja, por várias pessoas, cada uma descobrindo um fato novo e acrescentando à narrativa verdadeira. Há ainda em torno do seu discurso, as delimitações da conjuntura histórica da sociedade em que ele estava inserido quando da produção discursiva sobre o domínio holandês.

A partir dessa perspectiva podemos dividir nosso trabalho em três grandes momentos que compreendem três capítulos, de modo a precisar todos os aspectos que contribuíram para a validação deste discurso. No primeiro momento, faremos um sucinto levantamento do discurso historiográfico brasileiro acerca do domínio holandês, e para isso, é necessário retomar etapas marcantes do século XIX, considerando que este comporta acontecimentos, do ponto de vista da historiografia, de grande relevância para esta análise. A primeira grande etapa foi a formação, a partir da independência do Brasil, em 1822, do Estado

Nacional Brasileiro, o que implicou na tarefa de produzir uma História Nacional alicerçada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, responsável pela gestação e coordenação das tentativas de se escrever uma História Geral do Brasil. Essa etapa é de uma importância crucial para esse trabalho. Primeiro porque Câmara Cascudo não só cita a obra *História Geral do Brasil*, de Varnhagem, um dos inspiradores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como todo o seu discurso é centrado nos ideais historiográficos ditados por este Instituto. O seu discurso é próximo ao de Varnhagem, mesmo tendo sido produzido um século depois. 9 +

A segunda etapa esteve ligada à proclamação da República, 1889, permitindo, do ponto de vista da historiografia, a tentativa de articulação das unidades da federação para uma busca das especificidades históricas regionais a partir da criação dos Institutos Históricos em cada Estado. Estas etapas fundaram as bases para estruturar, também do ponto de vista da historiografia, o questionamento que se levantou na linha da interpretação da história do Brasil na década de 30. Daí a importância do Estado investir na produção de uma elite intelectual capaz de divulgar a nova História do Brasil numa dimensão homogeneizadora da consciência nacional, segundo Ângela de Castro Gomes². A política cultural do Estado Novo, precisamente na década de 40, torna-se a política de recuperação do passado brasileiro, a partir de uma produção elaborada por intelectuais responsáveis pela divulgação dessa nova história do Brasil. Nesse sentido, ainda no primeiro momento, faremos um breve histórico da conjuntura sócio-político-cultural do Brasil nas primeiras décadas do século XX. ~~Embora~~ este estudo compreenda, principalmente, as décadas de 30 e 40. Décadas apontadas como de uma importância crucial - sobretudo a década de 30 - por terem marcado o momento de renovação da historiografia positivista que delineou o perfil historiográfico do século XIX e início do século XX. 99

Importa ainda investigar quando, como e por meio de que agentes as idéias do nacionalismo ligadas à produção de um passado comum ganhará sustentação no Brasil. E ainda em que momento há uma busca maior, através do aparelho do Estado, da inserção de letrados no âmbito político, como meio de propagar ideais culturais. E até que ponto Câmara Cascudo é um propagador desses ideais. Pressupondo que desde o século XIX houvera uma aproximação entre a política e os letrados, no sentido de que estes se caracterizavam pela

² GOMES Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 22

até o início dos anos 20

busca da intervenção social e de uma busca pela mudança no campo político, social e mesmo cultural. Ou seja, eles reivindicavam serem partícipes da elite do Estado, no qual havia descontentamento com o sistema político. Nesse momento de renovação historiográfica, nessa década de 30, os letrados se assumem como um novo grupo de pressão capaz de criar novos espaços institucionais para atuar. É nesse momento que verificamos o aparecimento de uma nova figura produtora de conhecimentos, o intelectual, que substituirá o erudito.

O fim da oligarquia com a Revolução de 30 e o novo sistema político que se inicia marca uma intensa participação dos intelectuais no aparato do Estado. Segundo Ângela de Castro Gomes, num momento “em que o regime (o Estado Novo) reconhecia a liberdade do intelectual, amparava-o, política e institucionalmente e solicitava a sua cooperação na administração pública [...] deveriam ser chamados à com eles (os governantes) cooperar com sugestões e realizações”.³ Com o objetivo de construir uma outra ‘atitude mental’ os intelectuais são chamados a exercer uma função específica e a tomar uma posição, são chamados a exercer a função de intérpretes da brasilidade. Os canais de comunicação como a revista *Cultura Política*, e o suplemento literário *Autores e Livros*, ambos divulgados em 1941, atuaram com vigor no sentido de construir uma hierarquia de intelectuais e lugares de sociabilidade, para o que muito colaboraram a Revista Brasileira e a Academia Brasileira de Letras, “cujo objetivo precípua será afirmar ‘profissionalmente’ o intelectual...”⁴, afirma Castro.

uso de...
 O segundo momento do ~~nosso~~ trabalho nos permite analisar como se originou e em que se fundamentou o discurso de Câmara Cascudo sobre os holandeses no Rio Grande, e localizar o lugar que Câmara Cascudo, enquanto erudito, ocupa nessa reescrita da História do Brasil, ao produzir o seu discurso. É importante analisarmos, também, as transformações na conjuntura das décadas de 20 e 30, sobretudo, no campo cultural, e de que modo os novos elementos dessas transformações contribuíram para a nova arte brasileira que se quer estabelecer e de um modo geral para a nova identidade do Brasil, para uma ‘brasilidade’.

1 Analisar de que modo essas transformações caracterizaram a produção do discurso de Câmara Cascudo. A importância da década de 20 surge no momento em que iremos analisar a participação de Câmara Cascudo nos movimentos modernista e regionalista que tiveram

³ GOMES Ângela de Castro. *História e historiadores*. p. 138.

⁴ *Ibid.* p. 48.

espaço nesse período e de que modo as mudanças que ocorreram no âmbito cultural, no contexto do Brasil, do nordeste ou mesmo do Rio Grande do Norte, influenciaram a sua produção cultural que se iniciava, também nesse período, e como tudo isso contribuiu para a produção do seu discurso sobre o domínio holandês.

Assim, é necessário situarmos a sua produção no tempo e no espaço, qual seja, a década de 40, período em que as idéias eram divulgadas por canais de comunicação como os jornais. A atividade jornalística foi de crucial importância nesse período, para o ingresso no mercado de trabalho cultural, para uma profissionalização, expansão de contatos, um passaporte para mundos políticos e sociais. Segundo Ângela de Castro, “o jornal é um emprego e uma tribuna: o início da carreira e palco de consagração e veiculação sistemática de produção intelectual e de produção historiográfica”.⁵ Em Câmara Cascudo podemos analisar a importância dessa atividade, pois começou escrevendo para os jornais. A sua obra *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*, referência primordial do objeto analisado, ele a publicou na íntegra no jornal, *A República*, antes que o livro fosse lançado. Importa, ainda, analisar o lugar de Câmara Cascudo nessa atividade jornalística enquanto veiculadora de produção historiográfica.

Nesse segundo momento ainda devemos analisar o fim da oligarquia e ascensão de um novo sistema político apontando, nessa transição política, as substituições ou as conservações de valores sociais e culturais como a afirmação de uma oligarquia rural em decréscimo e uma urbana em ascensão, e também a participação de ‘mecenas’ no campo da produção cultural e a distribuição de postos e prebendas para os cargos públicos em conformidade com o envolvimento com a elite política e com o cabedal cultural acumulado, o que significa dizer que, quanto mais próximo da elite política e cultural mais facilidade em ascender aos principais cargos públicos, assim como à carreira cultural, tomando como referência a família de Câmara Cascudo.

Não basta analisarmos de que modo esses valores acima referidos influenciaram o discurso de Câmara Cascudo. Para uma análise mais completa devemos partir para uma busca na introdução, prefácio ou apresentação de suas obras, palavras ou idéias que revelem como escreveu cada uma das obras que faremos referência, caminhando assim para uma possível interpretação discursiva. Nessa interpretação caberá tanto uma análise das condições sociais

⁵ GOMES Ângela de Castro. *História e historiadores*. p. 45.

que possibilitou o seu discurso assim como o modo como o produziu. Acreditamos que as condições sociais são grandes responsáveis por um determinado discurso, porque um discurso não é apenas um modo de dizer alguma coisa, mas é de certa forma uma resposta a uma determinada sociedade e a uma determinada época.

No último momento nosso objetivo é identificar todos os aspectos do discurso de Câmara Cascudo sobre os holandeses. Para tanto vamos analisar todas as suas obras que tratam do assunto em questão com o objetivo de detectar como ele proferiu o seu discurso. De modo sintético, o objetivo deste trabalho é a possibilidade de levar mais a fundo a interrogação que se faz sobre o modo de produção do discurso de Câmara Cascudo. Assim, partiremos de uma reflexão sobre o discurso historiográfico dos anos 30 e 40, construído em relação as possibilidades históricas que se lhe apresentaram. É assim que queremos buscar a compreensão da realidade em que se produziu o discurso sobre os holandeses no Rio Grande. O nosso objetivo não é denegrir a imagem de Câmara Cascudo nem transformá-lo numa figura errônea. O que fizemos foi expor, a efeitos críticos, aspectos significativos do seu discurso.

Por se tratar de um estudo analítico este trabalho tem como base as obras do próprio Câmara Cascudo que tratam do tema. No entanto, como procuramos discutir as matrizes teóricas da formação cultural de Câmara Cascudo, contextualizando-as com as mudanças históricas, no Brasil, nas décadas de 20, 30 e 40, e a produção do discurso sobre os holandeses, este trabalho vai privilegiar uma bibliografia sobre o mesmo como depoimentos, memórias, biografias, e ainda outras fontes como os jornais *A República* e o *Diário de Natal*, especificamente, trechos concernentes a este trabalho. Não faremos análise de outros autores, porém, algumas considerações serão necessárias para fazermos analogias a este objeto de estudo. Faremos ainda leituras de temas afins, necessários à fundamentação deste discurso.

Uma última consideração refere-se à dominação holandesa. Usaremos o termo dominação holandesa por ser o usado por Câmara Cascudo, e não ocupação ou invasão, preferidos por outros autores.

?? Se vai estudar a importância da função
pela obra dele que ??

Miguel Porto.
e no bibliografia

1 O DISCURSO HISTORIOGRAFICO BRASILEIRO E A POLÍTICA CULTURAL DOS ANOS 30 E 40 DO SÉCULO XX.

1.1 O domínio holandês e a produção historiográfica.

O domínio holandês, 1630-1654, no norte do Brasil, foi um acontecimento que marcou um espaço - o norte do Brasil - e um tempo – primeiras décadas do século XVII – ao mesmo tempo em que envolveu dois aspectos de muita relevância, quais sejam, a disputa de um território - na sua dimensão sócio, econômico, político e cultural - e o envolvimento de diferentes etnias, num período em que se “descobria” o Brasil. Esses elementos serão retomados nas primeiras décadas do século XX, trezentos anos depois, num momento de “redescobrimto” do Brasil e de afirmação de uma identidade nacional, de reescrita da História do país e de rememoração dos trezentos anos das lutas de restituição do território brasileiro à Coroa portuguesa. O domínio holandês se define, neste momento, por apresentar elementos definidores do caráter nacional do país, como a mistura de etnias e a disputa pelo território brasileiro recém ‘redescoberto’. Portugueses, franceses, holandeses, africanos, ‘brasilianos’⁶, todos lutavam para demarcar territórios. Nas palavras de Gilberto Freire, “as marcas que a ocupação holandesa do norte deixou no Brasil são das que dificilmente desaparecem não só do corpo como da consciência - e do inconsciente - de um povo”.⁷

O conhecimento do domínio holandês até a última década do século XIX ficou restrito as crônicas seiscentistas. Estas eram reputadas obras definitivas. Nas palavras de Evaldo Cabral de Melo “tinham-se e eram tidas na conta de ‘história’, isto é, obras perfeitas e acabadas, e os seus autores, na de historiadores da guerra”.⁸ Aos outros autores do setecentos e do oitocentos, nada havendo que “acrescentar”, as utilizaram apenas na investigação dos temas que lhes interessavam, como, por exemplo, a história eclesiástica ou genealógica, desprezando o resto, talvez por considerar que os outros autores já tivessem esgotado o assunto. Outros, ainda, fizeram meras repetições. Até que em 1886, José Higino, em missão aos Países Baixos, com o objetivo de trazer muito dos documentos manuscritos neerlandeses,

⁶ ‘brasilianos’, eram os tupis, na designação de MELO, José Antônio Gonsalves de. *O tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 3. ed., aum. Recife: Editora Massanga, 1987. Segundo ele, “Durante todo o período da dominação holandesa uma das preocupações mais constantes [...] foi a de atrair e conservar a amizade dos brasilianos - assim chamados os tupis - e dos tapuias”. p. 200.

⁷ FREIRE, Gilberto. Prefácio. In: *Ibid.* p. 14.

⁸ MELO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 18.

éditos, que também versaram o domínio holandês, e a divulgação desses pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e pelo Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, permitiu a ampliação do conhecimento sobre os holandeses. Não obstante as fontes neerlandesas serem descobertas apenas nas últimas décadas do século XIX, o conhecimento dessas ficará restrito a poucos, pelo menos no início, dada a barreira lingüística. Apenas a História dos Feitos, de Gaspar Barléus, 1647, e a História Natural do Brasil, de Piso e Markgraf, ambas em latim, ficaram acessível a todos os eruditos locais.

É importante fazermos uma breve referência ao que foi produzido sobre o domínio holandês nesses três séculos, ou seja, da primeira metade do século XVII até a primeira metade do século XX, para que possamos acompanhar, do ponto de vista da historiografia, a memória histórica do domínio holandês. Como referimos anteriormente, até a última década do século XIX as crônicas produzidas durante o domínio holandês e, principalmente, durante as guerras de restauração, foram consideradas obras ‘completas’. Mas há mais. Se ao longo do setecentos e do oitocentos não houve produção literária ou mesmo obras históricas que tratasse do tema com a mesma ênfase com que fora tratado nos anos seiscentos, a partir dos anos 50 do século XIX até meados do século XX surgem importantes contribuições que abordam não apenas o tema do domínio holandês, mas sintetizam esse acontecimento como importante elemento para se compreender a questão nacional, cujo alvorecer se dá ainda na primeira metade do século XIX. Nesse período se levanta um questionamento de como se deve escrever a história do Brasil e o tema do domínio holandês constitui um rico acontecimento do passado que contribuirá para o resgate dos elementos que darão sustentação à nova identidade que está se buscando para o Brasil. Voltaremos a esse tema.

Como podemos perceber pela leitura a partir de Evaldo Cabral de Melo, de modo geral a produção histórica sobre o período até o século XIX foi insignificante. Se por um lado os autores do oitocentos demonstraram pouco interesse pelo domínio, talvez inibidos pelo prestígio das crônicas seiscentistas, ou por desdenharem as fontes manuscritas, por outro lado houvera um empobrecimento da tradição oral, talvez porque já não mais viviam aqueles que haviam feito ou assistido aos acontecimentos, embora alguns autores, como Jaboaão e Dom Domingos do Loreto Couto, confessem terem escrito suas narrativas baseadas no que recolheram da tradição oral e depoimentos de pessoas idôneas. Mesmo empobrecida, a tradição oral se manteve em alguns grupos sociais como a ‘nobreza da terra’, que tinha

pretensões nobiliárquicas, e nas ordens religiosas que objetivavam a validação, junto às autoridades régias, de seus serviços materiais e espirituais. Ainda assim a produção literária teve fôlego curto.⁹

Em 1862 é criado o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano - IAGP cujas primeiras iniciativas eram a preocupação de se criar uma versão dos acontecimentos ‘cruciais’ da região pernambucana livre de critérios imperiais que eram defendidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, ou então, corrigir as deformações que foram ditadas pela *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagem, 1854, que surgira como uma das primeiras contribuições modernas sobre a história do Brasil. Essa contribuição que surgiu a partir dos pressupostos do IHGB, criado em 1838, seria responsável pela gestação e coordenação das tentativas de se escrever a História do Brasil, resgatando acontecimentos e fatos do passado como o domínio holandês, por exemplo. Segundo Ângela de Castro Gomes, num processo simultâneo de construção dessa história e de afirmação do papel do Estado como criador e mantenedor de nossa nacionalidade¹⁰. Se a obra de Varnhagem surgiu a partir dos pressupostos do Instituto, muito antes, em 1810, Robert Southey, com sua *História do Brasil*, fora o grande inspirador, nessas primeiras décadas do século XIX, no momento em que se propunha a escrever a História do Brasil.

Mas foi a história de Varnhagem, concebida como a História completa do Brasil, que tinha, segundo Evaldo Cabral,

“uma concepção imperial e unitária encarnada desde 1838 pelo IHGB. Os historiadores provinciais deviam-se ater aos seus respectivos campos de investigação; aos historiadores da Corte caberia a concatenação dessas histórias setoriais, sendo assim os únicos autorizados a enunciar a história do Brasil e, sobretudo, a desvendar-lhe o sentido e os rumos.”¹¹

Foi o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e mais o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, responsáveis pela tradução dos muitos documentos trazidos por José Higino dos Países Baixos, em 1886, como já referimos.

No Brasil o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criado, segundo Ângela de Castro Gomes, sob os auspícios do imperador e a inspiração de Robert Southey e de

⁹ MELO, Evaldo Cabral. *O rubro Veio*, p. 31- 34

¹⁰ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. p.15.

¹¹ MELO, Op. cit. p. 66 - 67

Francisco Adolfo de Varnhagem, uma verdadeira simbiose entre historiografia e Estado, que já tendo sido assinalada pela literatura acadêmica, só faria crescer nas décadas seguintes com a consolidação da monarquia. D. Pedro II, num esforço permanente de legitimação de uma consciência nacional, animava-se de um desejo legitimador e assumia funções de mecenato no sentido em que incentivava os letrados a uma produção cultural e a uma escrita da história, em particular, correspondente à política em vigor, ou seja, a de construção do discurso da nacionalidade que tem como marca a conquista de um território e da busca por sua sustentação. A historiografia, que seguiria os pressupostos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, caracterizava-se pela pobreza interpretativa e a riqueza em documentos e heróis. Baseava-se na ‘veracidade’ dos documentos para narrar os grandes feitos e os grandes heróis, onde todo e qualquer documento que não constituísse um relato ‘verídico’ do passado era desprezado. Uma historiografia, segundo Margarida dos Santos Dias,

“factualista, que narra o fato por si mesmo desvinculado de todas as relações sociais que o constituem e valoriza o indivíduo ou alguns indivíduos, considerados figuras importantes (geralmente chefes políticos, religiosos ou econômicos, num sentido de enaltecimento exacerbado)”¹².

A cultura historiográfica brasileira, até pelo menos as primeiras décadas do século XX, seguirá essa mesma linha de interpretação. E, salvo as peculiaridades, agora numa proporção muito maior, pois havia sido criado, desde a segunda metade do século XIX, os Institutos Históricos dos Estados (IHGs) com o intuito de buscar suas identidades no conjunto das demais unidades da federação. Nesse período se desenvolvia a idéia das províncias serem pequenas pátrias. Nesse sentido, partimos das reflexões teóricas de que em cada um dos discursos de criação dos IHGs estava um projeto nacional de formação territorial, que se prendia na ocupação de territórios não ocupados, como elemento da unidade do Estado. Seria necessária a construção da história de cada uma dessas entidades. Cada província seria a responsável pela coleta parcial dos acontecimentos pertinentes a cada uma das partes do todo com o objetivo de romper o monopólio detido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

¹² DIAS, Margarida dos Santos apud COSTA, Marconi Silva da. *O movimento de 1817 na historiografia clássica norte riograndense*. 1999. Monografia (Graduação em História) -UFRN

Desde 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha a pretensão de enunciar a história do Brasil numa perspectiva centralizadora. Caberia às províncias a tarefa de romper com essa tradição e tentar preservar as suas histórias. Tarefa que não foi posta em prática porque a maioria dos sócios desses IHGs eram adeptos do ‘partido da ordem’ e, desse modo, suas atividades estavam monopolizadas pelo culto imperialista. Assim, a historiografia resultante desses institutos seguia os pressupostos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou seja, produzia uma cultura elitista. O Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano foi a segunda entidade provincial a romper o monopólio detido pelo IHGB. A primeira entidade foi o Instituto Baiano de História, que, apesar de efêmero, contribuiu para uma primeira investida no modo de pensar a História numa perspectiva regional, desprovida da visão imperial.

Segundo José Carlos Reis “o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro será o lugar privilegiado da produção histórica durante o século XIX, lugar que condicionará as reconstruções históricas, as interpretações, as visões do Brasil e da questão nacional”.¹³ O Brasil independente, portanto, precisava da história e dos historiadores para se oferecer um passado e abrir-se um futuro. Assim surgiu Varnhagem protegido do imperador e defensor de uma história do Brasil, independente, mais completa, confiável, documentada, crítica, com posições explícitas, e que refletia uma preocupação nova no Brasil com a história, com a documentação sobre o passado brasileiro que o IHGB representava.

Com Varnhagem a jovem nação que se consolidava após o processo de independência política e a constituição do Estado nacional ganhava um passado, a partir do qual elaborariam um futuro promissor. A sua obra surgiu nos anos 1850, período em que começava a amadurecer no Brasil, os ideais de independência nacional e da institucionalização da reflexão e da pesquisa histórica. A sua história defende o grande feito da colonização portuguesa, “será a história de um ramo dos portugueses, pois o português foi o conquistador e senhor, ele deu as garantias morais e físicas ao Brasil”.¹⁴ Essa visão representa os ideais da historiografia do IHGB que valorizava a burguesia e se empenhava na demonstração dos feitos e heróis da raça branca.

¹³ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*. 5. ed. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2002. p.26.

¹⁴ *Ibid.* p. 23 - 24.

Na opinião de José Carlos Reis a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja idéia surgiu no seio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain), em 1827, marcada pelo espírito iluminista e que se propunha a incentivar o progresso e o desenvolvimento, a partir da multiplicação de projetos baseados na interpretação do passado brasileiro, foi de importância capital para a constituição da história brasileira. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, portanto, representará o único centro de estudos históricos do Brasil até o início da década de 1930. A idéia do IHGB era garantir à jovem nação, recém independente, o resgate de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse confiança no futuro. Isso significava encontrar nesse passado referências luso-brasileiras que pudessem servir de modelo às futuras gerações: os grandes vultos, os varões exemplares, os filhos distintos, de qualidades brilhantes. O projeto do IHGB visava o reconhecimento do Brasil nos seus aspectos geográficos e nos aspectos históricos, para salvar do esquecimento os nomes dos seus melhores filhos. Para a realização desse projeto a iniciativa do IHGB era o incentivo aos estudos históricos a partir da coleta e da publicação dos documentos relevantes para a história do Brasil.

Segundo José Carlos Reis, Varnhagem é o grande fundador da história do Brasil, o ‘Heródoto do Brasil’. Ele defende a continuidade em favor da mudança, prefere o passado brasileiro português tradicional, em detrimento do futuro, do moderno e do Brasil brasileiro. Para ele o futuro deverá ser igual ao passado, ou uma melhoria desse. É considerado o grande ‘descobridor do Brasil’. Para ele

“a crítica documental serve para resgatar a verdade da tradição, para torná-la mais viva e mais vigorosa contra a mudança. A história é mestra da vida”.¹⁵ Reis continua: “O olhar de Varnhagem sobre a história do Brasil é, portanto, o olhar do colonizador português [...] Vencedor, o português impôs a sua superioridade étnica, cultural e religiosa. Aliás, se o português venceu militarmente os seus adversários, se conquistou seus territórios e os escravizou e exterminou, é porque é superior”¹⁶

A essa superioridade portuguesa, como a raça mais importante, as raças etíopicas e indígenas, reagiam positivamente. A história de Varnhagem substituirá a *História da América Portuguesa, 1730*, de Sebastião da Rocha Pita e se posicionará contra a visão sombria e

¹⁵ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*. p. 16

¹⁶ *Ibid.* p. 33

negativa de ver o Brasil defendida por Robert Southey em sua *História do Brasil*, 1810. A sua história substituirá ambas sem, no entanto, desprestigiá-las.

A posição de Varnhagem sobre os holandeses é a de que a presença destes, no Brasil, permitiu a consolidação da união brasileira. Frente ao perigo da ocupação das terras que, pelo Tratado de Tordesilhas pertenciam a Portugal, se deu uma maior aproximação do escravo ao senhor, do soldado europeu ao brasileiro e do índio ao branco. O perigo comum aumentou muito a tolerância e estabeleceu a fraternidade. Na luta contra os holandeses e da vitória do português, o Brasil que surge nesse momento não é um Brasil mestiço, nem o Brasil brasileiro, mas o Brasil português. Um Brasil no qual os católicos se tornam mais intolerantes em relação aos protestantes e judeus. O discurso dele é o de que o Brasil deveria continuar português. Como veremos esse discurso será apreendido por Câmara Cascudo, um século depois.

Em 1933 surge Gilberto Freyre com *Casa Grande e Senzala*, que comunga das mesmas idéias de Varnhagem. Do ponto de vista do projeto de história do Brasil Freyre é considerado por José Carlos Reis um continuador da corrente dos ‘descobridores do Brasil’, mesmo tendo produzido quase cem anos depois de Varnhagem. Carlos Guilherme Mota, no entanto, o considera um representante da corrente interpretativa do ‘redescobrimento do Brasil’, quanto a sua periodização e a linguagem que ele apresenta. Freyre também é um crítico do passado. Muito embora, assim como Varnhagem, busque no passado um modelo para o futuro. Uma diferença básica entre Freyre e Varnhagem é que, enquanto este escreveu sua obra no momento de ascensão e consolidação do Estado Nacional sob a monarquia reinante, em 1850, aquele escreveu nos anos 1930, momento em que as elites luso-brasileiras entravam em crise. Daí porque dizermos que Varnhagem foi mais crítico com relação ao passado do que Freyre. Em 1850 o passado colonial não sofria ameaças de continuidade. Em 1930, o Estado Nacional, o Brasil das elites estava em crise, queria voltar a ser colonial, eis a diferença.

Assim como Varnhagem, Freyre também defende a superioridade do português. No entanto, ele acredita que a superioridade do português é oriunda da sua maleabilidade à miscigenação e da ausência de ‘pureza’ étnica. Na interpretação de Freyre, a miscigenação foi facilitada pela necessidade do colono português constituir família e por sua ‘impureza’ étnica e cultural. Etnicamente o português não era um branco puro; e culturalmente, não era um

europeu puro. Assim, o português já era miscigenado, era ao mesmo tempo europeu e africano, era branco com sangue negro, mouro e judeu, portanto, predisposto à miscigenação e à 'democracia racial'.¹⁷ Desse modo o encontro entre as três raças - Freyre usa esse termo - foi fraternal, solidário, de muita generosidade e democracia, tudo isso viabilizado pela miscigenação.

Sobre o domínio holandês Freyre acredita que o insucesso dos holandeses se deu porque estes, diferentemente dos portugueses que eram europeus do sul, eram do norte, uma região de clima frio. Esses nórdicos tiveram dificuldades em estabelecer domínio nas regiões tropicais da América. A condição física de clima e de temperatura os submetia a graves perturbações de adaptação à aclimatação. Esses holandeses tentaram organizar, nestas regiões, uma sociedade permanente, de base agrícola, na qual, o colono viveria do seu próprio trabalho, mas essa tentativa fracassou. Foram tolhidos pela plasticidade do português, adaptável a tudo, e pela pureza, de fé mais do que étnica, daqueles que colonizavam o Brasil há décadas. O português, ao contrário do resto da Europa, se revestiu da mística da fé católica e iniciou a colonização baseada na família, a partir da exploração da gente nativa. Nessa exploração a mulher tem grande importância, pois além de ser submetida ao trabalho servia de esposa para os colonos portugueses que necessitavam constituir família, cujo principal objetivo era administrar as terras e uma das condições era ter uma família. A chegada do holandês significou a introdução de novos valores, tanto no aspecto religioso como no familiar, nesse organismo que o português já 'civilizara'.¹⁸

Ainda na opinião de Freyre o projeto de domínio do holandês fracassou porque a superioridade do português

“que foi fenômeno do século XVII é que trazia a seu favor e a favor da colônia toda a riqueza e extraordinária variedade de experiências acumuladas durante o século XV, na Ásia e na África, na Madeira e em Cabo Verde. A isso pode ser acrescentado o cristianismo liricamente social, religioso ou culto de família mais do que de catedral ou de igreja. Esses elementos e vantagens viriam favorecer entre nós a colonização.”¹⁹

Freyre continua:

¹⁷ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*. p. 66 - 68

¹⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família sobre o regime da economia patriarcal*. 46. ed. São Paulo: Global Gaia, 2003. p. 85 – 91.

¹⁹ *Ibid.* p. 91- 96

“Outros europeus, estes brancos, puros, dólico-louros, habitantes de clima frio, ao primeiro contato com a América equatorial sucumbiriam ou perderiam a energia colonizadora, a tensão moral, a própria saúde física mesmo a mais rija...”²⁰

Além da possível incapacidade física, os holandeses eram apátridas e praticantes da religião reformada, e, portanto, sem maiores vínculos aos familiares e ao catolicismo.

Do mesmo modo que Varnhagem surge como um importante colaborador sobre o assunto do domínio holandês, Gilberto Freyre também dá a sua importante contribuição. Embora ambos não tenham produzido obras exclusivas sobre o domínio, a partir delas é possível perceber como ambos viram esse acontecimento e a importância que lhe atribuem para a construção da história do Brasil e como contribuíram para manter viva a memória do domínio holandês e permitir que a cada nova década a historiografia brasileira ofereça outras produções sobre o assunto como é o caso de *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*, 1949, obra de Luis da Câmara Cascudo, que embora trate do tema do domínio holandês apenas na capitania do Rio Grande, surge como outra grande contribuição historiográfica sobre o assunto nessa década de 40. A importância da referência a contribuição de Varnhagem assim como a de Gilberto Freyre nessa análise do discurso de Câmara Cascudo, sobre o domínio holandês, é relevante porque o discurso deste é próximo ao de ambos, ou seja, em defesa da colonização portuguesa.

Além da defesa de uma colonização portuguesa, uma outra grande semelhança entre Gilberto Freyre e Câmara Cascudo é o regionalismo. Nas palavras de Vânia Gico, “o peso do regionalismo era grande no pensamento de ambos”. Nesse sentido, eles partilhavam não apenas o regionalismo, mas também um discurso luso-brasileiro. Gilberto Freyre, na sua obra *Casa Grande e Senzala*, faz o relogio da colonização portuguesa confirmando o elogio e a legitimação que outrora fora feito por Varnhagem nos anos 1850. Gilberto Freyre, que só nasceria meio século depois, em 1900, encontra no ambiente histórico intelectual dos anos 30, justificativas para defender que só a colonização portuguesa, patriarcal e escravocrata, resistiria aos obstáculos erguidos à civilização do Brasil pelo europeu. A grande admiração pelo português colonizador, da qual compartilha Cascudo, Gilberto Freyre explica, se dá pela capacidade que este teve de se adaptar à vida difícil da América Tropical. Possuía grande mobilidade e era de fácil miscibilidade, sem orgulho de raça. Graças a suas predisposições

²⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. p. 86

psicológicas o colonizador se destacou por circular pelos continentes - América, África e Ásia - transplantando populações. No pensamento de Câmara Cascudo assim como no de Gilberto Freyre o 'caráter democrático' do português permitiu a colonização do Brasil. O que Gilberto Freyre enfatiza nesses anos 30 e que será enfatizado, também por Câmara Cascudo nos anos 40, é uma visão luso-brasileira, um Brasil que admiram e reverenciam em memória daqueles que criaram este mundo nos trópicos.²¹ Assim como em Gilberto Freyre, também em Câmara Cascudo, a colonização portuguesa foi a única possível. Como veremos, eles compartilham o mesmo discurso, no qual enfatizam as vantagens dos portugueses sobre os holandeses, reverenciando, desse modo, um passado no qual buscam as referências para o futuro.

O que analisamos nesse trabalho não é apenas como Câmara Cascudo escreveu a obra *Os holandeses no Rio Grande do Norte*, muito embora para a compreensão do estudo que fazemos seja necessário tal análise. O que queremos analisar é como Câmara Cascudo escreveu o seu discurso sobre os holandeses na capitania do Rio Grande. Para isso será necessária a avaliação de todas as suas obras que se referem a esse tema. O discurso de Câmara Cascudo tem como base documental não apenas as crônicas que foram produzidas na primeira metade do século XVII, como também a obra 'mestra' de Varnhagem, além de alguns outros documentos que foram produzidos ao longo desses três séculos, por isso, a referência a esses documentos porque ele resgata os principais aspectos do discurso de Varnhagem assim como do de Gilberto Freyre e das crônicas seiscentistas. O discurso de Câmara Cascudo foi produzido a partir do início da década de 40 até a primeira metade dos anos 50 do século XX e enfatizamos a sua importante contribuição para a construção da memória do domínio holandês.

O discurso de Câmara Cascudo foi produzido quando no Brasil se comemorava o terceiro centenário das lutas que rememoravam as guerras da restauração do território brasileiro; quando se levantava no Brasil os ideais de nacionalismo e de construção de uma nacionalidade brasileira e ainda quando se afirmava o caráter de identidade do intelectual como figura produtora de conhecimentos, no papel de responsável pela construção dessa nacionalidade. Nessa pesquisa percebemos que o discurso de Câmara Cascudo segue os pressupostos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Mesmo que ele tenha produzido mais de cem anos depois de criado o IHGB o seu discurso ainda busca a valorização de alguns

²¹ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. p. 51-82.

indivíduos considerados figuras importantes, é de uma pobreza interpretativa que deixa muito a desejar e busca a ‘veracidade’ dos documentos para narrar os fatos e despreza àqueles que considera ‘inverídico’. Câmara Cascudo narra os fatos desprendidos das relações sociais, numa postura extremamente factualista.

Assim como Varnhagem e Gilberto Freyre se posicionam em defesa da elite portuguesa, do mesmo modo Câmara Cascudo constrói o seu discurso a partir da ótica dos brancos. Seu discurso é lusófilo, enaltecendo as qualidades portuguesas e saudoso do passado português. Nessa primeira metade do século XX a historiografia enfatiza a busca do passado para que se conheçam as origens da nossa brasilidade. Para Câmara Cascudo essa brasilidade está centrada no elemento português. Foram eles os principais e únicos construtores do nosso passado, é a partir deles, dos portugueses, que devemos buscar as origens do povo brasileiro. Ao longo do seu discurso percebemos as concepções imperiais e unitárias defendidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro quando se prontificou a incentivar a produção de uma História do Brasil. Um século depois Câmara Cascudo ainda direciona a sua narrativa pelos mesmos ideais que a elite brasileira ditava.

Câmara Cascudo escreveu no momento em que as elites oligárquicas brasileiras entravam em crise. Saudoso dessa dominação elitista ele escreve reafirmando tudo o que ela teria sido de benemérita. Quando ele valoriza o português ele realiza o elogio a essa elite brasileira, aos seus heróis. No seu discurso ele afirma o seu desejo de que o Brasil devia continuar elitista. Ele vê o brasileiro como herança única do português. A continuidade, a tradição, a resistência e o conservadorismo significam a sua dependência ao passado português. O seu discurso é contrário ao progresso. O domínio holandês, na opinião dele significou um entrave para a colonização portuguesa, daí porque ele teima em afirmar que do holandês o Brasil nada tem de herança, ou seja, no processo de construção da nacionalidade, na visão de Câmara Cascudo, o elemento holandês é nulo.

Foi de muita relevância a referência às contribuições historiográficas do domínio holandês, principalmente as de Varnhagem e as de Gilberto Freyre, porque ambos são defensores do projeto português no Brasil, assim como Câmara Cascudo. O discurso deste é muito próximo ao de ambos, não poderíamos compreendê-lo sem antes termos conhecimento do que pensa cada um. Além disso, nunca é demais acrescentar, a obra de Varnhagem está entre as muitas referências bibliográficas de Câmara Cascudo, isso explica a proximidade no

discurso de ambos. Embora um século os separe, e considerando que houve mudanças nas concepções historiográficas, resultando num novo método de se produzir história no Brasil (sobre isso trataremos no capítulo seguinte), Câmara Cascudo ainda permanece preso às concepções defendidas não apenas por Varnhagem, mas por todos aqueles que produziram muito antes dele, como é o caso dos cronistas seiscentistas, Robert Southey e os documentos contemporâneos do domínio, como os diários de expedições, relatos dos expedicionistas, entre outros.

Embora o discurso de Câmara Cascudo seja um tanto análogo, também, ao discurso de Gilberto Freyre, não há nenhuma referência à obra deste. Em seu discurso, Câmara Cascudo quase não faz referência a obras contemporâneas suas, a exceção é Tavares de Lyra - quem primeiro estudou o domínio holandês no Estado. Gilberto Freire, um contemporâneo de Câmara Cascudo, com o qual compartilhou a conjuntura histórica do Nordeste e desenvolveu atividades ocupacionais paralelas, como o jornalismo e a política, e que produziu uma obra de referência nacional, muito antes de ele produzir o seu discurso sobre os holandeses na capitania do Rio Grande, cujos discursos são semelhantes, não é citado por Câmara Cascudo, como já referimos.

Câmara Cascudo se prende, principalmente, aos discursos contemporâneos do domínio holandês, talvez movido pela pretensão de dizer a verdade, ele se acredite quanto mais próximo do fato mais verdadeiro será o seu discurso. Outra característica sua é narrar os acontecimentos com uma extrema seqüência de detalhes, objetivando com esse método falar tudo sobre tal acontecimento. Essa característica factualista e de história completa é uma herança dos pressupostos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aos quais Câmara Cascudo não escapa. No alvorecer do século XX quando a historiografia renova os seus métodos historiográficos, em que se verificam os amplos níveis de desenvolvimento dos estudos históricos e políticos no Brasil e as investigações de arquivo passaram a se juntar às pesquisas ditas de campo, abrindo novas perspectivas à redescoberta histórica do Brasil, Câmara Cascudo ainda produz uma história imbuída do espírito positivista e, desse modo conservador, seguindo a tradição do IHGB. Nessa nova perspectiva histórica, mais do que os atos dos personagens de um fato se discutem todas as relações destes personagens com os sentidos de seus atos.

Como veremos adiante, a política cultural divulgada no Estado Novo será responsável por muitas das grandes mudanças que serão processadas nesse período no campo da produção intelectual. O que será mais relevante para nossa análise é identificar de que modo essas mudanças contribuirão para a produção do discurso de Câmara Cascudo. Nesse período, o grande debate será em torno de quem está sendo chamado de historiador e qual a história que está sendo escrita. O período do Estado Novo será fecundo no sentido em que incentivará uma política ligada a uma produção cultural produzida por um especialista, o intelectual, que levanta a voz para defender os ideais de uma identidade brasileira.

1.2- Contextualização da Política Cultural do Estado Novo

O conhecimento histórico e a historiografia brasileira, até pelo menos a década de 20, seguem as mesmas linhas de interpretação do século XIX e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro -IHGB, que valorizava os grandes acontecimentos, os fatos memoráveis da pátria e eternizava o nome dos seus ‘melhores’ filhos. Porém essa historiografia passou a ser questionada, num processo renovador, ainda nas primeiras décadas do século XX. Desde fins do século XIX já se verificavam tentativas de se renovar a historiografia brasileira, dando a esta uma visão menos centralizadora e imperialista tal como era representada pelo IHGB. Como já colocamos, a idéia era que cada Estado fornecesse as suas especificidades históricas compiladas pelos IHGs que surgiam nesse período. O objetivo era o de construção de uma história que oferecesse unidade ao território brasileiro. E nada melhor do que colher o que de específico esse território pudesse oferecer.

Assim, nas primeiras décadas do século XX não será diferente. A historiografia buscava renovar-se, embora numa proporção ainda insignificante, porque esses Institutos não haviam cortado o ‘cordão umbilical’ com a perspectiva metodológica que o IHGB pusera em prática. Essa renovação historiográfica ganhará sentido, sobretudo, na década de 30, porque se vivenciava o momento de consolidação das idéias nacionalistas. Em outras palavras, a formação de uma nacionalidade, ou ainda de uma brasilidade. Nesse sentido, a atenção do Estado se voltará para a construção dessa nacionalidade a partir do resgate do passado.

Segundo Ângela de Castro Gomes, a literatura sobre processos de formação dos Estados Nacionais enfatiza que é

“nos momentos de grande esforço de implementação de grandes projetos políticos que a atenção daqueles que dirigem o estado volta-se para o passado, buscando construir seu ‘lugar na história’ e, dessa forma, relendo e reescrevendo os fatos e as interpretações [...] de um país”.²²

Para ela, era necessário construir uma ‘nova’ nação, através de um ‘novo’ modelo técnico administrativo. Os que dirigem o Estado buscam uma ‘nova’ legitimidade. Dessa forma,

“torna-se imprescindível a ação de especialistas capazes de recuperá-la e divulgá-la [...] projetar um novo Estado era investir na produção de lealdade-legitimidade [...] o futuro não se faz sem o passado, e este é um ato humano de rememoração. Seria básica a realização de um projeto de ‘narração’ da história que identificasse os acontecimentos, os personagens e ‘os sentidos’ de seus atos”.²³

Nessa tentativa de renovação da historiografia não importava apenas os personagens (heróis) e seus atos, era necessário identificar o sentido desses atos.

Cem anos depois de criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Brasil não mais vivia a monarquia, um outro regime político tomava forma, era o Estado Novo que tinha como chefe Getúlio Vargas, cuja política cultural será idêntica àquela incentivada por D. Pedro II, quando em 1838 foi criado o IHGB, que num esforço permanente de legitimação de uma consciência nacional, animava-se de um desejo legitimador e assumia funções de mecenato. Getúlio Vargas durante o Estado Novo cumprirá as mesmas funções, distinguindo-se este por partir de uma concepção de que já havia todo um conjunto de realizações acumulado ao longo de um ‘tempo’, definido pela memória coletiva como vida nacional. Tratava-se, pois, de recriar esta tradição, relendo-a com a perspectiva do regime então vigente. Este esforço podia contar com recursos tecnológicos e financeiros mais apurados e dispunha de outros parâmetros para o conhecimento do Brasil e de seu passado.

Tanto D. Pedro II quanto Getúlio Vargas se identificam com as características do mecenato no sentido em que incentivavam os intelectuais a uma produção cultural e a uma escrita da história, em particular, correspondente à política em vigor, ou seja, a de construção do discurso da nacionalidade que tem como marca a conquista de um território e da luta por sua sustentação. No Estado Novo a luta que se levantará será em torno dos historiadores e dos

²² GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. p. 22

²³ *Ibid.* p.23

que estarão reescrevendo a História do Brasil e de quais acontecimentos serão selecionados entre aqueles que são considerados os mais importantes do país. Assim como D. Pedro II, Getúlio Vargas necessitará dos historiadores para reescrever essa história.

Diferentemente dos anos 30 e 40 do século XIX, que escrevia a história como uma justificativa do passado, nesses anos 30 e 40 do século XX a história que se quer reescrever, segundo Ângela de Castro, busca a recuperação do passado dando a este um ‘lugar’ na história. Não um passado completo e acabado, mas sim um passado que precisa manifestar-se como algo que existiu e que está pronto a ser recuperado e, mais do que isso, (re) significado. Para tanto, será necessária a ação de intelectuais capazes de dar um sentido expressivo ao passado, de modo a dar a este um lugar e um sentido histórico. Resgatando-o refazia-se o sentido da história do país. Desse modo os historiadores, e também todos aqueles que estão reescrevendo a História do Brasil, nesse período, ordenam e selecionam os acontecimentos que, de acordo com a política em vigor, são os mais importantes e que tem lugares em um espaço ‘geográfico’ eles mesmos criados através da ação dos atores nomeados pela própria narrativa histórica.²⁴

Ângela de Castro explica que na literatura que trata da questão da nacionalidade o uso de metáforas geográficas persiste, no sentido de que estas remetem a idéia da nação brasileira como uma ‘porção de espaço’, identificando não apenas a delimitação de fronteiras entre geografia e história, mas também, da busca das muitas relações entre elas, incluindo não apenas as relações de espaço, mas incluso nesse, o tempo. Assim,

“se os discursos da nacionalidade tem a marca da conquista do território e da luta por sua manutenção como eixo essencial, este fato precisa ser examinado sob a ótica de um processo histórico [...] no qual os personagens vão sendo conduzidos através do tempo e do espaço, ambos dotados de sentido e integrados pela idéia de nacionalidade.”²⁵

Como estamos falando da construção de uma nacionalidade e da formação dos Estados Nacionais ou mesmo de uma idéia de nação, é necessário abrimos um parêntese para explicitarmos, a partir das definições de Dante Moreira Leite e Ângela de Castro Gomes, o que venha a ser nação e nacionalismo. Podemos deduzir que, a partir da formação dos Estados

²⁴ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. p. 24

²⁵ *Ibid.* p. 24 - 25

Nacionais e da busca de uma brasilidade, se afirmava a idéia de nação e de nacionalismo, cuja definição dos termos, aqui, têm o objetivo de refletir sobre a História do Brasil no período do Estado Novo, no sentido que permitiu a dedicação de historiadores, de modo específico, ao estudo desses conceitos, assim como suas intrínsecas e complexas relações com o Estado.

O nacionalismo, segundo Dante Moreira Leite, pode ganhar diversas explicações, dependendo da época e do país em que se manifesta. Do mesmo modo não se encontra objetividade ou neutralidade por parte daqueles que estudam os movimentos nacionalistas. Desse modo, para alguns o nacionalismo pode representar ‘um movimento profunda e inevitavelmente irracional erguido como barreira à aproximação e ao entendimento entre os homens’. Outros defendem a existência de um nacionalismo saudável versus um nacionalismo doentio e agressivo. Por certo que todas essas opiniões são válidas desde que defenda uma explicação. Dante Moreira Leite concorda que “o nacionalismo, tal como o concebemos hoje, só apareceu nos fins do século XVIII de certo modo acompanhando a Revolução Francesa de 1789”.²⁶ Muito embora ele evidencie que este não nasceu no século XVIII e início do XIX, pois parece claro que o nacionalismo português apareceu muito antes, embora não com esse sentimento tão característico do nacionalismo do século XIX.

Apresentado dessa forma, ainda segundo Dante, “o nacionalismo era um movimento tipicamente liberal e constituía uma ideologia política destinada a substituir a concepção do Estado organizado sob uma casa reinante”. Nesse sentido, ele continua, “o caráter revolucionário no novo sentido de Estado não escapou aos contemporâneos e continuou a influir na vida política dos séculos XIX e XX”. Assim, do ponto de vista lógico, “o nacionalismo implica a exaltação das qualidades de um povo, o que leva inevitavelmente à comparação com outros, então considerados inferiores [...] e, além disso, suporia sempre uma afirmação de poder e grandeza”.²⁷

Nação e nacionalismo, definidos por Ângela de Castro,

“são fenômenos políticos que se desenvolveram a partir de finais do século XVIII, estando vinculados à chamada emergência da moderna sociedade de

²⁶ LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 5 ed. São Paulo: Editora Ática, 1992. p. 25.

²⁷ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. p. 25.

massas. Falar, portanto, em nação é falar de uma ‘comunidade política imaginada’ criada pela ação de aparelhos de Estado...”²⁸

Ângela de Castro assegura que, as nações e os nacionalismos ‘modernos’ são, nessa perspectiva, “sofisticadas construções políticas estatais, para as quais concorrem de forma fundamental os componentes culturais”.²⁹

É essa idéia de nacionalismo que estruturará as bases para a renovação historiográfica na década de 30 e 40, considerando que é um momento de afirmação da identidade nacional e ao mesmo tempo de ‘redescobrimto do Brasil’, em termos historiográficos, o que nas palavras de Carlos Guilherme Mota, significa estudar os acontecimentos não apenas na sua superfície, mas sim em sua profundidade. Essa corrente do ‘redescobrimto’ do Brasil teve como elementos fundadores a Revolução de 30, que se não fora suficiente para desestruturar as formas de organização social, ao menos abalou as linhas de interpretação já arranhadas pela intelectualidade emergente de 1922, com a Semana de Arte Moderna por um lado, e por outro, com a fundação do Partido Comunista.³⁰ Nessa seara historiográfica novos estilos surgiram contrapondo-se as linhas de interpretações até então vigentes e autorizadas de Varnhagem, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana. A partir daí as idéias nacionalistas deveriam convergir para um passado comum que deveria ser reescrito e contestado.

O passado será contestado por um conjunto de autores que serão os responsáveis pelo estabelecimento de novos parâmetros, do ponto de vista da historiografia, para o conhecimento do Brasil e de seu passado como já foi referido. A historiografia da elite oligárquica, que se empenhava na valorização dos feitos e dos heróis da raça branca, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro representava, começava a ser questionada com Caio Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Simonsen e também por Gilberto Freyre. O motivo pelo qual Gilberto Freyre pertence às duas correntes interpretativas do Brasil é porque ao mesmo tempo em que ele idealiza o passado, valorizando o feito português, ele reconhece a importância do elemento índio e do negro para a construção da nacionalidade.

O projeto de ‘narração’ da História do Brasil, cujo objetivo, é o de rememoração do passado, a partir dos novos questionamentos historiográficos, só ganhará alcance no final

²⁸ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. p. 18

²⁹ *Ibid.* p. 18.

³⁰ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: (1934-1974)* 8. ed. São Paulo. Ática, 1994. p. 27-28.

da década de 30, quando é implantado o Estado Novo. Segundo Mônica Veloso, a década de 30 se destaca por um maior direcionamento das elites culturais para o âmbito do Estado, para assumir uma função específica, uma vez que passam a identificá-lo como a representação superior da idéia de nação. O Estado representa ordem, organização e unidade. Assim,

“as elites intelectuais, das mais diversas correntes de pensamento, passam a identificar o Estado como o cerne da nacionalidade brasileira. [...] apresentando-se como o grupo mais esclarecido da sociedade [...] (os intelectuais) buscam ‘educar’ a coletividade de acordo com os ideais doutrinários do regime”³¹.

Ainda para Mônica Veloso, a relação dos produtores culturais com o sistema de poder não é de agora e se revela muito complexa. A estrutura patriarcal e autoritária, além da condição de país periférico com a qual se identifica o Brasil, é responsável por reforçar uma prática que teve lugar ainda no século XIX, a de que os letrados arregimentavam para si

“a função de agentes da consciência e do discurso [...] o ideal da representação, o falar em nome dos destituídos de capacidade de discernimento e expressão [...] o papel de guia, condutor e arauto. [...] consciência privilegiada do nacional.”³²

Para ela, nos momentos de mudanças históricas profundas como a implantação do Império, Proclamação da República, Revolução de 30 e Estado Novo, os letrados defenderam o direito de interferirem no processo de organização nacional. Para a jovem nação que se projetava, após o grito de Independência, esses letrados e os escritores românticos tornaram-se guias e missionários das idéias e temas nacionalistas, cujo objetivo era a autovalorização do país.³³ Do mesmo modo, na República, os letrados aparecem munidos do cientificismo com o objetivo de lutar “contra a incapacidade técnica e administrativa dos políticos”³⁴. Com o fim do mito cientificista – efeito crítico do pós-guerra - na década de 1920, aparece o credo nacionalista. No movimento modernista os letrados se julgam mais capacitados para conhecer

³¹ VELOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional - estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 148 - 149.

³² Ibid. p.147.

³³ Ibid. p. 147

³⁴ Ibid. p. 148

o Brasil, buscar nossas raízes e o ideal de brasilidade.³⁵ Mas é no Estado Novo que se revela o grande momento de inserção desses intelectuais na organização político - ideológica do regime através da divulgação de um projeto que tem o objetivo de popularizar e difundir a ideologia do regime. Esse projeto visava orientar as manifestações da cultura popular, de modo que se voltava para o controle das comunicações, o que era feito através do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda.

Mônica Veloso enfatiza que no século XIX os letrados eram colocados à margem da política, refugiados no mundo das idéias “para melhor refletir sobre a realidade. [...] Distante das misérias do mundo ele (o intelectual) deveria ser o ‘criador das ilusões.’” Assim política e literatura tinham preocupações bem distintas. Enquanto os políticos se preocupavam com as coisas materiais, os letrados se preocupavam com o espírito, “o lado feliz e leve da vida”³⁶, ou seja, não tinham uma função social. Um exemplo bem claro disso é o discurso de Machado de Assis, proferido em 1887, sobre a fundação da Academia Brasileira de Letras, no qual se refere a esta como a uma ‘torre de marfim’, onde os produtores culturais, do alto de sua torre, contemplariam o mundo sem terem, no entanto, nenhum envolvimento com as lutas sociais deste. Esse discurso difere do que foi proclamado por Getúlio Vargas, então presidente do Estado Novo.

Embora, tanto Machado de Assis como Getúlio Vargas falem da relação entre a política e a intelectualidade e da importância da Academia para a construção da nacionalidade, no Estado Novo se fará críticas a esse aspecto de isolamento em que se mantinham os literatos. O ideal esteticista da literatura, o erudito e o academicismo, serão os objetos da crítica no regime, segundo Mônica Veloso. No entanto, mesmo ‘ligados’ à política os letrados não tinham uma função. Agora eles são chamados a assumir uma função social, são chamados a participar dos destinos da nacionalidade. Assim opera-se uma simbiose entre os homens de letras e os homens de ação. Agora o letrado é incumbido de uma missão, é chamado a representar a consciência nacional. Agora o Estado passa a defender a função social do intelectual. Seja isolado da sociedade, na sua ‘torre de marfim’, seja como representante da consciência nacional, o letrado não é visto como um homem comum, mas sim como alguém que cumpre uma missão especial que varia de acordo com a conjuntura histórica.³⁷

³⁵ VELOSO, Mônica. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. p. 148

³⁶ Ibid. p. 151

³⁷ Ibid. p. 150-153.

Essa simbiose será percebida através dos veiculadores das idéias professadas nesse período, materializados pela revista *Cultura Política* e o jornal *A Manhã*, ambos divulgados em 1941, por iniciativa do DIP. A revista *Cultura Política*, segundo Ângela de Castro, tinha a função de “definir e esclarecer, para um grande público, o curso das transformações que se vinham processando [...] e debater, constantemente, os valores que orientavam tais mudanças”.³⁸ Essa revista professava a preocupação de formar consciências e apoiar os ideais do Estado Novo, ou seja, os ideais da nacionalidade brasileira. Do mesmo modo, o suplemento literário *Autores e Livros*, no jornal *A Manhã*, 1941, era responsável pela divulgação de uma galeria de nomes e de obras, relevantes na trajetória cultural do país, indicativos do “que se deveria ler para conhecer o Brasil”.³⁹

Segundo Ângela de Castro, enquanto no suplemento *Autores e Livros* é “possível fazer uma discussão histórica fundamentada no delineamento ‘de quem é’ o historiador e ‘do que constitui’ o trabalho do historiador,”⁴⁰ na *Cultura Política*, o caminho mais frutífero “é o que busca compreender ‘qual o lugar da história’ na construção do discurso estado - novista e, como desdobramento, ‘qual é a história que se está reescrevendo nesse momento para um público de elite, mas não circunscrito nos círculos da educação formal”⁴¹. Era necessário detectar quais nomes eram associados ao campo dos estudos históricos, tanto através do designativo profissional ‘historiador’ como àqueles profissionais que de algum modo estavam ligados com instituições pertencente a esse campo do saber, como por exemplo, os institutos históricos e geográficos.

De modo geral esses órgãos informativos tinha o objetivo de situar melhor uma hierarquia de virtudes, exigência da produção historiográfica desde fins do século XIX, exigência essa que respondia a uma condição necessária para identificar o historiador e que se baseava no trabalho de pesquisa documental: busca, classificação, divulgação e ‘aproveitamento’ do documento⁴², afirma Ângela de Castro. Acrescente-se, ainda, como condições favoráveis para identificar o historiador, as boas relações sócio-políticas e as viagens para pesquisa no exterior. Segundo Castro, “trazer documentos para o país, arranjá-los

³⁸ Ângela de Castro. *História e historiadores*. p. 126-128.

³⁹ *Ibid.* p. 29.

⁴⁰ *Ibid.* p. 133.

⁴¹ *Ibid.* p. 133.

⁴² *Ibid.* p. 121-122.

e publicá-los era tarefa primordial, para o que um capital de relações sócio-políticas era condição quase que essencial”.⁴³

Os intelectuais que foram chamados a participar da reescrita da História do Brasil, de um modo geral, eram produtores de discursos, nas mais diversas áreas, e que podiam ser classificados, ou não, como historiadores, conforme as exigências da política cultural do regime, cuja doutrina, segundo Mônica Veloso, “constrói todo um sistema de valores em função do qual se resgata ou nega o valor do intelectual na sociedade”⁴⁴ O que temos por certo é que os discursos que se fizeram nesse período – décadas de 30 e 40 – não eram destinados aos populares, como se fazia crer a ideologia do regime. Ao contrário, os discursos se faziam em nome dos populares, pois estes eram tidos como os dotados de virtudes – pureza, espontaneidade, autenticidade – mas ‘incapazes’ de manifestar-se, necessitando, portanto, de intermediações.

Foi essa geração de intelectuais que se projetou nas décadas de 30 e 40, com lugares de sociabilidade definidos, nos quais produziam-se idéias. Pensar o perfil sociológico dessa geração é pensar num conjunto de homens, na sua maioria, bem nascidos e bem educados pertencente à alta burguesia brasileira, num sentido político mais do que econômico, formados ou não nos estudos superiores. Considerando esses aspectos, pensar a relação, formação/obra histórica, dessa geração, é pensar esse trabalho, na opinião de Castro, como “um acúmulo de erudição, uma disponibilidade de tempo, uma paz interior acabando por se tornar a opção final e definitiva de um homem de letras”.⁴⁵ Esses homens de letras diziam-se a voz do povo. Eles se automeavam a voz do povo, homens capazes, a quem deveria ser entregue os destinos do nacional, de quem se podia esperar o resgate do passado. É perceptível que a constituição da identidade desse grupo sempre buscou diferenciar-se do resto da sociedade. Os ideais da racionalidade, quando não os da ciência ou da arte e da intuição, misturando-se ao senso de dever social ou mesmo de pura vocação, foram as armas usadas pelos intelectuais para se auto-elegerem consciência privilegiada do nacional.

A referência a essa geração de intelectuais que se auto - afirmaram nessa década de 40 é relevante para que possamos precisar, do ponto de vista metodológico, que lugar Câmara Cascudo, ao produzir o discurso sobre os holandeses na capitania do Rio Grande, ocupa nessa

⁴³ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. p. 122.

⁴⁴ VELOSO, Mônica. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. p. 152

⁴⁵ GOMES, Ângela de Castro. Op. cit. p. 45.

trajetória que, mais do que conscientizar privilegia os ideais nacionais. Câmara Cascudo se identifica com o homem bem nascido, descendente da alta burguesia brasileira, que possui um acúmulo de erudição, o verdadeiro homem de letras como referiu Ângela de Castro. ^{Gomes} Sobre esses ‘homens de letras’ podia ser adotado uma definição mais restrita do que se estava chamando de intelectual nessa década. Na definição de Ângela de Castro, ^{que} a noção de intelectual é fluida, ou seja, se transforma com o tempo, impossibilitando, assim, uma definição rígida. Daí porque adotar para o intelectual, uma concepção que privilegie “a idéia do produtor de bens simbólicos envolvido direta ou indiretamente na arena política”.⁴⁶ Ou no dizer de Jean Paul Satre, intelectuais são “especialistas no processo de criação e transmissão cultural, que despertam a atenção dos envolvidos com o ‘círculo do poder político’ por suas capacidades de interpretar a realidade social e produzir ‘visões de mundo’”.⁴⁷ Ainda na opinião de Jean Paul Satre esse especialista podia ser classificado como ‘aquele que adquiriu o hábito de pensar’.⁴⁸

Para a noção de erudito ~~Castro~~ ^{Gomes} esclarece que

“não sendo ‘profissionais’ da história – são por ofício diplomatas, professores, jornalistas - dedicam-se a esse campo do conhecimento de forma sistemática e apaixonada, acumulando um grande saber, cuja principal fonte de legitimidade é o trabalho de pesquisa documental: o trabalho de consultar, reunir, criticar, ‘copiar e fazer copiar documentos manuscritos’. Esse tipo de erudição é assim uma forma de acumulação de conhecimentos que não deriva de estudos formais e que exige esforço longo, regular e direcionado. [...] o erudito precisa, como de ar, da pesquisa documental. [...] seu trabalho primordial é a produção da história pátria, a busca da brasilidade.”⁴⁹

Câmara Cascudo produziu no auge da década de 40, quando o intelectual conquistava um lugar, como produtor de conhecimento e especialista na análise da cultura, na discussão da construção da nacionalidade brasileira, está de certo modo envolvido com a política, ele se identifica tanto com o intelectual quanto com o erudito conforme definiu Ângela de Castro. Ele é um produtor de discursos nas mais diversas áreas, com uma capacidade de interpretar a realidade social e produzir sua visão de mundo, chamado, ou não, de historiador, conforme a política em vigor. Pela leitura dos seus textos é possível identificá-

⁴⁶ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. p. 38.

⁴⁷ SATRE, Jean Paul. apud.. *Ibid.* p. 39.

⁴⁸ GOMES, Op cit. p. 42.

⁴⁹ *Ibid.* p. 99

lo com esse profissional que se destaca pela sua forma de interpretação das fontes que exigia a identificação, a classificação e o uso de documentos. Nesses termos o historiador, no seu trabalho historiográfico, deveria ser um escritor, no sentido em que tinha que dominar a língua e ter estilo, assim como deveria ser um filósofo ou um poeta, para poder dar sentido as fontes que reunira. Câmara Cascudo se identifica não apenas como escritor, poeta ou filósofo, mas também como folclorista, etnólogo, etnógrafo, memorialista, missivista, tradutor, musicista, conferencista, romancista, sociólogo, prefaciador, biógrafo e historiador, entre outros. Ele aliava conhecimentos em vários campos do saber, exercendo as mais variadas atividades.

Podemos perceber que há uma diferença, embora sucinta, na definição de Ângela de Castro para o intelectual e o erudito. Enquanto o intelectual se envolve direta ou indiretamente com a arena política e desperta a atenção por sua capacidade de pensar e produzir visões de mundo o erudito se destaca pela sua capacidade de acumular conhecimentos não oriundos de estudos formais. Embora Mônica Veloso faça um confronto entre os letrados do século XIX e os do Estado Novo, ela não estabelece uma diferença entre o erudito e o intelectual como figuras produtoras de conhecimentos distintas entre si. Para ela, essas figuras, são os intelectuais ou a intelectualidade, com uma diferença: a figura produtora de conhecimentos do século XIX ela o nomeia de intelectual erudito, academicista. Na sua opinião, o período do Estado Novo será riquíssimo no incentivo a participação do intelectual não erudito no âmbito do Estado 'rompendo' com a distância entre a literatura e a política, tão presente no século XIX. Segundo Mônica Veloso o que contribuiu para esse distanciamento, essa alienação política, foram os obstáculos de uma sociedade tradicional, com estrutura patriarcal e autoritária que vetou, por muito tempo, a posição dos letrados que viam a literatura como um instrumento de transformação social.

~~De acordo com a definição de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, há uma~~ diferença entre o intelectual e o erudito. São duas figuras produtoras de conhecimentos que se destacaram em períodos distintos nas sociedades ocidentais. No final do século XIX e primeiras décadas do século XX o erudito é substituído pelo intelectual. O erudito é definido como uma figura de sujeito que procurava conhecimento e cultura de um modo despreocupado e não utilitariamente. Seu saber era vasto e universal, ele transitava por diversos campos do saber, de modo que não direcionava o seu olhar para a profundidade, mas sim para a extensão. A relação do erudito com os livros com os documentos, de modo geral com o saber, era uma

relação de amador. O erudito quase sempre se dedicava às belas letras e às humanidades, uma atividade que buscava prazer, status.

Desse modo o erudito não vê sua atividade como uma profissão. O erudito costumava ter na sua casa a biblioteca e, nela, o seu lugar de trabalho, o seu espaço para receber e conviver com outras personalidades do mundo da cultura, de dar e receber conhecimento. Ele não era um especialista. A sua vida profissional misturava-se à sua vida íntima e pessoal.⁵⁰ Fazia parte da vida do erudito escrever, e quase sempre escrever sobre o que vivia, sobre suas experiências íntimas que se misturavam as suas atividades públicas, há uma complementaridade entre os diversos campos do conhecimento, as experiências pessoais e os círculos sociais. Câmara Cascudo, por exemplo, na opinião de Diógenes da Cunha Lima, aprendeu a nunca divorciar o afetivo da sabedoria.⁵¹

Câmara Cascudo se identifica com a figura do erudito tal qual descreve Durval Muniz. Câmara Cascudo recebeu uma educação individualizada, autodidata, lia clássicos da literatura greco-romana com o mesmo interesse com que lia um livro didático, conhecia vários idiomas, como ele demonstra no seu livro *Ontem*, ao fazer muitas citações em francês, inglês e latim. Tinha em casa a sua biblioteca. Como exemplo ilustrativo transcreveremos um trecho do seu livro *Ontem*: “Continuo falando aos rapazes e moças que enchem a minha salinha de livros...”⁵² Como a maioria dos eruditos, Câmara Cascudo não possuía formação especializada, de modo que todas as suas experiências íntimas e privadas se misturavam com suas atividades públicas de historiador, escritor, poeta, pesquisador, professor, etc. Essas características definem uma educação erudita correspondente a uma sociedade, cuja organização social ainda era marcada por uma ordem estamental, com pouca mobilidade e onde ter status era mais importante. Nessa sociedade prevaleceu o erudito porque as transformações sociais ainda permitiam as relações personalistas e, sobretudo, o mecenato, seja no campo da política, seja no campo cultural, conforme observa Durval Muniz.

Ainda pela definição de Durval Muniz a preocupação do erudito era com a ‘beleza e o prazer do texto’. Em Câmara Cascudo podemos confirmar isso quando na apresentação da

⁵⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo*. p. 10. Mimeografado.

⁵¹ LIMA, Diógenes da Cunha. *Natal: biografia de uma cidade*. Rio de Janeiro: Ed. Lidador, 1999. p.155.

⁵² CASCUDO, Luis da Câmara. *Ontem: maginações e notas de um professor de província*. Natal: Imprensa universitária, 1972. p. 24

2ª edição de sua obra *História do Rio Grande do Norte*, Valério Alfredo Mesquita, presidente da Fundação José Augusto, o identifica como produtor de uma obra que é

“importante em duas dimensões: por seu valor intrínseco, como obra histórica escrita com beleza literária; por ser a história do nosso Estado elaborada com amor e sensibilidade pelo mais notável homem de letras [...] ainda mais a valoriza o estilo inventivo, inquieto aliciante do mestre [...] um escritor com altitude científica e raro domínio da criatividade literária. Como é possível preservar não só a verdade como a objetividade das informações, das análises, das abordagens científicas ou técnicas sem perder o fascínio da expressão, da forma estilística? É um desafio que nem sequer chega a configurar-se para mestre Cascudo. Ele consegue tratar de matérias áridas com a mesma fluente e envolvente habilidade de um ‘contador de estórias’, dotado do dom encantatório da comunicação. Tudo se transforma através de suas mãos em arte de dizer, em inteligência verbal, em imaginação revitalizado.”⁵³

Percebemos, a partir desse comentário, que Câmara Cascudo dominava conhecimento nas humanidades e nas chamadas belas letras. Os campos artístico, literário e científico representavam, para ele, um único campo de conhecimento. Segundo Durval Muniz, esses campos, até as primeiras décadas do século XX, não estavam delimitados ou separados, porém, junto com a sociedade urbano-industrial com seus aparatos tecnológicos, surge a necessidade de uma valorização do conhecimento técnico e da ciência aplicada ou das chamadas ciências naturais ou exatas e, a partir delas, a necessidade de um outro produtor de conhecimento, o intelectual, que substituirá o erudito a partir do final do século XIX e primeiras décadas do século XX. O intelectual não mais transitará por diversos campos do conhecimento, ele se especializará numa dada disciplina, acentuando o caráter utilitário da cultura e permitindo uma progressiva separação entre os campos artístico e literário e o campo científico.

Ainda segundo Durval Muniz, “às artes e à literatura se atribui o terreno da sensibilidade, do gosto estético, do gozo e recreio pessoal e não mais do conhecimento, embora estes aspectos ainda apareçam integrados na educação das elites dirigentes”.⁵⁴ Talvez isso explique porque Câmara Cascudo preserve, nos seus discursos, as características eruditas, mesmo quando a sociedade já exigia um novo produtor de conhecimento. Ele pertencia às elites dirigentes e por isso recebeu uma educação ainda nos moldes da velha tradição erudita.

⁵³ CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

⁵⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *De amadores a desapaixonados*. p.4

Câmara Cascudo foi educado numa sociedade em que ainda se mantinha uma ordem social hierárquica, na qual prevaleciam os mais ricos, os mais cultos, os mais instruídos, o mais erudito. Nessa sociedade não se pensava a identidade do erudito afastada da ordem reinante e do Estado. Os eruditos reagiam diante das mudanças com veemência de modo que o seu status não fosse alterado.

Pelo texto de Durval Muniz, podemos perceber que o erudito não acumulava apenas conhecimentos, mas também era capaz de exercer diferentes atividades. Sendo considerado um homem de letras Câmara Cascudo é capaz de exercer não só o ofício de professor de várias escolas como ele faz questão de enumerar no seu livro *Ontem*. Ele também é diretor de outras tantas. Sua capacidade vai além e ele ainda é capaz de ministrar cursos de cultura popular em várias faculdades federais e ainda conferenciar em caráter didático, sem contar as aulas ministradas na sua casa. Além disso, pode-se esperar dele outras atividades que não estavam diretamente ligadas ao ensino como a de orador, escrever para jornais, presidir academias, etc. Isso porque no final do século XIX e primeiras décadas do XX, não se exige, ainda, uma formação especializada, muito menos a valorização da profissionalização. Era mais valorizado o acúmulo de diferentes atividades e conhecimentos, principalmente porque numa sociedade regida por concepções aristocráticas, como era o Brasil, o saber surgia para distinguir e não para ter alguma utilidade. Desse modo o conhecimento destinava-se a permitir destaque, status, ascensão aos postos de comandos sociais e não a uma função social.⁵⁵

A partir do exposto é possível compreender porque os textos de Câmara Cascudo se restringem a informações isoladas sobre um determinado assunto, é assim quando ele escreve sobre os holandeses no Rio Grande. Ele escreve como se já houvesse todo um conhecimento sobre o assunto. Essa é a característica do erudito, ele evita discutir com qualquer outro sábio as suas descobertas; os seus textos se dirigem àqueles que de algum modo têm relações com ele, mesmo que essas relações não sejam no âmbito acadêmico ou da ciência. O erudito, e, portanto, Câmara Cascudo, evita debater suas idéias, preferindo os discursos retóricos aos debates sobre qualquer tema. Desse modo o seu público é restrito e limitado, se identificando pelas preferências temáticas. O seu discurso não pode ser passível de contestação. Isso explica o modo como Câmara Cascudo quase sempre encerra os capítulos de sua obra *Os Holandeses no Rio Grande do Norte* com frases como: “E basta”; “E é tudo...”; “Nada mais consta”; “É o

⁵⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *De amadores a desapaixonados*. p. 10

que há...”; “É a história...”⁵⁶ Nos remetendo a idéia de que nada mais há a acrescentar, como se o assunto se esgotasse nele e por ele.

Todo o processo discursivo de Câmara Cascudo está centrado na erudição. Isso porque na sociedade em que ele vivia prevaleciam valores (os quais já discutimos e continuaremos a discutir no capítulo seguinte) que permitiam a manutenção desse tipo de figura produtora de conhecimentos. Na opinião de Durval Muniz,

“Se um indivíduo se pensa como um erudito, se ocupa este lugar de sujeito, se assume esta identidade para pensar as relações que estabelece com o conhecimento, terá comportamentos e concepções muito diferenciadas daquelas que terão os intelectuais”.⁵⁷

De fato, as concepções de Câmara Cascudo são muito divergentes das apresentadas pelos intelectuais que são chamados a interpretar o passado em busca da brasilidade desejada nessa década de 30 e 40. Como veremos no capítulo seguinte, a sua matriz de pensamento, a sua produção discursiva, sobretudo o seu discurso sobre os holandeses no Rio Grande do Norte, apresentam concepções que se já não se tornaram obsoletas é porque alguns valores sociais não permitem, mas há muito que estão sendo contestadas, como por exemplo, a sua maneira de conceber a história como uma narrativa completa.

⁵⁶ CASCUDO, Luis da Câmara. *Os holandeses no Rio Grande do Norte*. [s.n.] edição do departamento de educação. p.19 - 32

⁵⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *De amadores a desapaixonados*. p. 10

2 MUDANÇAS E EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS HISTÓRICOS NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 20, 30 e 40

1.1 Condições históricas de possibilidades do discurso de Câmara Cascudo sobre o domínio holandês no Rio Grande do Norte.

Depois de analisados o discurso historiográfico brasileiro e a política cultural do Estado Novo é necessário direcionamos essa pesquisa para uma análise das mudanças históricas nessas primeiras décadas do século XX, e que lugar a construção do discurso sobre os holandeses no Rio Grande, por Câmara Cascudo, no final dos anos 40, ocupa nessa conjuntura. Para tal ação foi necessário mais do que a análise das obras que tratam do domínio holandês. Foi necessário analisar, também, todas aquelas que, de um modo ou de outro nos ofereceram elementos para a compreensão do seu discurso sobre os holandeses, como por exemplo, depoimentos, biografias e memórias. Os dados agrupados nessa pesquisa contribuíram para compreendermos como se fundamentou o seu discurso. Consideramos necessária tal ação, pois o nosso objetivo é introduzir elementos da vida literária de Câmara Cascudo que de um modo ou de outro foram fator de reação ou colaboração para as transformações porque passou o sistema literário não apenas do Rio Grande do Norte, mas também do nordeste e do Brasil, de um modo geral, nessas décadas de 20 e 30. Na nossa opinião essas décadas foram de uma importância relevante para estruturar as bases do discurso que Câmara Cascudo só produziria na década seguinte. Embora consideremos a importância dos dados levantados pela pesquisa só trataremos deles superficialmente, resgatando apenas o que de fato for essencial a nossa pesquisa, ou seja, apenas os aspectos que, em sua condição histórica, ofereçam possibilidades para a construção do discurso sobre o domínio holandês.

Câmara Cascudo tem sua forma de pensamento aqui discutida e analisada numa angulação que se pretende histórica uma vez que situaremos a sua matriz de pensamento entre as que diversificaram o pensamento cultural brasileiro que se estruturou nas décadas de 30 e 40, como por exemplo, a busca pelo 'espírito de brasilidade' a partir da reescrita da História do Brasil centrada nos 'novos' elementos fundadores dessa nova identidade e, portanto, explicadores do Brasil. Esse pensamento cultural foi responsável pela constituição de níveis distintos ou discursos distintos de uma realidade ou de um processo cultural, com todo um

embasamento ideológico e contextos vividos. Nos ocuparemos de analisar o discurso de Câmara Cascudo tomando como base os seus textos e algumas condições sociais que estiveram na base de sua produção discursiva.

Vale ressaltar que apreendemos a noção de discurso a partir da definição de Eni Puccinelli Orlandi, segundo a qual, no referente à história de um país

“os discursos ‘fundadores’ são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país”.⁵⁸ Assim, discurso fundador é aquele “que instala condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentimentos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade”.⁵⁹

Introduzimos a noção de discurso fundador, aqui, por acreditarmos que o discurso que estamos analisando constitui referência para o imaginário do país à medida que oferece possibilidades de discursão em torno da construção da nacionalidade brasileira.

Segundo Eni Orlandi os discursos não se apresentam como se já estivessem definidos. Essa definição é sempre delimitada pela categoria do analista, (nesse caso, o produtor do discurso) a partir da análise dos fatos que constituem os discursos e dos lugares das idéias que orientam o sentido desses discursos, uma vez que, “as idéias não tem ‘um’ lugar, têm ‘muitos’”.⁶⁰ Isso quer dizer que as idéias não têm lugares absolutos, mas sim relativos, a partir do princípio de que os sentidos não têm origem, ou seja, na história da constituição dos sentidos eles não são considerados em sua ‘essência’, desse modo não pertencendo, por direito, a lugar algum. Assim na constituição de sentido que, no dizer de Eni Orlandi, orienta um discurso, cada idéia ganha uma linguagem, um pensamento, um lugar, um mundo, sobre os quais não há controle pessoal ou coletivo dos processos e das práticas históricas de que sujeitos e sentidos participam. Em outras palavras, de um mesmo fato pode surgir discursos diversos, dependendo sob que perspectiva esse fato é analisado e a qual abordagem está sendo imposto, o que implica dizer que os sujeitos responsáveis pela

⁵⁸ ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) *O Discurso Fundador* (A formação do país e a construção da identidade nacional) Campinas, SP: Pontes, 1993. p. 7

⁵⁹ Ibid. p. 24

⁶⁰ Ibid. p. 7

constituição desses discursos não dispõem apenas de vontade própria, pois são regulados por práticas históricas.

Partindo dessas considerações é necessário fazermos um desvio de ordem histórica com o intuito de conhecermos não apenas os processos e as práticas históricas que deram sentido ao discurso sobre o domínio holandês na capitania do Rio Grande, mas também sob que perspectivas Câmara Cascudo analisou os fatos desse discurso, seguindo mais uma vez as orientações de Eni Orlandi. Na sua perspectiva, o autor de um discurso pode ser colocado como sujeito responsável pelo que diz, sendo afetado pela responsabilidade social. Ou seja, o autor é um sujeito que em um tempo e lugar determinado, cumpriu um certo trabalho. Ele se define em relação a uma obra se considerarmos que a criança ao nascer mergulha num processo de produção já instalado, ou seja, é posta na relação necessária com o interdiscurso e seus efeitos de exterioridade. Nesse processo “esse sujeito vai se deslocando através de suas posições, na sua história pessoal, em diferentes estados do processo discursivo”.⁶¹

Câmara Cascudo começou sua trajetória cultural no começo dos anos 20, na opinião de Humberto Hermenegildo de Araújo, no contexto do movimento modernista brasileiro. Sua participação foi como incentivador e divulgador do modernismo e da crítica literária, na conjuntura do Rio Grande do Norte e do Nordeste dos anos 20. Câmara Cascudo trazia para Natal as últimas novidades editoriais do sul assim como os elementos da modernidade, comentando através de resenhas de livros e divulgações em revistas literárias e jornais.⁶² As sugestões do movimento modernista que chegavam de São Paulo ou Rio de Janeiro encontravam um terreno fértil para assimilação nas muitas regiões brasileiras. Isso ocorria porque, se por um lado São Paulo despontava como núcleo urbano, muitas outras cidades também se modernizavam, entre elas, Natal. Havia, nesse sentido, uma certa incoerência na literatura produzida pelos escritores modernistas, entre os procedimentos utilizados e o conteúdo veiculado que dava conta de uma realidade ‘periférica’. Segundo ele, esse fenômeno pode ter se dado com maior frequência entre os escritores modernistas conhecidos como ‘provincianos’ e/ou ‘regionais’, que se encontravam distantes dos centros onde ocorriam as mudanças e adaptaram a nova literatura, às realidades provincianas.⁶³

⁶¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *O discurso fundador*. p. 23-4

⁶² ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. *Modernismo: anos 20 no Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRRN, 1995, p.46.

⁶³ *Ibid.* p. 11-15

Humberto Hermenegildo observa que na mesma proporção em que Câmara Cascudo mantinha a elite letrada atualizada com os elementos modernos e as transformações que se processavam na esfera cultural do país, se voltava para as questões da cultura regional e para o incentivo à pesquisa nesse campo. Talvez isso se explique porque, paralelo ao movimento modernista, se desenvolvia um outro movimento, o regionalista. A retomada do regionalismo e do tradicionalismo se constituía em movimento - a partir de Recife, cidade núcleo desse movimento, no nordeste – no sentido de valorizar elementos tradicionais locais. O modernismo e o regionalismo, duas vertentes literárias opostas e/ou complementares, se manifestaram no Rio Grande do Norte de um modo capaz de responder aos questionamentos culturais daquele momento. No entanto, a vertente modernista encontrou neste estado maiores possibilidades de manifestação mais organizada porque encontrou a figura de Câmara Cascudo, que surgia “numa conjuntura diferente daquela anterior, que era dominada pela oligarquia açucareira e que, certamente, seria mais propícia ao fortalecimento da vertente regionalista.”⁶⁴ Com isso fica claro que, embora não percebamos limites claros entre essas duas tendências literárias, Câmara Cascudo era simpatizante das duas, foi dele o papel fundamental de manter os letrados do Rio Grande do Norte atualizados com relação a ambos os movimentos.

Como observou Hermenegildo, essas duas tendências literárias, o modernismo e o regionalismo, consideradas as mudanças nas estruturas políticas e econômicas e nas relações sociais da época, poderiam ter se completado, quando na metade da década de 20 foi explicitada, por parte do movimento modernista, a necessidade da criação de uma nova arte brasileira. O que se questionava não eram mais as idéias ‘futuristas’ mas o ‘espírito de brasilidade’. Nesse momento compreendia-se que a realidade local de cada região forneceria conteúdos para essa nova forma literária. No entanto, verificamos que a perspectiva regionalista era estática, ou seja, não havia uma preocupação em resgatar o passado para analisá-lo no presente. Ao contrário, a perspectiva modernista era dinâmica, ou seja, desejava fazer uma leitura do passado e do que houvesse de essencialmente brasileiro. Como resultado do encontro dessas duas tendências, para a literatura, surgiram elementos até então ausentes para o sistema literário, como por exemplo, a referência à linguagem local, a província e a cultura regional como tema literário, entre outros.

⁶⁴ ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. *Modernismo*. p. 44 -4 6

No contexto do Rio Grande do Norte, nesse momento de resgate do 'espírito de brasilidade,' o que Humberto Hermenegildo verifica é um estreitamento das relações entre os produtores culturais e o poder político e econômico locais que garantiam a continuidade de boa parte da vida literária.⁶⁵ Nesse sentido, podemos considerar Câmara Cascudo como divulgador dos movimentos modernista e regionalista porque na década de 20 ele possuía independência financeira e ligação direta com a política, ou seja, mantinha estreitos laços com o poder político. O seu envolvimento literário foi impulsionado por circunstâncias favoráveis ao estreitamento dessas relações. O que condiz, nesse caso, com uma certa 'liberdade de expressão' literária, já que era o poder político que 'patrocinava' a produção literária. Câmara Cascudo incorporou-se ao movimento de 1922 - mensagem de renovação cultural - no estilo, no discurso, na forma de viver, de pensar e sentir. As razões desse movimento procuravam descobrir o espírito verdadeiramente brasileiro.

Para a observação de Humberto Hermenegildo de que Câmara Cascudo surgiu, como produtor cultural, num contexto em que a oligarquia açucareira entrava em crise e por isso as circunstâncias favoreceram a divulgação do modernismo, por parte dele, em maior amplitude do que o regionalismo podemos apontar como fator relevante o grande contato que ele mantinha com os letrados que o colocaram em sintonia com os ideais modernistas do eixo Rio - São Paulo, as muitas viagens e a permanência dele na Faculdade de Direito do Recife, na qual se concentrava o grande valor ideológico e cultural do período. Não podemos deixar de acrescentar, também, que a ideologia regionalista foi muito divulgada por Câmara Cascudo, cujos valores foram inculcados nos seus discursos. Não diríamos a ideologia regionalista pensando apenas no contexto do nordeste, mas regionalista no sentido de apontar as especificidades do Rio grande do Norte. No seu discurso sobre o domínio holandês ele vai defender uma versão local e, portanto, diferenciada daquela criada, por alguns autores, para a região que ficou conhecida como Brasil Holandês.

De acordo com o que observou Hermenegildo, no começo dos anos 20 a oligarquia açucareira, Albuquerque Maranhão, em cujo seio se alimentava uma elite cultural que tinha como 'mecenas' o governador Alberto Maranhão, que dominava o Rio Grande do Norte, entrou em crise. Em seguida se inicia uma nova fase para a história do estado. Essa nova frente política que dominava a economia algodoeiro-pecuária, tinha como meta criar uma via

⁶⁵ ARAUJO, Humberto Hermenegildo de. *Modernismo*. P. 11- 45

de comunicação entre a capital e o interior. O sertão, o progresso do sertão, a cultura sertaneja, ganhou espaço privilegiado nos jornais e na literatura de um modo geral. Os jornais *A República* e o *Diário de Natal* se encarregavam de publicar crônicas e notícias sobre o progresso do sertão, como parte de um processo de formação de uma ideologia regional, sertaneja. Foi nessa conjuntura que Câmara Cascudo começou sua produção cultural. No entanto, ele via no progresso que avançava em direção ao sertão o fim do que havia de natural, de magnífico, de ‘primitivo’, como deixa transparecer na resenha do livro de Leonardo Motta:

“para este sertão que recua e morre, (...) o que se deve fazer é apanhar dos lábios dos tropeiros a fina flor desta inspiração maravilhosa e selvagem. [...] Deixai de parte as vacuidades elegantes de Paris, o prosear vetusto de Lisboa, e entrar no sertão, e bem depressa, todo nosso sentimentalismo e emoção se regozijará ante o cenário magnífico.[...]”⁶⁶ E acrescenta: “[...] Vivi menino no sertão típico, agora desaparecido. [...] Vivi nesse meio. E deliciosamente. Cortei macambira e xique-xique para o gado nas secas. Banhei-me nos córregos no inverno”. [...]”⁶⁷.

Para ele, era no sertão que estavam as raízes do povo nordestino. Como veremos no seu discurso sobre o domínio holandês, o sertão permanecerá como elemento fundamental na construção não apenas do povo nordestino, mas do povo brasileiro. No seu discurso o sertão aparece como uma prova de resistência àqueles que quisessem construir um legado nas terras tropicais. Nessa adaptação ‘deliciosa’ de Câmara Cascudo ao sertão fica evidente a semelhança do brasileiro (do nordestino em particular) ao português. Tendo o brasileiro como elemento fundante o colonizador holandês, tão arredo e ‘insensível’ à vida sertaneja, não seria possível tal deslumbramento. Ele se coloca como exemplo do sertanejo que é capaz de sobreviver a qualquer clima e situação, mas, sobretudo, está se colocando como descendente da nobreza que o português fundou nos trópicos. Nesse momento de renovação literária e da busca de uma nova arte para o Brasil, o sertão ganha importância no discurso de Câmara Cascudo como um elemento essencial para se buscar as raízes de fundação do povo brasileiro.

Não foi apenas no Rio Grande do Norte que nos anos 20 já se verificavam crises da oligarquia dominante. Num contexto nacional, quando a elite oligárquica entrou em crise, já a partir do início dos anos 30, as lutas que se verificaram como tentativas dessa oligarquia em recuperar o poder central - lutas de cunho político e ideológico, na busca da reunificação dessa

⁶⁶ ARAUJO, Humberto Hermenegildo. *Modernismo*. p. 47

⁶⁷ LYRA, Carlos. *Luis da Câmara Cascudo: depoimentos*. Natal: EDUFRN, 1999. p. 72

elite no poder - levaram a conseqüentes transformações nos planos econômico, social, político e cultural, como observou Sérgio Miceli⁶⁸. Foi nesse contexto histórico que verificamos as perspectivas de mudanças no âmbito cultural, no intuito de renovação do passado literário e da busca de uma nova arte para o Brasil, no qual a Semana de Arte Moderna desempenhou papel relevante. No contexto do nordeste, Recife concentrava o papel de núcleo não apenas das sugestões do modernismo vindas do sul, mas também das pregações do movimento regionalista. De lá saíam as idéias e propostas desses movimentos. No contexto do Rio Grande do Norte a crise da oligarquia dominante contribuiu para se pensar a valorização de novos elementos para essa nova arte brasileira. Vale salientar que à medida que os elementos da modernidade iam chegando trazendo consigo a cultura da modernidade se chocava com os elementos regionalistas. Essa cultura moderna era oposta não apenas aos valores sertanejos, mas a toda uma estrutura social enraizada historicamente e com base no poder dessas oligarquias.

Como podemos observar, foi no Recife que Câmara Cascudo passou parte dos anos 20, precisamente, na Faculdade de Direito. Era de lá que ele sintonizava as repercussões dos movimentos, modernista e regionalista, e divulgava nos 'cafés', mais particularmente no 'Café Magestic', ponto de encontro dos letrados de Natal. Câmara Cascudo atualizava a província através das correspondências com letrados influentes, as constantes viagens ao sul e as visitas de letrados à província por seu intermédio. Foram essas as motivações e mais o apoio da família que permitiram a Câmara Cascudo o bacharelado em direito no final dos anos 20. Pode-se verificar que na década de 20 eram oferecidos os cursos oficiais de Direito, no Recife e o de Direito e Medicina, em Salvador e no Rio de Janeiro. Na opinião de Sérgio Miceli, a Faculdade de Direito concentrava autoridade no campo da produção ideológica além de inúmeras funções políticas e culturais. A Faculdade de Direito atuava ainda como intermediária na importação e difusão intelectual européia. Era o celeiro que supria a demanda de elementos treinados a assumir os cargos parlamentares, os de cúpula administrativa, o magistério e a magistratura.⁶⁹

A posição hegemônica da Faculdade de Direito do Recife se dava por força de sua contribuição à integração cultural, política e moral dos herdeiros de uma classe dispersa, a dos

⁶⁸ MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil. (1920-1945)* São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL. 1979. p. XVI - XVII

⁶⁹ Ibid. p. 35

proprietários rurais. Entre o final do século XIX e a década de 20 há uma maior substituição de valores sociais e culturais porque há um enfraquecimento da aristocracia rural e um aumento da urbana. A família de Câmara Cascudo é um exemplo dessa substituição de valores. Câmara Cascudo é descendente da grande burguesia rural de Augusto Severo. O pai, mascateador nos sertões da Paraíba e Oeste potiguar, na última década do século XIX muda para Natal e se torna comerciante e passa a fazer parte da burguesia urbana e, conseqüentemente, assume novos valores.

Foi como filho da elite, nessa década de 20, que Câmara Cascudo adquiriu conhecimentos em medicina, na Faculdade da Bahia e Rio de Janeiro e a formação em direito, no Recife. O curso de Direito era muito valorizado nessas primeiras décadas porque quem possuía essa formação poderia assumir diversos cargos públicos dentre os que foram mencionados acima. O bacharelismo era mais do que uma formação superior, mais do que isso representava status. Não se podia conceber um jovem filho da elite que não fosse bacharel em direito. Consideram-se essas experiências universitárias, os contatos com os grandes nomes da literatura da época, sua participação nos movimentos, modernista e regionalista, enfim, o papel de intermediário entre a cultura moderna e os valores locais tradicionais, fatores essenciais que serviram de alicerce à formação cultural de Câmara Cascudo da qual é resultante o seu discurso sobre o domínio holandês, objeto de interesse do nosso trabalho.

Apesar da autonomia da Faculdade de Direito do Recife, nas décadas iniciais do século XX, na opinião de Ângela de Castro Gomes, não existiam faculdades dedicadas à formação de profissionais na área do saber específico de um modo geral, nem na área de História de um modo particular. Não havia, ainda, nítidas distinções disciplinares, a produção cultural não era produzida por especialistas, assim como não dava para definir o que estava sendo chamado de contribuição historiográfica nem havia uma definição específica para o historiador. O ofício de historiador era exercido por uma categoria mais abrangente de intelectuais: a dos homens de letras. Na década de 20, com o modernismo, há uma busca do 'espírito de brasilidade' a partir da produção de uma nova arte literária. No entanto, só nos anos 30 e 40 se delineará uma produção historiográfica que traçará o perfil do historiador e em decorrência disso se evidenciará o que estava sendo postulado como saber histórico e ofício de historiador. Em outras palavras, a partir de então é possível definir quem e o que está se escrevendo sobre a História do Brasil.

Na definição de Ângela de Castro, “são historiadores todos aqueles que produziram na área dos ‘estudos históricos’, havendo um esforço de distinção da filosofia e da literatura tanto quanto dos ‘estudos políticos sociais’”.⁷⁰ Os historiadores são produtores culturais de textos em vários espaços do conhecimento. Entre elas o folclore e a história. Câmara Cascudo foi consagrado nessa década de 40, sobretudo, pelos seus trabalhos como folclorista, embora, se dedicasse à pesquisa documental e aos ensaios históricos de um modo geral, condições essenciais para definir o historiador. Até os anos 30 e 40 não há também um tipo rígido de texto considerado histórico. São enquadrados como trabalho de historiador tanto a narrativa resultante da pesquisa documental, quanto o trabalho de tradutor e ensaios históricos⁷¹, afirma Ângela de Castro. Câmara Cascudo, na opinião de Vânia Gico,

“poderia ser classificado como um escritor especializado e atento, capaz de transformar em livros as fontes que estavam sempre às voltas, fossem elas arquivos, bibliografias ou fontes primárias, nas quais pesquisava, sistematicamente,[...] os acontecimentos que falam e contam história”.⁷²

Segundo Ângela de Castro, esses produtores “escrevem sobre história da geografia ou geografia da história, produzem textos sobre flora e fauna brasileiras, estudavam línguas indígenas e ‘olham’ etnograficamente festas religiosas e populares além de serem filósofos e literatos”.⁷³ Em todo caso, a maioria desses textos históricos era resultante de um longo processo, que possam ter passado por um minucioso planejamento, e produzidos por políticos, diplomatas, professores ou jornalistas reconhecidos que escreviam sobre a História do Brasil. Em todos esses casos o autor já atingiu maioria profissional e cultural. São homens eruditos marcados pela paixão pela pesquisa. Em outros casos o ‘historiador’ pode ser aquele que está associado a um imperativo ético-político, ligado por um certo grau ao gosto pela pesquisa em arquivos e bibliotecas. Não apenas homens que travam combate de idéias, mas também homens eruditos, que de um modo ou de outro estavam ligados ao jornalismo.

Câmara Cascudo nestas primeiras décadas acumulou conhecimentos em vários campos, pois para ele não havia especificidades entre eles. Apesar de cursar a cadeira de

⁷⁰ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. p. 37.

⁷¹ *Ibid.* p. 38.

⁷² GICO, Vânia de Vasconcelhos. *Luis da Câmara Cascudo: itinerário social de um pensador*. 1998. p. 76-77. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – PUC, São Paulo.

⁷³ GOMES, *Op.cit.* p. 75 - 76

medicina por dois anos ele não enveredou por esse ramo, embora tenha desenvolvido trabalhos que envolvam esses conhecimentos. Do mesmo modo, a formação em direito não lhe permitiu assumir nenhuma magistratura, embora ele tenha assumido cargos de ofício jurídico, como Secretário do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Apelação e o magistério. Essa facilidade de Câmara Cascudo transitar por vários campos do conhecimento e assumir diversos cargos públicos, simultaneamente atribuímos a sua formação erudita, que neste período é sustentada pelos valores aristocráticos que ainda estão em vigor, para o qual corrobora o fato de que esses valores não exigiam ainda uma valorização profissional. Segundo Durval Muniz

“o erudito prevalece modernamente em sociedades onde a divisão do trabalho trazida pelo desenvolvimento capitalista ainda é muito restrita onde o ritmo mais lento das transformações econômicas e sociais leva a prevalência das relações personalistas, da troca de favores, do clientelismo, do mecenato, tanto no campo da política como no campo da cultura. Essas atividades não são pensadas como separadas ou autônomas”.⁷⁴

Dentro da perspectiva que estamos colocando a análise do discurso de Câmara Cascudo, é necessário enfatizar a importância de uma área que estava em expansão, nas décadas iniciais do século XX no Brasil, a das chamadas humanidades, na qual esses letrados pesquisavam sobre o folclore, a etnologia, a lingüística, a literatura oral, a geografia e a história. Esses letrados, em sua polivalência, estimulavam a divisão e a especialização dos campos do conhecimento, apontando a necessidade de reformular cadeiras de ensino que reuniam assuntos de grande diversidade na área das humanidades, de um modo geral, e da história de um modo particular. Isso era possível porque nessas primeiras décadas já se pensava os caminhos da História ‘no’ e ‘do’ Brasil.⁷⁵ A partir do que é analisado, nas décadas de 20, 30 e 40 Câmara Cascudo produziu em um amplo espaço do conhecimento não se identificando com os letrados que se destacaram no incentivo à divisão do saber. Por sua formação erudita ele transitava com facilidade entre todos os campos sem perceber os limites entre um e outro.

Não apenas as humanidades estavam em expansão, nestas primeiras décadas, dentro desta, a história, em particular, também estava em expansão, embora ainda indefinido. Os textos históricos estavam longe de ser apenas um ‘hobby’ de aristocratas decadentes,

⁷⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *De amadores e desapaixonados*. p. 10

⁷⁵ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. p. 75-6

políticos frustrados, muito menos de jornalistas desconhecidos pelo simples fato de exigirem grande investimento anterior que não se desvinculavam das questões sociais e políticas que se associavam à trajetória percorrida pelo autor. Na maioria dos casos os estudos históricos mantinham estreita relação com a atividade profissional de seu produtor. Sobretudo, se esta atividade era o jornalismo. Em Câmara Cascudo observamos que o jornalismo foi a porta de entrada, ou mesmo de saída, para a atividade cultural.

Na década de 20 quando começou a produzir, o seu pai era dono de jornal, atividade muito reconhecida nessas primeiras décadas, pois representava um meio de divulgação cultural. Refere Vânia Gico que nos anos 20 a imprensa centralizava um grande poder. Não se podia admitir que o letrado não aparecesse nos jornais como trabalhador direto ou colaborador. O jornal era o divulgador central, dada a dificuldade dos meios editoriais.⁷⁶ Do mesmo modo escreveu Sônia Maria Fernandes Ferreira: “o jornalismo se constituiu no instrumento da vocação manifesta do escrevinhador (Cascudo)”.⁷⁷ Os Jornais, *A República* e *A Imprensa* possibilitaram a divulgação da produção cultural de Câmara Cascudo. Foi n’ *A Imprensa*, criada, principalmente, para veicular a sua produção cultural, já que seu pai era o proprietário, onde, em 1915, Câmara Cascudo começou a perturbar a tranqüilidade das letras potiguares.⁷⁸ Foi o jornal o grande veículo de propagação cultural de Câmara Cascudo. Foi através do jornal de seu pai, o seu grande mecenas – em circulação de 1914 a 1927 – que Câmara Cascudo deu os seus primeiros passos rumo a carreira literária. O jornal era o veículo propagador das idéias culturais destinadas a um público mais amplo não circunscrito aos estudos formais, mas de certa forma ligados aos círculos dos letrados que tinham acesso aos jornais na época. Ou seja, àqueles que, como ele, eram chamados de produtores culturais e de certa forma possuíam um tipo de código para decifrar as informações não apenas dos jornais, mas das obras produzidas nesse período.

Na opinião de Ângela de Castro Gomes, o jornal deveria cumprir a tarefa de formar opinião pública, sendo apreendido como uma dimensão paralela e essencial da atividade política, ou seja, atuar em jornais era uma estratégia de ascensão cultural, porém isso não ocorria sem suportes políticos-sociais. Atuar em jornais era importante porque os periódicos

⁷⁶ GICO, Vânia de Vasconcelhos. *Luis da Câmara Cascudo*. p. 116.

⁷⁷ FERREIRA, Sônia Maria Fernandes. *De como Câmara Cascudo se tornou um autor consagrado*. 1. ed. Natal: Clima, 1986. p. 29

⁷⁸ *Ibid.* p. 29.

eram a base de circulação de idéias.⁷⁹ Talvez porque nessas primeiras décadas do século XX, o campo cultural ainda era pouco compartimentado institucional e intelectualmente, porque se verificavam poucas instituições de ensino superior, sendo a formação dos letrados da geração mais velha feita na Europa, enquanto os da geração mais jovem, nas faculdades oficiais já referidas, às quais pode-se acrescentar a Faculdade de Minas Gerais e o colégio Pedro II, tão importante quanto uma escola superior.

Como podemos perceber, ao longo de sua trajetória cultural, Câmara Cascudo produziu em diversas áreas do saber que ainda não eram institucionalizadas e nem tinham profissionais especializados. O seu campo de conhecimento era vasto. Ele dominava conhecimentos de folclore, etnologia, lingüística, literatura oral, geografia e história, embora não tenha produzido em todas essas áreas. Câmara Cascudo, no início de sua carreira, esteve totalmente a serviço das oligarquias. Ele pertencia a uma fração da elite dirigente. Filho de coronel, de tradicional família da burguesia agrária, que se tornou urbana no final do século XIX, estava entre as mais abastadas do Rio Grande do Norte, nas duas primeiras décadas do século XX. O seu pai foi ‘apadrinhado’ pela oligarquia do governo do dr. Pedro Velho, de quem recebeu vários cargos como de Alferes do Batalhão de Segurança, depois Tenente. Em 1900 seu pai já era comerciante com fortuna vária, o que permitiu a sua família viver com ‘requite aristocrático’.

O ambiente do ‘principado do Tirol’ permitiu a Câmara Cascudo viver como um ‘príncipe’ com toda a hierarquia aristocrática, com reuniões mensais, com ‘frios’ requintados. Características que associamos a valores, concebidos por Câmara Cascudo, como portugueses. É com franqueza que ele se auto nomeia:

“Sou de famílias tradicionais do Norte de Portugal e da ilha de Açores, vindas para o Rio Grande do Norte no começo do século XVIII. Não tiveram grande notoriedade, nem nota de desabono. Foram proprietários, fazendeiros, pequenos industriais, membros do Partido Conservador, por isso é que sou Cascudo [...] simplesmente, porque meu avô paterno era um dos chefes do Partido Conservador, e o Partido Conservador que chamavam Saquarema, também tinha um apelido de Partido Cascudo, que quer dizer, teimoso obstinado”⁸⁰

⁷⁹ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. p. 46

⁸⁰ LIRA, Carlos. *Luis da Câmara Cascudo*. p. 21

É interessante essa colocação porque ao produzir o seu discurso sobre o domínio holandês Câmara Cascudo escreve sob a ótica do português, os valores que ele defende são os valores portugueses. A partir daí é possível deduzirmos que ele se considera um português e nada mais natural, para ele claro, do que defender os interesses dos seus antepassados.

Câmara Cascudo pertenceu à geração em que os letrados propensos a formar carreira literária eram aqueles cujas famílias possuíam não apenas boa posição econômica. Essas famílias deveriam ter também prestígio político para com as classes dirigentes ou mesmo exercerem cargos políticos ou um encargo cultural. Mas não era só. O letrado devia acumular conhecimentos, capital escolar e cultural disponível conforme a disponibilidade oferecida pelo setor da classe dirigente a que pertencia. Câmara Cascudo não possuía, em 1921, quando já produzia artigos para jornais, nem mesmo quando publicou seu primeiro trabalho, nenhum diploma universitário. Mesmo sem possuir formação especializada em história já lecionava em escolas particulares. Ou seja, ele possuía o perfil do letrado dessas primeiras décadas que seria recrutado pelas elites do poder. Podemos observar que o diploma universitário era uma das condições do recrutamento de produtores culturais nessas primeiras décadas, mas não era o mais importante. Tanto ou mais importante do que os títulos escolares era o conhecimento científico, capaz de corresponder as demandas ofertadas pela fração dirigente a que pertencia a sua família como já foi referido. Para exercer um cargo público nessa Primeira República o letrado dependia das relações sociais tanto quanto da capacidade técnica de exercer as diversas tarefas que pudessem ser oferecidas pela classe dirigente.

Até a década de 30 o acesso dos letrados aos cargos públicos se dava através de postos e prebendas recomendados pelos “pistolões” cuja rentabilidade estava além daquela proporcionada pelos títulos escolares ou pelas aptidões profissionais. Apesar das muitas transformações ocorridas nas condições do trabalho cultural vigente na República Velha as possibilidades de acesso às carreiras literárias continuam a depender, em sua grande medida, das estratégias de reconversão das famílias que dispunham de condições de oferecer aos filhos um grande montante de capital escolar, como assegura Sérgio Miceli.⁸¹ Embora Câmara Cascudo possuísse uma certa liberdade financeira, não ficou imune a prebenda ofertada pelos “pistolões”, ao contrário, esta foi uma das condições favoráveis que, aliada ao seu conhecimento científico, só possibilitaram as suas relações sociais. Em 1928, assume a

⁸¹ MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. p.132.

profissão de professor, interino, de História no colégio Atheneu. Filho de pais abastados, o seu conhecimento é resultado de professores e biblioteca particulares. Numa educação autodidata, ele não ia até os livros, estes vinham até ele. Em francês, latim, inglês e espanhol. Como um erudito ele acumulou conhecimentos nas mais diversas áreas e nos mais variados assuntos. Essa era uma das condições a qual se identificavam os letrados que desejavam assumir funções públicas no âmbito cultural.

Na década de 20 quando a oligarquia ainda estava no poder, sua família, uma das mais abastadas do Rio Grande do Norte dispunha de autonomia econômica e posição social reconhecida permitindo-lhe viver como filho único de pais ricos, criado em berço de ouro, morando num 'principado' com toda a 'hierarquia aristotélica'. Na opinião de Itamar de Souza,

“Câmara Cascudo (só) reunia circunstâncias positivas: inteligência de escola, memória de computador, personalidade carismática e ontologicamente vocacionado para as atividades intelectuais... tudo isso respaldado pela situação econômica de seu pai que lhe permitiu viver em conformidade com o ócio aristotélico”.⁸²

Fica claro para nós que, na opinião de Itamar de Souza, Câmara Cascudo possuía uma vocação nata para a cultura, independente do modo como esta se manifestasse. O fato de pertencer a uma família de estirpe abastada, ligada aos ramos economicamente dominantes por laços de amizades, negócios em comum ou mesmo comitês partidários, possibilitou a Câmara Cascudo construir uma base de conhecimentos que o ajudaria nas pesquisas futuras. Sabemos que quando sua família perdeu a fortuna, junto com ela perdeu-se apenas o prestígio econômico, mas não o social e foi essa uma das condições que lhe permitiu continuar nos círculos dos letrados.

Nessa perspectiva observa-se que à frente da expansão dessas instâncias de produção cultural até a década de 30 estavam as principais frações dos grupos dirigentes da oligarquia dos estados. Essas frações se mobilizaram, política e ideologicamente, para exercer poder não apenas sobre a instância cultural, mas também sobre a política. Os letrados responsáveis pela produção de bens culturais, nesse período, eram recrutados no interior das famílias da classe dirigente e para isso dependia da condição material e social dessas famílias.

⁸² SOUSA, Itamar de. (org.) Câmara Cascudo: vida e obra. *Diário de Natal*. p. 14, Projeto ler. (suplemento especial)

Essa condição material dizia respeito ao cabedal cultural – aqui entendido pela capacidade de aquisição de bens culturais e morais – que cada letrado pudesse oferecer, ou seja, o produtor de bens culturais deveria ter não apenas conhecimento, mas também pertencer à parcela dirigente da oligarquia. Desse modo as principais facções da classe dirigente preservavam sua presença tanto no campo intelectual como nas instituições políticas. Os letrados estavam a serviço das oligarquias. A submissão a esses grupos era essencial para que pudessem produzir. Nesse sentido, não dá para dissociar as transformações ocorridas no mercado de bens culturais da situação material e social das famílias da classe dirigente, como observou Sergio Miceli.⁸³

Além das boas relações sociais de que dispunha sua família, há ainda que acrescentar o conhecimento que Câmara Cascudo acumulou nos muitos campos do saber, o verdadeiro erudito. Na opinião de Diógenes da Cunha Lima,

“em Luis da Câmara Cascudo a erudição se acomoda tão bem como um pijama velho. A verdade não precisa receber uma camada de pátina e gravidade para ser verdade. O bem querer pelos estudos, a imensa biblioteca de obras mestras, as leituras noturnas e diurnas- foi isso que possibilitou seus livros...”⁸⁴

Acreditamos que sem uma certa condição financeira seria difícil Câmara Cascudo fazer investimentos culturais em diversos campos para depois fazer aplicação de sua competência polivalente. Com sua educação autodidata Câmara Cascudo fez investimentos culturais nos vários domínios das humanidades. É importante a referência a questão da condição financeira porque foi através dela que Câmara Cascudo divulgou suas idéias ainda como iniciante no jornal de propriedade de seu pai. Para ele era uma espécie de escola, pois publicava sem nenhuma crítica aquilo em que acreditava e o que lhe interessava, como ele mesmo afirma. Quando repórter não correspondia aos ideais contemporâneos e não interessava a nenhum repórter de seu tempo, ele fazia reportagens sobre o que gostava: ronda de cavalaria, feiras, artesanatos, bailes, serenatas, as modinhas, não a exaltação, como tantos faziam, mas a mera forma abstrata de evocar culturalmente, de segui-la no tempo, quem e quando aquilo tinha sido feito. Podemos perceber que havia uma preocupação em Câmara Cascudo com a origem das coisas. Ele não se preocupava em apenas falar de tal ou qual assunto era –lhe necessário ir além e especificar, sondar a sua origem.

⁸³ MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. p. XV -XVI.

⁸⁴ LIMA, Diógenes da Cunha. *Natal*. p. 158

dessa memória popular ou das tradições verbais. “... O autor registrou fielmente a tradição popular e oral, fazendo-a acompanhar de comentários que a utilizam com nitidez”.⁸⁷

Nesse sentido é necessário buscarmos significado para o termo imaginário, cujo senso comum atribui o significado de fantástico, ilusório, resultando em expressões do tipo, ‘isso é coisa de sua imaginação’, para algo em que não se acredita. No entanto, podemos significar o termo imaginário numa visão mais específica, emprestando a definição de Sandra Jatahy Pesavento, como “um sistema de idéias e imagens de representações coletivas”.⁸⁸ Evaldo Cabral de Melo, por sua vez, explicita que à expressão imaginário, no seu sentido vago ou na acepção conferida pela psicanálise lacaiana, dá preferência à expressão de imaginário social, sentido esse, formulado por Cornelius Castoriadis, para quem

“o imaginário não desempenha o papel de uma superestrutura ideológica, de um epifenômeno, mas corresponde a uma dimensão constitutiva e reprodutiva das próprias relações sociais, isto é, ao processo pelo qual os grupos sociais se instituem como tais”⁸⁹. Ainda segundo ele, [...] “nesta expressão (imaginário) pode-se englobar uma ampla faixa de conteúdos ideológicos que inclui desde a invenção absoluta, como a falsificação histórica, até os simples deslocamentos de significados, mediante os quais o simbólico, a linguagem do imaginário, vai criando uma sucessão interminável de conotações. Para o historiador, o ‘imaginário social’ coloca questões de cultura histórica, isto é, de grau de conhecimento científico da história através das fontes disponíveis”.⁹⁰

No dizer de Evelyne Patlageam, numa sociedade, as práticas históricas são reguladas pelo imaginário, cujo domínio

“é constituído pelo conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência (humana) e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam. Ou seja, cada cultura, ou ainda cada sociedade, ou cada um dos níveis de uma sociedade complexa tem seu imaginário.”⁹¹

Finalmente, Evelyne Patlageam afirma que

⁸⁷ OS HOLANDESES no Rio Grande do Norte: uma série de estudos do historiador Câmara Cascudo fixando os episódios e fisionomias desse período. *A República*, Natal, 22 set. 1949. p. 8,

⁸⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História: Representações*. São Paulo, ANPUH: Contexto, v.15, n. 29, 1995. p.9,

⁸⁹ CASTORIADIS, Cornelius apud MELO, Evaldo Cabral. *Rubro Veio*. p. 18

⁹⁰ Ibid. p. 18

⁹¹ PATLAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques (Dir) *A História nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 291.

“a testemunha mais evidente do imaginário das sociedades passadas é a iconografia. Além dela aparece o escrito, obra composta por um autor [...] coletas das tradições de um povo, uma região, um meio social; aparece ainda o discurso ainda vivo das tradições e das práticas atuais”.

O que importa disso tudo é que, embora Câmara Cascudo tenha registrado a tradição popular e oral através do imaginário, o seu discurso não tem nada de popular nem seria possível ser compreendido por qualquer um que não estivesse obrigatoriamente no seu círculo, um grupo seletivo, e que não dispusesse de uma ‘senha’ para decifrar os seus escritos.

Essa característica, esse modo de escrever de Câmara Cascudo, é resultado da sua formação erudita e elitista. Entre o fim da década de 20 e inícios de 30 a sociedade brasileira presenciava o fim da oligarquia e ao mesmo tempo vivia a esperança de um novo momento político para o Brasil. A maior preocupação da elite oligárquica era manter os valores dominantes em que só ascendiam aos postos culturais aqueles que estavam no grupo dos dominantes, aqui incluídos todos os que estavam ligados às famílias dominantes por um certo capital de relações sociais. Segundo Carlos Guilherme Mota, essa é uma visão monolítica e mitológica da sociedade aristocrática, que empregava a explicação histórica dominante, gerada e sustentada pela oligarquia. Desse ponto de vista a realidade brasileira era explicada apenas do ponto de vista das classes dominantes ditas superiores.⁹² Essa visão será contestada nessa década de 30 pelos novos explicadores do Brasil, que farão críticas ao autoritarismo e às perspectivas hierárquicas, tão presentes nas explicações do Brasil, cuja produção política, literária e interpretativa da época obedecia a uma retórica bacharelesca, resultado da grande influência da Faculdade de Direito, que dominava desde meados da República Velha, centralizando o movimento editorial de revistas e jornais literários.⁹³

De modo geral a crise da oligarquia, com a Revolução de 1930, desencadeou a elaboração de um conjunto de reflexões em que cabem as novas formas de percepções e de ajustamentos à nova ordem vigente. Nessas novas reflexões é possível encontrar um certo saudosismo no discurso de algumas das novas explicações. A queda da oligarquia não significou apenas a renovação no plano político, mas, principalmente, no campo cultural, que trazia uma nova interpretação para a realidade brasileira, procurando fixar a interpretação que já fora iniciada com a Semana de Arte Moderna e com as explicações dos letrados que

⁹² MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. p. 28.

⁹³ *Ibid.* p.31

estavam à frente desse movimento. Apesar de Câmara Cascudo estar envolvido com esses movimentos e participar desse espírito de renovação cultural, ele continua a difundir os valores aristocráticos e elitistas. Nele está presente o saudosismo aristocrático que impregna o pensamento da primeira leva historiográfica, como em Gilberto Freyre, por exemplo. Simpatizante da família real brasileira e do regime monárquico, o saudosismo de Câmara Cascudo é pela volta do passado português, um saudosismo pelo tempo de glória do passado nordestino, chorando o fim das elites patriarcais. Nas palavras de Carlos Mota, “é uma busca do tempo perdido, uma volta às raízes para reencontrar o poder e a glória perdidos. O tom é de perda, de nostalgia, de saudade”.⁹⁴

Se por um lado ascender aos postos públicos dependia do capital de relações sociais, por outro lado era necessário o capital cultural e nesse caso levava vantagens o grande número de juristas que tinham ingresso livre para as carreiras ligadas ao trabalho cultural e para os mais altos escalões do serviço público. Mesmo com essa facilidade nos diversos setores do mercado, os membros da classe dirigente sentiram o peso da inflação no mercado de diplomas em virtude do crescimento de bacharéis provenientes das ‘Faculdades Livres’. Desse modo surge a grande concorrência ideológica e o medo da desclassificação social e profissional, ocasionando a adesão de muitos deles aos empreendimentos de ‘salvação’ política que surgiam, como por exemplo, o integralismo. A derrocada da oligarquia trouxe com ela o que Sérgio Miceli chama de ‘desemprego’ conjuntural, e trouxe também a montagem de organizações políticas que indicavam a oportunidade de substituição dos antigos grupos dirigentes.⁹⁵

No contexto do Rio Grande do Norte, o acesso de Câmara Cascudo ao mundo cultural, a ‘ampliação’ e o prestígio entre os letrados do eixo Rio - São Paulo, deveu-se, em parte, ao contato com Mário de Andrade, a sua participação nos movimentos culturais e na militância política. Em 1930 é eleito deputado estadual. No entanto essa participação é efêmera, porque cinco dias depois de assumido o cargo eclode a Revolução e os chefes de Estado são destituídos e com ele os seus correligionários. Muitos se viram vítimas do ‘desemprego’ conjuntural e a adesão ao movimento integralista, que tomava conta de todo o

⁹⁴ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*. p. 59

⁹⁵ MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. p. 40

97

Brasil, foi inevitável. Estes saíram em busca da ‘salvação’ e a Ação Integralista Brasileira foi a esperança de muitos. Segundo Sérgio Miceli

“um grande número de intelectuais que acabaram se filiando ao partido integralista só tomaram esse rumo quando se deram conta de que a derrocada das facções dirigentes com as quais colaboraram haviam truncado momentaneamente suas expectativas de carreira política.”⁹⁶

No Rio Grande do Norte Câmara Cascudo assumiu a posição de chefe da Ação Integralista Brasileira (1932–1937), como divulgador desse movimento político conservador e nacionalista e ao mesmo tempo cultural dos anos 30, cuja ideologia defendia o combate ao comunismo, o nacionalismo exacerbado, o anticapitalismo internacional, a hierarquia, o Estado todo poderoso, a disciplina e o misticismo cristão. O seu lema era Deus, pátria e família. O integralismo pregava o Estado totalitário, ou seja, o poder deveria ser entregue a um único chefe integralista. Esse grupo manifestou seu ideal de forma agressiva contra outras organizações políticas, como, por exemplo, a Aliança Nacional Libertadora, que reunia princípios comunistas, principal ponto de combate dos integralistas e de Getúlio Vargas que assumia o governo federal após golpe de Estado. No início do Estado Novo os integralistas apoiavam as ações do estadista Vargas na esperança de serem contemplados com alguns cargos ministeriais, quando esses não vieram os integralistas passaram a conspirar contra a ditadura, visando um novo golpe de Estado e a imposição de outra ditadura, desta feita sob seu controle.

Câmara Cascudo, identificado com os ideais integralistas defende o nacionalismo, impregnado dos valores aristocráticos portugueses, assume uma postura lusófila. Divulgou seus ideais através de artigos publicados no jornal *A Ofensiva*, porta voz da AIB. Num desses artigos, “Integralismo é cópia?”, (de 18 de outubro de 1934), Câmara Cascudo deixa evidente, sobretudo, seus valores portugueses:

“Se nós brasileiros usássemos o material exclusivamente nacional, teríamos outra forma de civilização. Portugal nos deu o idioma que negros e índios colaboraram. A Europa nos manda tipos de indumentos e de idéias. Devendo atender aos reclamos desses aprioristas, falaríamos tupy, cercando a cultura

⁹⁶ MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. p. 40-41

com a **eutuape**, a cabeça com a **acanquatará** e na mão o **tacape** dos **Tuixáuas**".⁹⁷ (grifo nosso).

Denotamos ao longo do discurso de Câmara Cascudo que os valores portugueses são, assumidamente, os seus.

A 'geração modernista' que se delineou na década de 1920 com os manifestos que configurariam as identidades nacionais, culminando na Semana de Arte Moderna em 1922, na Revolução de 1930 e na militância pela Ação Integralista Brasileira, incorporou o pensamento nacionalista e permitiu a Câmara Cascudo uma outra concepção de vida gerando novas formas de enfrentar a realidade brasileira. Segundo Sônia Maria Ferreira,

“para Cascudo a problemática obrigatória da sua geração era a ‘revolução brasileira’ fruto da consciência de um sentimento nacionalista emergente [...] Denunciando a alienação cultural à ‘intelligentsia’ brasileira da década de 1920 a 1930 faz do nacionalismo uma diretriz da vida intelectual.”⁹⁸

Essa nova concepção permitiu a Câmara Cascudo a fuga da clausura, do esteta, do ideólogo, do universitário, do disciplinar, nas palavras de Vânia Gico, “para não se deixar encerrar nos guetos, na especialização, assumindo um discurso ‘provinciano’, sem, contudo, perder de vista a dimensão universitária...”⁹⁹ Câmara Cascudo se identifica, de certo modo, aos pensadores dos anos 30 que pertenciam a diversas posturas e orientações presentes no período: conservadores, autoritários, integralistas, militantes, católicos, sem preocupação sistemática, despreocupados com os cânones acadêmicos.¹⁰⁰

O fato é que nessa década de 30 não havia, ainda uma exigência aos valores acadêmicos. Como colocou Carlos Guilherme Mota, até meados da década de 40 a produção historiográfica mais significativa do século XX não era marcada pela vivência universitária. Só no final dos anos 40 se farão notar os primeiros frutos dos estudos universitários. Até então, a vivência universitária era necessária apenas para ostentação. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada na década de 30, - tentativa desesperadora das antigas

⁹⁷ MELO, Luiz Gonzaga Cortez. de. *Câmara Cascudo. O jornalista integralista*. Natal: CCHLA/ UFRN, 1995. p. 18 (coleção humanas letras).

⁹⁸ FERREIRA, Sônia Maria Fernandes. *De como Câmara Cascudo se tornou um autor consagrado*. p. 43

⁹⁹ GICO, Vânia de Vasconcelos. *Luis da Câmara Cascudo*. p. 95

¹⁰⁰ Ibid. p. 96.

dissidências oligárquicas em recuperar o poder, a cuja perda atribuíam a carência de quadros especializados para o trabalho político e cultural, direcionam, então, sua intenção para a criação de novos instrumentos de lutas- não surtiu efeito imediato, ou seja, não se sentiram os efeitos da renovação historiográfica. Porque até certo ponto, o modelo francês que impressionou a aristocracia rural do século XIX, volta a ser utilizado de maneira metódica, difundida pelas missões culturais que trouxeram, também, os futuros mestres às carreiras universitárias. A oligarquia em crise buscará os valores da permanência nessa orientação francesa.¹⁰¹

Com o fim da oligarquia e a afirmação de um novo sistema político o poder da burguesia ganha peso na luta pelo fim dos valores aristocráticos, pois no sistema oligárquico da República Velha tanto se desenvolveu uma aristocracia quanto uma burguesia e é essa que nessa década de 30 levanta a voz. Câmara Cascudo participava dessa transferência de valores e dessa nova experiência política. Ao levantar a bandeira do nacionalismo ele o faz para defender a permanência não apenas dos valores aristocráticos, mas também dos valores europeus que ainda se faziam notar, assim como o consumismo, o capitalismo e o atraso cultural. Como um erudito ele analisa e até mesmo critica o regime em nome do qual ele fala. No entanto, ele é um legitimador deste, não se coloca à margem da ordem estabelecida. O erudito, quando intervém nos destinos de seu país, de sua nação ou classe social o faz em nome de uma universalidade de princípios e valores e os valores dele, de certo modo, são os valores europeus.

Sem qualquer particularismo Câmara Cascudo defenderá o nacionalismo, mas um nacionalismo elitista, branco. É essa experiência que determinará as diretrizes da sua produção cultural. Dentro dessa produção as diretrizes que queremos analisar são as que proporcionaram ou que possibilitaram a produção do discurso sobre o domínio holandês. Vale salientar que, do modo como estamos analisando as condições históricas de possibilidade desse discurso, à medida que os aspectos históricos vão sendo colocados vamos fazendo referência aos pontos que são trabalhados dentro desse discurso, para que, desse modo, possamos estabelecer uma relação – guardadas as devidas proporções - entre o contexto vivido por Câmara Cascudo e o discurso produzido.

¹⁰¹MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. p. 33

O contexto vivido por ele foi delimitado pela conjuntura histórica das mobilizações em favor da renovação cultural em que se traduzia uma nova arte literária para se pensar o Brasil, ou a formação do Brasil. Dizemos formação do Brasil porque na década de 40 toda a consciência intelectual literária se voltará para o resgate dos aspectos formadores do Brasil. Consciência que foi despertada no pós-primeira guerra e ‘amadurecida’ com os movimentos culturais das décadas de 20 e 30. O choque da Primeira Guerra Mundial foi o despertar da consciência nacional em nosso país, o despertar para o conhecimento do passado, da nossa gente e de seu futuro. O nacionalismo militante, do qual Câmara Cascudo fazia parte, era expresso na formação de ligas ou de organizações congêneres, além dos congressos e viagens realizados pela vanguarda cultural do país.¹⁰² Os letrados, movidos pelo medo da expansão imperialista e da chamada emergência do nacionalismo, precisavam buscar nossas raízes e um ideal de brasilidade que se prenunciava com o fim do ideal cosmopolita de desenvolvimento. Essa consciência que se assinalara no pós - primeira guerra vai alcançar o maior número de adeptos com o movimento modernista e se intensificará com a Revolução de 30, quando a política cultural em vigor promove a aproximação entre intelectualidade e política.

A partir do final dos anos 30 e durante os anos 40 é reconhecido o engajamento entre políticos e intelectuais objetivando o despertar das idéias e propiciar argúcia e clareza nas análises históricas. Do mesmo modo como a atividade jornalística e literária que instigava e conduzia a preocupações com a vida do país. No entanto, vale ressaltar que esse grupo que emergia nos anos 40, engajado com as lutas do seu tempo, investia contra o modelo proposto pela Academia Brasileira de Letras, de fins do século XIX até 1920, que propunha segundo Ângela de Castro o “afastamento de embates políticos em nome de uma postura intelectual mais profissional”.¹⁰³ Disso pode-se inferir que Câmara Cascudo, na sua trajetória intelectual, envolvia-se com o jornalismo tanto quanto com a política e com as preocupações de seu país, sem, no entanto perder de vista a dimensão cultural que o cercava. A preocupação de Câmara Cascudo (não só dele, mas de todos os ensaístas a partir de 1920) era a busca de uma identidade nacional. Para essa busca Câmara Cascudo baseava-se no documento escrito, para ele ainda a principal fonte de coleta de dados, acreditando que não havendo documento não

¹⁰² MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. p. 20 - 21

¹⁰³ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. p.77.

haveria história. A partir desses documentos descrevia/ narrava, com riqueza de detalhes, uma explicação para a formação da sociedade nacional e da brasilidade desejada. A coleta e classificação documental estavam associadas a sua experiência cultural. O discurso de Câmara Cascudo sobre os holandeses tem sua gênese nessa busca pelo passado.

De modo geral, Câmara Cascudo se mostrava arredo aos rigores dos conceitos e dos modelos que ainda se inspiravam no exemplo europeu. Na década de 40 os valores sociais são os do desenvolvimento, do capitalismo, dos ideais consumistas europeus. Nacionalista de direita, Câmara Cascudo sai em defesa do Brasil que ele acredita construir ou salvar. Na opinião do coronel Milton Freire de Andrade, comandante da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, em carta enviada ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, por ocasião da comemoração da Semana Câmara Cascudo, “a constante preocupação de Câmara Cascudo era com o regional, sem resvalar para o pitoresco e sem perder o sentido do universal e do nacional, num momento em que as lides (políticos, administradores, artistas, elite) da configuração política e geográfica do Brasil caem numa espécie de torpor, desvinculando-se da paisagem natural e humana, e voltando-se, pouco a pouco para o exterior, a namorar, a enlevar-se com a cultura européia criando um absenteísmo com relação à cultura e à problemática brasileira”.¹⁰⁴

Ainda segundo o depoimento do coronel, para o combate dessas vicissitudes políticas só mesmo um “tal sentimento de forças de unificação cultural do nosso povo e da complementaridade dos interesses econômicos regionais, possibilitou o milagre da unidade nacional...”¹⁰⁵ Nesse sentido, na sua opinião, “Câmara Cascudo foi um valoroso general naquela tal luta para reivindicar o brasileiro nessa terra, lutando vitoriosamente contra aquela ‘imoralidade do nacional casado com a terra brasileira, mas amando platonicamente a Europa’”¹⁰⁶. Com isso fica claro que a referência do coronel é feita ao movimento regionalista, aquele grupo que, em todo o Brasil soube pintar o homem brasileiro com a cor local de sua vida, destacando-se suavemente sobre o fundo realista de sua paisagem natural e do seu quadro ecológico e permitindo-o compreender a unidade espiritual de seu país, através

¹⁰⁴ *INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE*, Luis da Câmara Cascudo: sua vida e sua obra. Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1969. p. 131.

¹⁰⁵ *Ibid.* p. 131

¹⁰⁶ *Ibid.* p. 131.

da multiplicidade de seus aspectos regionais.¹⁰⁷ A participação de Câmara Cascudo serviu para mostrar os valores e desenvolver o sentimento de unidade do nordeste e promover o fortalecimento da região, ante o estigma de estados fragilizados para o confronto com o sul. Foi engajado nesse movimento que ele criou todo um discurso em torno do sertão, como já colocamos.

A sociedade das décadas de 30 e 40 do século XX, na qual Câmara Cascudo estava inserido, é responsável pela produção do seu discurso, que nesse momento é de crítica a sociedade burguesa, porque esta representa o burguês, o capitalista, o consumidor. Ele transfere os valores dessa sociedade para àquela em que ocorreu o domínio holandês. Por isso o seu ódio ao holandês, sobretudo, o judeu. O judeu tem espírito de burguês, de capitalista, de usurpador. Todo o seu discurso nessa década de 40 será uma crítica à sociedade burguesa a qual pertencia. Ele usará seus livros para fazer essa crítica. É significativo o empenho de Câmara Cascudo em torno desse discurso:

“Quando escolho um assunto, o primeiro trabalho é separar toda a bibliografia sobre o tema. Ler e pensar unicamente naquele rumo. Me impregnar bem. Isso provoca, naturalmente, a produção íntima de idéias daquela paisagem. [...] Fico uma temporada vivendo unicamente o temário que está me interessando. Nada além desse temário. Daí a intensidade que chega a ser comunicante aos meus leitores, quando escrevo. A minha vitória é o seu entendimento: Você entender. Escrever para ser compreendido, e não para mostrar erudição”.¹⁰⁸

No entanto, sabemos que a compreensão desse temário se restringe a um grupo seleto que nesse período tinha ciência de que os aspectos do domínio holandês no Rio Grande do Norte estavam sendo ‘recuperados’ pelo

“historiador Luis da Câmara Cascudo (que) publicará uma série de estudos fixando o período do domínio batavo no Rio Grande do Norte como homenagem do transcurso do terceiro centenário das lutas rememoráveis que restituíram o norte à comunidade latina e cristão do Brasil português [...] As figuras e os acontecimentos serão desta forma estudados, [...] pela divulgação de peças interessantes exumadas dos arquivos e a tradução de livros estrangeiros aumentando consideravelmente o conhecimento dessa fase de nossa história [...] sabendo tratar-se de um verdadeiro curso de história

¹⁰⁷ *INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE*, Luis da Câmara Cascudo: sua vida e sua obra. p. 131.

¹⁰⁸ LIRA, Carlos. *Luis da Câmara Cascudo*. p. 79

holandesa no Rio Grande do Norte, a todos interessando e prendendo pelo brilho do seu estilo e clareza vocabular, tratado por um mestre no assunto.”¹⁰⁹

Serão artigos, palestras (como a proferida em Canguaretama, em fins de 1949, no local onde ocorreram os massacres) livros, como *Os Holandeses no Rio Grande do Norte* e *Geografia do Brasil Holandês*, capítulos de livros, como na *História do Rio Grande do Norte* e *História da Cidade do Natal*. Todos tratando do mesmo assunto, embora seja necessário o conhecimento de todos para uma maior compreensão.

Essa característica é a de um erudito, de um clássico. Para Câmara Cascudo existe uma narrativa pronta – isso ele faz quando separa a bibliografia sobre o tema – a essa narrativa é necessário acrescentar os detalhes, o que vai colher com a sua pesquisa, ou até onde ela permitiu-lhe ir. A história para ele parecia ser feita aos pedaços, ou seja, por várias pessoas, cada uma descobrindo um fato novo e acrescentando à ‘narrativa verdadeira’. Ele se permite ler as narrativas prontas como se estas fossem a verdade e acrescentar aquilo que acha que ‘faltou’ a essa verdade. Para ele a história ainda é a do Instituto Histórico e Geográfico. A história é historicizante, verdadeira. Mantém uma narrativa do evento, acrescenta o que achou de novo e retira o que acha que é lendário.

Devemos colocar Câmara Cascudo numa perspectiva metodológica que ainda carregava os ideais da historiografia factualista e positivista, no dizer de Evaldo Cabral, apegada à velha lição de Ranke, que se preocupava em saber como os acontecimentos realmente se passaram, que se preocupava com a mentira histórica, mas que se achava munida de métodos críticos ‘capazes’ de distinguir entre a verdade e a fraude, muito embora já houvesse pesquisas históricas no sentido de uma renovação historiográfica, disposta a uma desmistificação histórica e a explorar as deformações de significados.¹¹⁰ Sobretudo, no que diz respeito aos grandes personagens e heróis tão exaltados nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Partindo do fato que Câmara Cascudo produziu com base nas crônicas luso brasileiras e nos documentos neerlandeses traduzidos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, e que a produção significativa da história dos anos 40, ainda era feita por produtores culturais vinculados aos

¹⁰⁹ OS HOLANDESES no Rio Grande do Norte uma série de estudos do historiador Câmara Cascudo fixando os episódios e fisionomias desse período. A República, Natal. 22 set 1949. p.8

¹¹⁰ MELO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*. p. 18 - 19

Institutos Históricos de cada estado, considerando também que essas traduções carregavam os pressupostos desses institutos, podemos inferir que Câmara Cascudo não poderia de modo algum escapar a eles. Desse modo, a memória do domínio holandês foi reproduzida por Câmara Cascudo carregando a designação de história completa e acabada, factualista e centrada nos feitos dos grandes personagens e heróis. Muito embora o final da década de 40 já vivenciasse a renovação desse modelo historiográfico e a evolução dos estudos históricos e políticos no Brasil, como já foi frisado, Câmara Cascudo ainda estava preso aos pressupostos historiográficos dos Institutos Históricos e de Varnhagen. Embora a história escrita por Câmara Cascudo tenha sido feita em outro ambiente, em outro tempo, com outras influências, fica evidente a continuidade da história varnhageniana que ainda se caracterizava por ser uma história completa escrita por quem sabia ‘toda’ a história. A forma de escrever de Câmara Cascudo traz à expressão esta característica.

Câmara Cascudo participava de uma nova experiência cultural, no entanto, continuava se prendendo ao fato, a cronologia, ao documento escrito, ao espaço geográfico como instrumento de estudo. Daí porque seus textos históricos são definidos como factuais e positivistas, ainda presos às diretrizes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É aceitável o ‘apego’ de Câmara Cascudo a essas diretrizes, pois embora sua obra *Os Holandeses no Rio Grande do Norte* tenha resultado de cuidadosa revisão de obras já publicadas, como ele mesmo afirma, ele cita em larga escala Varnhagem, Marcgrav, Barléus, Frei Rafael de Jesus, Diogo Lopes de Santiago, Joannes de Laet, diários de expedições, obras que foram produzidas, sobretudo, na segunda metade do século XVII e nos séculos XVIII e XIX.

Deduzimos que o que possibilitou as ‘preferências’ de Câmara Cascudo para a produção do seu discurso foi, em princípio, a sua formação: os muitos livros de literatura clássica européia, da qual ele herdou o gosto pela erudição e pela forma estilística. Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ele herdou os métodos, a postura positivista e centrada nos valores dos grandes personagens e heróis e a pretensão em narrar a história ‘completa’. Depois, o contato com Mário de Andrade entre outros produtores culturais contemporâneos resultou a ampliação dos horizontes culturais e as agremiações às muitas instituições culturais no Brasil e no Exterior. A participação nos movimentos modernista e regionalista despertou o interesse pela cultura regional ao mesmo tempo em que o mantinha

em consonância com a cultura nacional. A permanência na Faculdade de Direito do Recife lhe permitiu defender os valores aristocráticos e a manutenção da elite no poder. Junto com a defesa dos valores aristocráticos ele defendia também a volta do passado português. Essa base teórico-metodológica fundamenta um discurso que legitima a colonização portuguesa. Como veremos, o discurso de Câmara Cascudo sobre os holandeses na capitania do Rio Grande tem como principal ponto de argumentação a superioridade dos valores portugueses. Valores que ele faz questão de adotar.

2.2- “*Scribitur ad narrandum non ad probandum, escreve-se para narrar e não para provar, ensinou Quintiliano...*”¹¹¹

Na apresentação ou no prefácio de uma obra revela-se muito mais do que o seu conteúdo interno. Revelam-se também aspectos do período tanto quanto da conjuntura em que essa foi obra produzida e mais, pode revelar algumas características do seu produtor. Por isso o nosso objetivo vai além da análise das obras de Câmara Cascudo que tratam do domínio holandês. A análise se estenderá aos prefácios ou a apresentação dessas obras. Notamos que em *Os Holandeses no Rio Grande do Norte* há apenas uma homenagem a Tavares de Lyra, segundo Câmara Cascudo, “aquele que, num livro formoso, primeiro estudou o assunto (o domínio holandês) no Rio Grande do Norte”¹¹². Destina-se ainda a revisar a bibliografia já produzida sobre o assunto, como também as tradições orais e a ‘corografia’ local. Implícito está que a obra de Tavares de Lyra será referência, embora isso não ocorra.

Do ponto de vista metodológico, *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*, tal qual Câmara Cascudo cita no prefácio, destina-se apenas a revisão do que já foi publicado, isso fica evidente pela maneira como ele estrutura os capítulos. Ele o faz como se já houvesse todo um conhecimento prévio sobre o assunto e que não necessitasse ser retomado, daí porque cada capítulo parece tratar de um episódio isolado do acontecimento. De fato, a obra *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*, antes mesmo de ser publicada já havia sido divulgada numa série de artigos de jornais. Na primeira metade da década de 40 ele divulga não apenas os capítulos do livro, os principais aspectos do domínio holandês viram artigos e palestras. Parece haver, para

¹¹¹ CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, Rio de Janeiro: MEC, 1955.

¹¹² Id. *Os holandeses no Rio Grande do Norte*. (trecho da introdução).

Câmara Cascudo, uma necessidade de lembrar, a todos aqueles que tinham acesso a suas produções culturais, o ato de rememoração do tricentenário das lutas de restituição do território brasileiro que tiveram palco no Rio Grande do Norte.

Na apresentação da *História do Rio Grande do Norte* Câmara Cascudo revela grandes disparidades, do ponto de vista metodológico, entre o que tenciona escrever e o que realmente escreve. Tomemos como exemplo a citação que encabeça o tópico 2.2. Apesar do ‘escreve-se para narrar e não para provar’, percebemos que ocorre o inverso. Câmara Cascudo constrói uma narrativa, no entanto esta possui os aspectos de uma verdade, de uma ‘prova’, como se ele tivesse visto e ouvido os fatos. Uma de suas preocupações, exposta na referida introdução, era “divulgar o conhecimento do passado tendo pouco interesse nos comentários pessoais sempre discutíveis”. Observe que parece haver para Câmara Cascudo, um conhecimento do passado (dado e acabado) pronto a ser resgatado, apenas haja necessidade, e divulgado pelo historiador. Ao mesmo tempo, como mostra Vânia Gico, Câmara Cascudo se contradiz: “nos seus textos sobre história, Cascudo desfocaliza os acontecimentos para realçar a vida de seus personagens. A história pessoal, para ele, reconstruída na perspectiva do método da história da vida, constituía rico documentário...”¹¹³

Ainda na introdução de *História do Rio Grande do Norte* Câmara Cascudo argumenta que, a partir “da fórmula interpretativa, (visa) explicar a razão dos acontecimentos e desenhar a psicologia dos homens que estiveram à frente dos sucessos antigos”¹¹⁴. Mais uma vez cai em contradição. Ao mesmo tempo em que fala em interpretação se detém apenas nos homens que estiveram à frente dos acontecimentos. Isso explica o porque da ênfase nas ‘qualidades’ pessoais e nos feitos de Jacó Rabi, em primeiro plano e uns poucos em segundo plano. Mas, do ponto de vista metodológico, a sua *Geografia do Brasil Holandês*, responde a essa alusão de Câmara Cascudo à ‘desenhar a psicologia dos homens’. Os perfis psicológicos, incluindo os valores morais, étnicos e sociais dos portugueses e dos holandeses são traçados por Câmara Cascudo em comparações e superposições de raças. Para os primeiros, as qualidades são positivas, a raça é superior; aos outros, as ‘qualidades’ são negativas, a raça é inferior, insuficiente e indigna de manter domínio sobre o Brasil. Ao longo do texto Câmara

¹¹³ GICO, Vânia de Vasconcelos. *Luis da Câmara Cascudo*. p. 81.

¹¹⁴ CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. (trecho extraído da introdução)

Cascudo expõe o que fez de um o merecedor de colonizar os trópicos, em detrimento do outro, um inábil, com todas as letras, um incapaz.

A partir do exposto deduzimos que, se o comentário pessoal não era o grande ponto do interesse de Câmara Cascudo, talvez porque discutível, isso só confirma que os seus textos trazem muitas repetições do que já foi produzido sobre o assunto. Os comentários pessoais são necessários para que se levante as hipóteses que, possivelmente, venham derrubar os paradigmas sacralizados existentes na história. Porém, a visão que Câmara Cascudo tem da história é que esta é uma narrativa pronta, a ela é necessário acrescentar o que há de novo e a cada nova pesquisa, assim, o comentário só será cabível àquele fato do qual ele duvidar da veracidade. Nesse sentido, o que o leva a escolher alguns episódios e outros não? Como por exemplo, exaltar determinados valores e denegrir outros?

Primeiro é necessário dizer que Câmara Cascudo trata dos episódios que ele acredita que vão acrescentar algo ‘novo’ ao que já existe sobre o assunto, assumindo a característica de um clássico de um erudito, como já demonstramos. Segundo, ele não escreve para o grande público e sim para um público entendido, que está circunscrito no seu círculo de conhecimento. Cada capítulo de *Os Holandeses no Rio Grande do Norte* trata de um episódio isolado do todo (o domínio holandês) como se o público ao qual ele se dirige já conhecesse todo o assunto, ou quase, de modo que o que ele escreve só viria ‘acrescentar’ algo mais. E por último, nunca é demais acrescentar que o discurso de Câmara Cascudo é de um branco, com concepções luso-brasileiras, que defende o Brasil que o ‘português criou’, daí porque as qualidades dos portugueses serão sempre superiores as dos outros povos que habitaram as terras do Brasil no período do domínio holandês, porque para ele, os valores a serem defendidos serão os dos portugueses, ele deseja a permanência desses valores, são valores brancos, aristocráticos, clássicos.

Um exemplo significativo é o capítulo primeiro de *Os holandeses...*, A TENTATIVA DE DEZEMBRO DE 1631. O que nos diz esse título? O que dele podemos deduzir? Implícito está que já houvera alguma e que haveria outras tentativas. De fato, em 1625 e 1630 houvera tentativas holandesas de domínio da capitania do Rio Grande, e em 1633 haveria outra, mas daí, a saber, disso, só mesmo um conhecimento prévio do assunto. De fato em sua *História da Cidade do Natal*, produzida em 1947, ou seja, dois anos antes, há um resumo, não apenas das tentativas, mas de todo o domínio holandês. Na *História do Rio*

Grande do Norte há mais. Além do resumo sobre o domínio, capítulos inteiros da obra *Os Holandeses...* são copiados, de modo que é necessário ter conhecimento de todas as obras publicadas sobre o assunto para compreender uma.

No início do capítulo acima referido, lê-se: “A Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais tornou-se senhora de Olinda e Recife em 1630. No ano seguinte arriscou a conquista da Paraíba, perdendo gente e tempo. Restava o Rio Grande...”¹¹⁵ O que era a Companhia das Índias Ocidentais? Quais seus objetivos ao assenhorear-se dessas províncias? E porque exatamente elas? Do público, ao qual se destinava essa obra, esperava-se ter o conhecimento de que essa Companhia foi uma empresa criada em 1621 pelos holandeses em reação ao bloqueio econômico imposto pela Espanha, de cujo domínio, não apenas a Holanda, mas também outras províncias do Norte da Europa, haviam escapado ao conquistar a independência e proclamarem a República. A partir da criação dessa empresa, por comerciantes prósperos da Holanda, o objetivo era conquistar o norte do Brasil, e apoderar-se da produção de açúcar. As províncias do Brasil - o Brasil até então colônia portuguesa e também sob o domínio espanhol - estavam proibidas de comerciar com a Holanda. Mais a Holanda dominava, na época, o transporte, refino e distribuição do açúcar brasileiro, o que facilitaria o domínio. Assim, a primeira tentativa foi na Bahia, rica produtora de açúcar. Fracassada a tentativa, o próximo passo seria as províncias vizinhas. Daí a referência de Câmara Cascudo a Olinda, Recife, Paraíba e Rio Grande. Ainda uma observação sobre esse capítulo. Não há uma referência sequer aos holandeses. Como saber que essa tentativa de dezembro de 1631 fora feita por eles? Fica claro, portanto, que o público de Câmara Cascudo é um público entendido, não havendo necessidade de maiores explicações.

Ainda analisando a introdução da *História do Rio Grande do Norte*, em que Câmara Cascudo diz que usará a ‘fórmula interpretativa’ na busca da explicação dos acontecimentos, deduzimos que, do seu ponto de vista, é possível essa explicação. Considerando que o documento é um monumento construído pelo próprio historiador e nesse caso suscetível a uma abordagem peculiar a esse historiador, o conteúdo desse documento poderá ‘explicar’ os acontecimentos, mas jamais lhe extrair a verdade. O documento não garante a veracidade dos acontecimentos, pois esta é criada pelo historiador. Cada historiador busca a verdade que justifica o seu discurso, que sempre é resultante das condições sociais nas

¹¹⁵ CASCUDO, Luis da Câmara. *Os holandeses no Rio Grande do Norte*. p. 3.

quais ele está inserido. Quanto à preocupação dele em ‘divulgar o conhecimento do passado’, fica claro que ele acredita realmente conhecer esse passado e, por isso, não se faz de rogado, em se tratando do domínio holandês entre 1945 e 1955, a divulgação se dá em quantidade considerável.¹¹⁶

Vale ressaltar que a estrutura de pensamento, enquanto maneira de tratar e organizar as informações, que Câmara Cascudo ‘historiador’ expõe em sua obra *Os holandeses no Rio Grande do Norte*, não condiz com a descrição enfática que Américo de Oliveira Costa faz de Câmara Cascudo professor de História do colégio Ateneu. Segundo Américo de Oliveira, Câmara Cascudo era

”um professor que não se limitava à simples e cansativa repetição de textos, aos conteúdos inalteráveis dos livros de classe com nomes, feitos e datas nos lugares e com os significados de sempre [...] A história nas suas mãos e nas suas palavras animava-se de estranhas luzes e perspectivas. Era lição e exemplo, informação e testemunho, pesquisa e experiência. [...] Aquela ‘narrativa metódica dos fatos do passado’ cedia [...] a busca interpretativa dos fenômenos, suas origens, incidências e efeitos [...] os fatos e circunstâncias antigos se viam [...] esclarecidos pela comparação e projeção dos fatos novos, em desdobramentos imprevistos”.¹¹⁷

Câmara Cascudo, enquanto ‘historiador’, produz seus textos sobre os holandeses privilegiando a narrativa. À maneira de Câmara Cascudo, a ligação entre os acontecimentos se estabelece a partir da ênfase na cronologia numa sincronia de lugares e datas, tempo e espaço estabelecendo uma estrutura à seqüência narrativa. A preocupação de Câmara Cascudo com a cronologia revela o cuidado deste em narrar o episódio ‘completo’ e contar toda a ‘verdade’. Vejamos esse exemplo:

“No mesmo 12 de dezembro foram dadas graças ao Senhor Deus na capelinha do Forte ante o painel que representava os três Reis Magos do Oriente. Descargas de mosquetaria saudaram a bandeira do Príncipe de Orange e o pavilhão da companhia, hasteados vitoriosamente. A 13, Maulpas e Hendrick

¹¹⁶ O livro *Os Holandeses no Rio Grande do Norte* será divulgado numa série de artigos no jornal A República, em 1949; na *História do Rio Grande do Norte*, 1955, vários capítulos de *Os Holandeses no Rio Grande do Norte* serão incluídos; na *História da Cidade do Natal* há um capítulo sobre o domínio; e ainda em *Geografia do Brasil Holandês*. Vários artigos sobre o assunto, como Jacó Rabi, a influência que os holandeses tiveram na formação do povo brasileiro, entre outros temas, serão publicados nessa década de 40.

¹¹⁷ OLIVEIRA, José Américo de. *Viagem ao universo de Câmara Cascudo: tentativa de ensaio bibliográfico*, Natal: FJA. p. 27-28.

Frederick, capitães, com 60 marinheiros, foram a Genipabu trazer gado. Fes-se o inventário do material apreendido. Descarregaram as caravelas a 14. Domingo, 18 de dezembro, o prepotente Joannes fez prédica na igrejinha do povoado de Natal, assistida por todos. A 21 partiram, pesados de despojos. Antes proclamaram indultos e promessas de tranqüilidade e trabalho pacífico, aos que jurassem fidelidade. [...] começara um domínio de vinte e um anos, um mês e quatorze dias...”¹¹⁸

Deduzimos que o impulsionava um desejo de informar e testemunhar. Ao narrar os acontecimentos com uma riqueza de detalhes, nome e datas, por vezes desnecessários, torna o seu trabalho repetitivo e cansativo.

Embora o seu trabalho seja repetitivo e seguidor dos pressupostos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apresenta estrutura metodológica com aspectos peculiares ao próprio Câmara Cascudo. Por exemplo, o ódio com que ele descreve o contato entre portugueses e holandeses é proveniente, por um lado, de sua formação católica e, por outro, da aversão ao burguês que esse holandês representava, pelo seu espírito capitalista, a cujo combate se empenhava. Do seu modo, ele introduz os comentários pessoais, embora não busque um novo sentido para determinadas explicações. Um exemplo de um comentário pessoal é quando ele se refere a Joannes de Laet chamando-o de prepotente, isso demonstra em que conta ele trazia os holandeses. A sua aversão ao capitalista que o holandês representava é muito significativa. Ao criticar o holandês que encarnava o espírito burguês está criticando a sociedade burguesa da qual fazia parte. A crítica que ele faz ao capitalismo é de certa forma dirigida a sociedade presente, ou seja, a sociedade da qual fazia parte, assim, a sua crítica é ao próprio presente. Ao longo de todo o seu discurso sobre os holandeses percebemos que descreve os fatos sob a ótica da conjuntura do seu presente: a sua sociedade, a sua religião. Desse ponto de vista, ele apreende os valores da sociedade em que ocorreu o domínio com os mesmos valores da sociedade em que vive.

A sua formação clássica e erudita que foi alimentada, no princípio, por sua condição financeira, não lhe permitia fornecer ‘conhecimentos’ em troca de enriquecimento, ele os transmitia por prazer em demonstrar a sua erudição, mesmo que diga o contrário. Quando sua família perde a fortuna depois de endividamentos - possivelmente com financiamento de cargos públicos, já que seu pai podia ser identificado com os mecenas que se destacaram nos idos da República Velha – foram muitas as dívidas que deveriam ser cobradas

¹¹⁸ CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio grande do Norte*. p. 65.

por Câmara Cascudo. Este prefere pagar todas as dívidas com os minguados mil réis que recebia com os cargos que assumia, resultado dos muitos favores que lhe prestaram as amizades. Ele se estruturará no campo cultural, a partir de então, com os seus próprios esforços, e nesse sentido, acumular conhecimento é mais importante que ganhar dinheiro. O seu método também é resultante da sua preferência em trabalhar nos terrenos da sua simpatia. Nos depoimentos compilados por Carlos Lira, Câmara Cascudo sempre se considerou um herói por não seguir as preferências alheias, mas sim as do seu próprio instinto no campo do trabalho cultural. Teve o heroísmo de resistir aos conselhos e as sugestões no ambiente cultural.

Ainda em depoimentos ele revela que a resistência à política eleitoral e aos ‘amavios’ dos postos administrativos (apesar de se eleger para deputado em 1930) se dá pela ausência de equivalência amável as suas predileções. Nesse ponto entendemos que ele assumia cargos administrativos movido por uma necessidade financeira. Ao contrário, ser professor lhe rendia satisfação, era terreno da sua simpatia. Ele se considerava presidente da própria república, escravo negro de oito da sua propriedade invisível, um trabalhador mental, um grande trabalhador nos terrenos da própria simpatia. “Fui, como serei até fechar os olhos, o grande trabalhador nos terrenos da minha simpatia”.¹¹⁹ Para não ser o que não desejava, por uma obediência ao dinheiro, a fama, a glória, a notoriedade. Por essa preferência ao estilo próprio, quando professor de História do Brasil no colégio Atheneu foi indicado à demissão por um colega porque ensinava valores da cultura popular como o lobisomem, bumba-meu-boi, entre outros.¹²⁰ Ele se preocupava em explicar, do seu modo, os assuntos da sua preferência. Acreditava que o ingresso nessas preocupações literárias denotava o seu amor pelo nordeste. Com seu lirismo e sua dramatização procurava ‘explicar’ os fatos e tornar as coisas mais claras, mais objetivas, acreditava descobrir um Brasil mais autêntico e mais real. Contudo, quase sempre o seu estilo obedece a uma linguagem retórica, clássica, erudita, sem nenhuma clareza nem objetividade.

Ainda considerando a sua preocupação em explicar os fatos antigos, a partir da comparação e da projeção de fatos novos, a obra *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*, deixa muito a desejar. As versões dos acontecimentos referem-se àqueles que escreveram

¹¹⁹ LIRA, Carlos. *Luis da Câmara Cascudo*. p. 28-32.

¹²⁰ *Ibid.* p. 67-9

sobre o domínio, entre eles Joannes de Laet, o Diário da Expedição, o Márquez de Bastos, o Sommier Discours, além dos cronistas já referidos. A narrativa centraliza-se, sobretudo, em comparar o que cada um escreveu ou registrou, como Câmara Cascudo muitas vezes alude:

“O nome tem muitas grafias. João Lostão Navarro para Nieuhof, João de Lostao para o VALEROSO LUCIDENO, João de Lastão em Diogo Lopes de Santiago, João Leitão, no CASTRIOTO LUSITANO, João Lostan em Varnhagem. No AUTO DE REPARTÇÃO DAS TERRAS DO RO GRANDE, 1614, duas vezes escreveram João Lostão e três vezes João Lastão. E’ ainda o João Leston do JOURNAEL DE ARNHEM”.¹²¹

As inovações e as interpretações inexistem. Vez ou outra se acrescenta uma indagação numa obra e uma afirmativa, sobre o mesmo fato, noutra. Como por exemplo, as interrogações sobre o ponto onde os holandeses desembarcaram, na obra *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*. A estas dúvidas que Câmara Cascudo demonstra, na *História da Cidade do Natal* surge uma afirmativa.

Para confirmar essa dubiedade nas informações apresentadas por Câmara Cascudo atentemos para a referência. *Onde desembarcaram os Holandeses em 1633?* Essa interrogação é do próprio Câmara Cascudo e se percebe apenas na sua obra *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*. Mas ele continua: “todos os historiadores ensinaram que os holandeses desembarcaram em Ponta Negra...”¹²² Ele mesmo se interroga e responde: “mas em que lugar de Ponta Negra? Na praia propriamente dita não me parece”.¹²³ Ele descreve a praia de Ponta Negra: ampla, larga e fácil. Não condiz com a descrição do desembarque: este teve execução numa praia íngreme e circundada por barreiras altas dos lados. Câmara Cascudo alude duas versões. Uma relação de um informador anônimo, traduzida por Alfredo de Carvalho e publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 1906, refere que os botes dirigiram-se para a pequena Angra. Nos Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais, Joannes de Laet, 1644, e traduzida por José Higinio em 1916, as tropas holandesas desembarcaram numa enseada atrás do lado norte. Tendo ocorrido numa praia estreita, cercada por uma terra elevada íngreme para escalar-se, como provam os documentos, a terceira versão, oral e popular, de que o desembarque ocorrera na Praia Grande é invalidada,

¹²¹ CASCUDO, Luis da Câmara. *Os holandeses no Rio Grande do Norte*. p. 20.

¹²² Ibid. p. 5.

¹²³ Ibid. p. 5.

não há provas, não há elementos lógicos. Percebemos ao longo da obra de Câmara Cascudo a preocupação deste em relatar o que está nos documentos, para ele elemento lógico. Daí porque citar vários documentos, para a mesma versão. Assim ele finaliza: “até aqui ninguém teve vontade de precisar o ponto...”¹²⁴

Muito embora Câmara Cascudo se interrogue quanto ao local do desembarque holandês, na sua *História da Cidade do Natal*, no capítulo referente ao domínio holandês, ele não parece ter nenhuma dúvida: “A tropa (holandesa) que desembarcou na Ponta Negra vem marchando, com o sol de dezembro na irradiação do areal ardente e branco, sol do meio-dia”¹²⁵. Na *História do Rio Grande do Norte*, Câmara Cascudo confirma: “Na manhã de 8 de dezembro (os holandeses) desembarcaram em Ponta Negra [...] marchando sob o sol de verão pela areia branca e deserta.”¹²⁶ Câmara Cascudo continua ensinando o mesmo que os outros historiadores, o ponto foi mesmo Ponta Negra. Se pensarmos que a sua obra *História do Rio Grande do Norte* destinou-se aos bancos escolares, a dupla versão continuará.

A importância dessa observação nos leva a refletir o que levou Câmara Cascudo a uma afirmativa numa obra e a uma dúvida em outra. Poderíamos considerar a descoberta de novos documentos, se somente se, a sua obra *Os Holandeses no Rio Grande do Norte* tivesse sido produzida num período posterior à *História do Rio Grande do Norte*, como é o caso da *História da Cidade do Natal*. Mas, ao contrário, foi produzida num período intermediário, o que descarta a possibilidade mencionada. Outra hipótese é a que associa às duas Histórias, uma ligação com a política, o que não é o caso, pelo menos não relatado, na obra *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*. Ou ainda, podemos pensar na possibilidade de Câmara Cascudo querer evitar as repetições, o que não condiz com a sua metodologia. Para nós, até o presente, ficam esses questionamentos, meras hipóteses.

Partindo dessas considerações, o que é claro para nós é que Câmara Cascudo produziu o seu discurso seguindo procedimentos que foram ditados pela sociedade em que vivia, o que implica dizer que ele respondia tanto aos chamados políticos quanto aos culturais e pessoais. Nesse caso, o fato dele deixar dúvidas com relação a um determinado episódio do domínio holandês em uma obra, e fazer uma afirmativa, sobre esse mesmo episódio, em outra, pode mesmo ter sido porque as duas histórias foram encomendadas. A *História da Cidade do*

¹²⁴CASCUDO, Luis da Câmara. *Os holandeses no Rio Grande do Norte*. p. 5.

¹²⁵ Id. *História da cidade do Natal*. p. 62-63

¹²⁶ Id. *História do Rio Grande do Norte*. p. 63.

Natal (1947) e *História do Rio Grande do Norte* (1955) foram ambas encomendadas por Sylvio Piza Pedroza, no último caso, então governador. Diante da importância do trabalho a ser feito, ele procurou dar a essas histórias a versão mais ‘verdadeira’ possível para retribuir à altura o pedido da mais ilustre autoridade do Estado, ele precisava dizer aquilo que queriam que ele dissesse. A relação de Câmara Cascudo com Sylvio Piza Pedroza era nutrida de muita afeição, havia ‘interferências’ de um no trabalho do outro.

Segundo Vânia Gico,

“para historiador da cidade/Natal, função honorífica e gratuita, (Câmara Cascudo) foi nomeado, através da resolução de 25 de dezembro de 1948, pelo então prefeito Sylvio Piza Pedroza, por ser filho mais ilustre da cidade e que já vinha se ocupando em escrever sobre o assunto. O cargo de historiador foi criado na Prefeitura do Natal por recomendação final de um Congresso de História da cidade de San Juan – Porto Rico (1948), para cultivar a memória das capitais da América Latina”.¹²⁷

Nesse sentido, liberdade, a autonomia e a preferência pessoal associam-se à herança do conhecimento acumulado e aos reclamos sociais. Mesmo assegurando que o seu método não é nenhum, Câmara Cascudo não pôde fugir as delimitações impostas pela sociedade para a produção do seu discurso sobre os holandeses.

Para compreendermos como Câmara Cascudo produziu o seu discurso devemos ter ciência do que Michel Foucault chama de controle e delimitação da produção do discurso. Segundo ele, numa sociedade como a nossa, a produção dos discursos deve ser controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos como o de exclusão, sendo a interdição o mais comum deles, no qual não se deve dizer tudo nem falar qualquer coisa em qualquer circunstância. Essas interdições se entrecruzam, se completam, reforçam-se ou compensam-se, são manifestadas no exterior e revelam a ligação do discurso com o poder e o desejo. Assim Foucault se manifesta:

“Visto que o discurso [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas [...], mas aquilo porque, pelo que se luta, [...] os procedimentos tem por função conjurar seus poderes e perigos e dominar seu aparecimento aleatório...”¹²⁸

¹²⁷ GICO, Vânia. *Luis da Câmara Cascudo*. p. 76-77

¹²⁸ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 9-10

Nesse sentido, o discurso de Câmara Cascudo não surgiu de modo aleatório, apesar dele demonstrar vontade própria. Há sempre procedimentos a serem obedecidos.

Nesse jogo de interdições que sempre resultam em limitações há que se considerar o lugar do discurso produzido por Câmara Cascudo. Segundo Foucault, o lugar do discurso em uma sociedade passa por princípios de classificação, de ordenação e de distribuição, submetidos à dimensão do acontecimento e do acaso, esses seriam procedimentos de controle e delimitação do discurso que ocorrem no interior, dos quais o comentário vem em primeiro lugar. Segundo Foucault pode-se supor que em cada sociedade há um desnivelamento entre os discursos. Há os discursos que ‘se dizem’ no correr dos dias e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e há os discursos que ‘são ditos’, permanecem ditos e ainda estão por dizer. Há, ainda, os discursos que se narram conforme circunstâncias bem determinadas. Ou ainda, textos maiores que desaparecem e simples comentários que tomam o primeiro lugar.¹²⁹

A partir desse entendimento, o discurso sobre os holandeses pronunciado por Câmara Cascudo é resultante das diversas circunstâncias que já colocamos. O seu discurso é novo, único. Embora se refira a um acontecimento já muito discutido há sempre um novo comentário a ser acrescido o que torna o seu discurso singular, embora com alguma semelhança a outros, como o de Gilberto Freyre e o de Varnhagem, por exemplo, no que diz respeito a alguns comentários, como muito bem já colocamos. Nesse sentido, o desnivelamento entre os discursos não é outra coisa senão um jogo, a reaparição de um comentário a partir das coisas, dos sentimentos, dos pensamentos, no sonho de um discurso. Mas é o comentário que permite construir novos discursos. Ainda segundo Foucault, o comentário deve

“dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito.[...] O comentário conjura o acaso do discurso [...] permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito [...], assim, o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.¹³⁰

¹²⁹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. p. 21 - 23.

¹³⁰ *Ibid.* p. 25-26

Não é suficiente apenas considerar o lugar do discurso muito menos os procedimentos de classificação e de delimitação a que ele está sujeito. Do mesmo modo há que considerar o autor desse discurso. Pede-se, segundo Foucault, que esse autor

“preste contas da unidade de texto posta sob seu nome, [...] que os articule com sua vida pessoal e suas experiências vividas, com a história real que os viu nascer. O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real.”¹³¹

Na opinião de Américo de Oliveira Costa,

“o homem explica a obra. Era a concepção de Sainte-Beuve. O homem, isto é, suas origens, ambientes, formação, relações, influências, condições de vida, temperamento, caráter. Discutível, certamente, como todo conceito: mas como todo conceito, envolvendo sempre uma parte da verdade”.¹³²

Não podemos negar a existência de Câmara Cascudo enquanto indivíduo que escreve e inventa. Tudo que ele escreve ou não escreve (manifesta de algum modo) reflete o que ele recebe de sua época, que, de acordo com a resposta que quer dar, ele pode modificá-la e dar ao seu discurso características de sua *identidade*, *individualidade* e do seu *eu*. O discurso de Câmara Cascudo é fruto de seu modo muito pessoal de conceber a sociedade de sua época. A sua volta ocorriam transformações nos estilos de produções culturais, no entanto, ele ainda se prendia aos estilos conservadores, trazendo em suas palavras um sentido que não é compartilhado por outros que também escrevem e inventam e que lhes são contemporâneos, confirmando que a produção de um discurso não é outra coisa senão um jogo mesmo, o que torna o discurso uma prática individual. Mas se o discurso é a leitura de uma época, o discurso de Câmara Cascudo deixa muito claro que essa leitura é feita de um modo muito particular, na qual apreende apenas os comentários que lhe são pertinentes. Em seguida veremos como foi construído o discurso sobre o domínio holandês, que comentários são valorizados e que circunstâncias determinaram essa produção.

¹³¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. p. 27-8.

¹³² COSTA, Américo de Oliveira. *Viagem ao universo de Câmara Cascudo*. p. 18

3 A HISTORICIDADE DO FALANTE: COMO LUIS DA CÂMARA CASCU DO CONSTRUIU O DISCURSO SOBRE O DOMÍNIO HOLANDÊS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE

Introduziremos este capítulo parafraseando Câmara Cascudo:

”Neste 1945 o Holandês não é para mim um assunto, mas uma presença. Conquistou e dirigiu a região brasileira em que nasci e vivo, a mais amada e conhecida. Não o encontro apenas nos livros, mapas, nótulas e relatórios da Geotroyerd Westindische Companie, mas nas recordações inconscientes de sua visita de vinte e quatro anos, inapagável na memória nordestina. [...] Para nós o período flamengo não ‘é mais história holandesa que nacional’, como dizia o grande João Ribeiro. É uma fase quase doméstica nas lembranças coletivas. Uma espécie de héjira, dividindo um tempo distante e nevoento. Quando dizemos ‘no tempo dos holandeses’ significamos uma vida normal, organizada e lógica, desaparecida e lembrada, cheia de elementos humanos sangrando de naturalidade.”¹³³

Câmara Cascudo escreve essas palavras como se tivesse vivenciado, 300 anos antes, o domínio holandês. Segundo ele, esse período de vida organizada deixou amigos saudosos, mas também muitos transladados de rancor, ambos os sentimentos com a sua razão pessoal de ser, o que ele considera patrimônio de cada família, não apenas as descendentes dos holandeses, mas aquelas agredidas por eles.

Neste 1945, transcorre o terceiro centenário das lutas que rememoram a restituição do território ‘tomado’, pelos holandeses, aos portugueses. Lutas que no Rio Grande do Norte, na opinião de Câmara Cascudo, ganharam o designativo de massacres, como as que ocorreram nos engenhos de Cunhaú e Uruaçu e sobre as quais faz referência, porque se mostraram tão violentas e manchadas de sangue. Talvez daí porque essa lembrança inapagável carregue quer pesar quer glórias, razões fiéis para alguns terem vontade de trazer o tempo para traz, e outros se considerarem ainda insultados. Do ponto de vista de Câmara Cascudo o

“interesse instintivo que temos pelo holandês pertence mais ou menos à classe das relíquias familiares, guardadas pela razão de sua antiguidade e pela ligação

¹³³ CASCU DO, Luis da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olímpio. 1950. p. 13.

ao Passado resistindo pela sua própria densidade ao atrito desgastador de três séculos.”¹³⁴

Um passado que Câmara Cascudo conta e reconta nas suas obras - as quais descreveremos seguidamente - como que para afirmar a lembrança do domínio holandês, para ele, mais de pesar que de glórias.

A referência de Câmara Cascudo ao domínio holandês como uma lembrança inapagável na memória nordestina deixa claro que para ele assim também o é. Câmara Cascudo, no início da obra *Geografia do Brasil Holandês*, escreve como se realmente o domínio holandês tivesse deixado uma doce lembrança. Nessa obra ele nem usa a expressão domínio, mas se refere à região do Brasil em que nasceu e viveu, e que o holandês conquistou e dirigiu, como se fora um acontecimento natural do qual alguns querem o retorno e sobre o qual se guarda um interesse capaz de resistir aos desgastes de três séculos. Ele narra sobre lugares, nomes e datas indicando um grande conhecimento do domínio holandês, o que não é de admirar, pois leu Barléus, Marcgrave, Moreau, Neuhof, além dos frades cronistas já referidos, que narram não apenas o domínio, mas também a guerra de reconquista. No entanto, apesar da naturalidade com que Câmara Cascudo refere o domínio holandês na obra *Geografia do Brasil Holandês*, não é assim que ele se comporta, com relação a esse mesmo episódio, ao longo de todo o seu discurso. Ao contrário, podemos afirmar com clareza de detalhes que ele se identifica com àqueles nordestinos que, como ele mesmo afirma, estão “permanentemente furiosos, como portadores inesquecíveis de uma afronta individual”.¹³⁵

Na obra supra citada, Câmara Cascudo se refere ao ‘tempo dos holandeses’ como uma vida organizada e lógica, como se realmente este tempo tivesse sido normal, pelo menos não é o que deixa claro em outras obras suas como na *História da Cidade do Natal*, na *História do Rio Grande do Norte* e em *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*. Na *Geografia do Brasil Holandês* ele faz uma descrição das terras ocupadas pelos holandeses, às quais denomina de Brasil Holandês, assim como das condições sócio-econômicas em que se encontravam as capitânicas que foram dominadas por eles, e ainda traça o perfil físico e psicológico dos holandeses, dos portugueses e, em menor proporção, de índios e negros que já ocupavam o que ele chama de Brasil Holandês. É exatamente quando vai fazer referência ao

¹³⁴ CASCUDO, Luis da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. p. 14.

¹³⁵ *Ibid.* p. 13 -14

perfil psicológico dos povos acima referidos, cujas características desse perfil daremos mais adiante, que Câmara Cascudo demonstra que o domínio holandês não foi um evento tão normal, nem tão organizado, muito menos lógico como ele quer que pareça. Assim, ele cai em contradição. Se o ‘tempo dos holandeses’ significou uma vida normal e lógica, porque deixou inimigo, porque houve agressões e mortes? E mais. Ele assemelha o ‘tempo dos holandeses’ àquele tempo em que cidades, vilas e aldeias transformaram-se em reduções jesuíticas, governadas pela Companhia de Jesus, ainda na primeira metade do século XVIII. Para Câmara Cascudo, esses dois Tempos, ainda há quem os cite com vontade de trazê-los de volta e outros ainda, como portadores de uma revolta pessoal. E ele, Câmara Cascudo? É exatamente assim que ele se comporta, como se tivesse sido ofendido pessoalmente pelos holandeses.

Em nenhuma de suas narrativas Câmara Cascudo se refere ao domínio holandês como sendo uma doce lembrança como ele o faz na *Geografia do Brasil Holandês*. Na *História da Cidade do Natal*, na qual ele narra a história da cidade, sua fundação entre outras tantas informações, tomamos conhecimento mais aprofundado de dois dos seus capítulos. O terceiro capítulo, ANTES DOS HOLANDESES, em que ele narra como era a cidade de Natal, a vida social e econômica e os primeiros anos antes da chegada dos holandeses, em 27 de dezembro de 1633, e o quarto capítulo, que ele intitula de NOVA AMSTERDÃ, em que narra sobre o tempo em que Natal passou a se chamar Nova Amsterdã em homenagem a mais prestigiosa cidade flamenga, comerciante e vitoriosa, e o Forte do Reis Magos passou a ser chamado Castelo de Keulen, ou seja, narra o domínio holandês. Nessa obra, como veremos em seguida, em que muitos trechos da narrativa serão citados, Câmara Cascudo tem no holandês um inimigo, e alega que de todas as terras do Brasil Holandês, a Capitania do Rio Grande foi a que mais sofreu e a que menos teve.¹³⁶

Nesse aspecto a posição defendida por Câmara Cascudo é a de que, ao contrário das outras capitanias brasileiras tomadas pelos holandeses, o Rio Grande não teve a mesma atenção que foi devotada as outras capitanias, sobretudo, Pernambuco, sede do governo do Brasil holandês, que tinha na pessoa de João Maurício de Nassau-Siegen, o seu representante. Segundo Câmara Cascudo,

“a história da Companhia possui brilho noutras paragens. O governo de Nassau foi um esplendor na região pernambucana. [...] Tudo quanto Nassau

¹³⁶ CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Cidade do Natal*. p. 65

deixou no Rio Grande foi um brasão d'armas, uma ema simbolizando a dedicação dos Janduís, os matadores brutos de Cunhaú e Uruaçu. Não interessava a população viva ou morta.”¹³⁷

Esse discurso de Câmara Cascudo é o de quem se coloca contra o discurso pernambucano. Para construir o discurso do Rio Grande do Norte ele se coloca em contraposição a tudo que foi positivo durante o domínio holandês na região pernambucana, e enfatizará, ou mesmo chamará para o seu discurso, apenas os aspectos que foram negativos na capitania do Rio Grande. Esse discurso justifica a construção da identidade local. Os Institutos Históricos dos Estados tiveram um papel relevante na construção da história de cada uma das entidades do território brasileiro. O discurso de Câmara Cascudo, no momento que se coloca contra o discurso de Pernambuco, resgata os acontecimentos pertinentes ao Rio Grande do Norte com o objetivo de romper não apenas com o monopólio detido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pela região pernambucana, mas também de criar uma identidade legítima para o Rio Grande do Norte.

Queremos enfatizar que a obra de Câmara Cascudo, *História da Cidade de Natal*, 1947, assim como a sua obra *História do Rio Grande do Norte*, 1955, foram encomendas oficiais feitas por Sylvio Pedroza, uma na sua gestão como prefeito e a outra na sua gestão como governador. Para responder ao chamado político essas histórias tinham que ser singulares, únicas e corresponder ao principal objetivo político da época, ou seja, a construção da identidade local e nacional. Era necessário criar uma identidade própria para o Rio Grande do Norte dentro desse conjunto nacional. Essa identidade devia ser diferente daquela que foi criada para Pernambuco. A identidade de Pernambuco tem como elemento fundante os holandeses. Eles foram os grandes colaboradores em todos os aspectos, desde a arquitetura, passando pelos costumes e indo até as características étnicas. Câmara Cascudo se opõe a esse discurso e constrói a identidade do Rio Grande do Norte baseado nos elementos negativos. Para ele os verdadeiros construtores do Rio Grande do Norte foram os portugueses. Os holandeses, portanto, não deixaram herança no Rio Grande do Norte nem na arquitetura, nem nos costumes, muito menos nas características étnicas.

O nordeste também é construído por Câmara Cascudo numa visão contrária àquela que foi criada a partir de Pernambuco. O seu discurso do nordeste é centrado nos 'sertões', palavra chave usada por Câmara Cascudo para mostrar o espírito destemido dos portugueses,

¹³⁷ CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. p. 65.

verdadeiros bandeirantes que adentraram e desbravaram os sertões, em contrapartida ao espírito dos holandeses que não se aventuraram a ir além de Extremoz. Segundo Câmara Cascudo,

“povo de navegadores, o holandês enjoava em terra. Gostava de cidade e quase as criou na sua administração, num sentido de amplitude, de conforto, de interesse convergente e de atração, bebidas, comidas, mulheres. O português não tivera essa doença pela cidade. Vivia nas fazendas e engenhos...”¹³⁸

Sendo o holandês homem da cidade como afirma Câmara Cascudo, não há como encontrar características do seu domínio no interior do nordeste brasileiro. O holandês não adentrou os sertões nordestinos, portanto, não ‘plantou’ as raízes fundante dessa região. Construído assim, o discurso de Câmara Cascudo afirma que os verdadeiros elementos construtores do nordeste foram os portugueses.

O discurso de Câmara Cascudo é contrário ao emitido a partir de Pernambuco, pois enquanto o de Câmara Cascudo toma os sertões como a principal característica do nordeste, na sua opinião uma região inóspita aos holandeses, no discurso pernambucano o nordeste é centrado nas áreas litorâneas. Todo esse discurso tem como centro a Cidade Maurícia, a linda Maurittsstad, a capital do domínio, com suas torres, ruas, casarões, pontes e colméias de abelhas sem mel, mas sonoríssimas, um exemplo de peso que Câmara Cascudo acredita justificar o seu discurso de que os holandeses preferiam o conforto das cidades, o cheiro da salsugens, perto do mar, a se ‘embrenhar’ por terrenos desconhecidos. O discurso sobre o domínio holandês do ponto de vista de Pernambuco, vê o holandês como elemento que muito contribuiu para o progresso e para o desenvolvimento de Pernambuco não apenas do ponto de vista das contribuições materiais, mas, sobretudo, pelos ideais de liberdade pátria que aflorou em Pernambuco muito antes do que no resto do Brasil, permitindo a Pernambuco florescer em todos os aspectos.

A obra de Evaldo Cabral de Melo, *Rubro Veio*, é muito significativa no que diz respeito a esses ideais de liberdade. Tomemos como exemplo, a partir dessa obra, a crítica feita por Afonso Albuquerque Melo ao sistema político do Império, em 1864. Para este, o sentimento de liberdade pátria germinara em Pernambuco, precisamente, durante as guerras de expulsão dos holandeses. A defesa dos pernambucanos, desses holandeses de poderosa nação, por um punhado de homens, todos desprovidos de recursos. Na opinião de Afonso de

¹³⁸ CASCUDO. Luis da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. p. 29

Albuquerque a guerra da restauração significou a escola que nos educou, onde aprendizes fomos mestres, fomos todos grandes. A guerra da restauração foi o berço em que se embalou o nosso patriotismo, daí porque partimos para o combate, todos, pretos, brancos, indígenas e portugueses em defesa da pátria, da nossa liberdade. Por amor à pátria derramamos nosso sangue, suportamos o sacrifício em amor da dignidade e do respeito ao homem. Porque passou por toda essa experiência a história de Pernambuco tornou-se singular no conjunto da história brasileira, pioneira, excitando os ciúmes e as rivalidades nas províncias suas irmãs e estando sempre adiante. É por isso que os nossos senhores, os ‘corcundas’, nos odeiam mais que aos outros. Também por isso é que nos vemos sós na conquista e na defesa das liberdades.¹³⁹

Esse discurso pernambucano, na visão de Afonso de Albuquerque, esgota-se pela capacidade que tem de mostrar a importância do domínio holandês para esta província. Câmara Cascudo não atribui ao holandês, aqui no Rio Grande do Norte, nenhum grau de importância. Se não por ciúme, como no discurso de Afonso Albuquerque, será para ‘escapar’ à singularidade que se atribui a história pernambucana. O fato é que Câmara Cascudo escreve um discurso em sentido contrário. O Rio Grande do Norte nunca aceitou a jurisdição pernambucana. A capitania do Rio Grande foi por muito tempo administrada por Pernambuco, tanto nos aspectos econômicos como nos aspectos religiosos. No período do domínio holandês o Castelo de Keulen, nome dado ao Forte dos Reis Magos, possuiu um chefe militar, mas a administração civil era confiada a uma espécie de Câmara composta de três membros, os escabinos, que eram holandeses e brasileiros, mas quem presidia era um holandês, o esculteto, responsável por cobranças de impostos e contribuições. Esse esculteto ainda possuía a função de promotor de justiça. Câmara Cascudo atribui a essa administração as injustiças cometidas na capitania do Rio Grande. Segundo ele, esse esculteto “era o pavor dos colonos portugueses pelos processos de violência, cupidez e arbítrio inapeláveis ante a população desprotegida e desarmada entregue à sua onipotência orgulhosa.”¹⁴⁰

Se a história de Pernambuco constitui a singularidade, as outras histórias, sobretudo, a do Rio Grande do Norte será incentivada a escapar a essa singularidade. E Câmara Cascudo será chamado a construir um discurso ímpar sobre a história do Rio Grande do Norte. Tudo deverá se contrapor a Pernambuco. Se o discurso construído sobre o domínio

¹³⁹ Afonso de Albuquerque apud MELO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*. p. 19-20

¹⁴⁰ CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Cidade do Natal*. p. 65.

ganha aspectos positivos na visão pernambucana, na ótica de Câmara Cascudo ganhará foros negativos. Só um discurso construído na contramão do discurso pernambucano possuirá sua própria identidade. Cada Estado é chamado a construir uma identidade diferenciada da pernambucana. No Rio Grande do Norte a fundação do Instituto Histórico e Geográfico, ainda na primeira década do século XX, tinha o objetivo de resgatar os aspectos peculiares deste Estado. Assim, na visão de Câmara Cascudo o discurso do Rio Grande do Norte, no contexto do nordeste ganha identidade própria e, acima disso, também a sua singularidade. Tanto a *História da Cidade do Natal* quanto a *História do Rio Grande do Norte* foram construídas para confirmar uma identidade local.

Na *História do Rio Grande do Norte* o seu discurso não é diferente. Essa história também foi uma ‘encomenda oficial’, ou seja, Câmara Cascudo foi ‘convidado’ a escrever uma história do Rio Grande do Norte, como já referi anteriormente. O tema dessa história deveria resgatar o passado construtor do Rio Grande do Norte e do nordeste. Nessa história ele estabelece o processo da evolução política e social do Rio Grande do Norte, o que inclui organismos comunitários, conquistas, expulsões, colonização. Percebemos que ao estabelecer o processo de evolução do Rio Grande do Norte, durante o período da dominação holandesa, então província de Pernambuco, ele dá, literalmente, um salto, como se nesse período não se verificasse uma evolução positiva.

Sabemos, pelo próprio Câmara Cascudo que o Rio Grande era grande produtor de gado bovino além de produzir grande quantidade de açúcar e farinha no período em que o holandês dominou a capitania. Câmara Cascudo verifica que o maior interesse pelo Rio Grande se dava por tudo que este podia oferecer para saciar a fome de suas tropas. Para Câmara Cascudo isso significa que tudo que o holandês fez foi se apropriar de tudo que aqui encontrou, não demonstrando nenhum interesse em ver o progresso da região. Podemos vislumbrar, ainda pelo discurso dele, que houve durante o domínio uma ‘inquietação pavorosa no ar’ que impedia a tranqüilidade dos moradores do lugar e, conseqüentemente, o progresso da capitania. Sem contar que Câmara Cascudo alega que o Rio Grande ficou à margem da administração esplendorosa de Maurício de Nassau.

Dessa *História do Rio Grande do Norte*, o capítulo que mereceu maior atenção, o terceiro, comporta informações sobre a organização da Capitania, o governo, os limites, o forte, as tentativas e o domínio holandês. Como veremos, a narrativa de Câmara Cascudo

sobre o domínio demonstra ser a de alguém intimamente ofendido, que não vê nesse episódio nenhum benefício para a Capitania, também não acredita que o holandês tenha deixado nenhuma contribuição, seja no aspecto material, seja no físico, seja no psicológico. Câmara Cascudo demonstra uma antipatia pelos holandeses, que às vezes se torna palpável, quando se refere a contribuições de aspecto material, que por ventura tenham sido deixadas por eles. A resposta a qualquer dessas indagações é clara, se tomarmos o discurso de Câmara Cascudo sempre da ótica do português. Assim sendo, quando Câmara Cascudo alega que o holandês não deixou nenhuma ‘obra’ no Rio Grande do Norte, ele o faz como quem não tem nenhuma dúvida. É verdade. Evaldo Cabral de Melo vai dizer que

“Câmara Cascudo notaria ‘a quase nenhuma impressão na toponímia nordestina’, sugerindo como causa o espírito de reação inamistosa para com o adversário [que] persistiu posteriormente, não admitindo a imposição de nomes recordadores do odiado flamengo”¹⁴¹ Para Evaldo Cabral, “a explicação mais plausível encontra-se talvez menos nesta censura de católicos luso-brasileiros ao que pudesse lembrar a antiga dominação dos heréticos batavos do que noutra circunstância aventada também por Cascudo, a de se haverem os neerlandeses limitados à ocupação da área mais povoada do nordeste, isto é, a marinha, cuja topografia já recebera vocábulos indígenas e portugueses”.¹⁴²

Essa observação de Evaldo Cabral é significativa, pois, ao longo do seu discurso, Câmara Cascudo só enfatiza o fato de que os holandeses se limitaram às áreas litorâneas e as cidades, não se aventurando por lugares mais íngremes como os sertões, por exemplo.

Acrescentaremos ainda outro aspecto importante que Câmara Cascudo destaca na sua obra *História do Rio Grande do Norte*. Para ele, durante o domínio holandês “o Rio Grande do Norte só conheceu violência, extorsão, vilipêndio, rapinagem. Os nomes holandeses passam em nossa crônica como manchas de sangue vivo. Para nós foram exclusivamente os invasores, os vitoriosos pela força”.¹⁴³ Sobre isso convém destacar que os holandeses que fundaram a Companhia das Índias Ocidentais eram mercadores e banqueiros prósperos, que viram no Nordeste brasileiro uma oportunidade de negócio. Diferentes em tudo nos portugueses não vieram para fixarem-se, o objetivo era o enriquecimento rápido explorando os recursos naturais do país. Eram burgueses que se destacavam no

¹⁴¹ MELO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*. p. 46.

¹⁴² *Ibid.* p. 46.

¹⁴³ CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. p. 65.

empreendimento comercial. Câmara Cascudo os vê como burgueses utilitários, movidos pelo sentimento capitalista, que buscavam o enriquecimento fácil a partir da usurpação, da extorsão. Os Holandeses eram, portanto, homens sem caráter, sem nobreza, desrespeitador das famílias, da religião, que eram capazes de matar pelas costas, verdadeiros traidores, capazes de qualquer atitude para atingir os seus objetivos. Os holandeses eram interesseiros, que iam aonde tivesse lucro, que viam no proveito próprio o fim principal de seus atos.

É dessa forma que Câmara Cascudo ver os holandeses. Homens apátridas, - vinham de todas as nações, franceses, alemães, polacos, irlandeses, escoceses - sem laços familiares, apegados ao dinheiro fácil. Os holandeses eram adeptos das religiões protestantes de Lutero e Calvino, nascidas do movimento da Reforma Protestante; não descrimavam os judeus tanto quanto os países católicos, por isso receberam refugiados de várias nacionalidades, assim como capitais financeiros e conhecimentos que os ajudaram na conquista além-mar. Isso explica a insinuação de Câmara Cascudo de que eram desrespeitadores da religião. Sendo eles protestantes não podiam de forma alguma praticar a religião católica pregada pelos portugueses. A estes, Câmara Cascudo os ver diferentemente. Homens fiéis a sua pátria, presos pelos laços familiares, transmissores de heranças culturais, respeitadores das famílias e da religião, providos de códigos de honra e de caráter. No exemplo que Câmara Cascudo dá na *História do Rio Grande do Norte* fica evidente que a mola mestra do domínio holandês era o lucro de tudo e de qualquer forma. Ou seja, o que lucravam aqui era mais importante do que o modo como isso era feito. Assim ele escreve: “Os algarismos nos livros – mestres de Amsterdam eram mais dóceis que os homens nas terras do nordeste brasileiro”.¹⁴⁴ O holandês é o burguês, o usurpador, o que se apodera violentamente, que alcança sem direito, ou toma à força.

Um outro aspecto diferencia o discurso de Câmara Cascudo do pernambucano. Enquanto este faz questão de mostrar que a herança holandesa está presente não apenas na toponímia – nomes de bairros, ruas, monumentos – mas que esta se resguardou também na tradição oral, o discurso de Câmara Cascudo faz questão de enfatizar a ausência desses aspectos. E mais, ele é um grande crítico da tradição, melhor dizendo, ele critica a tradição (e aqui podemos incluir tanto a oral como a escrita de um modo geral) que é contrária a seu discurso. Isto é perceptível quando ele considera a tradição uma inimiga incombátível. É

¹⁴⁴ CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. p. 65

importante citarmos o que ele escreveu no artigo *Trabalhos Holandeses no Rio Grande do Norte*, na secção Acta Diurna, no jornal *A República*, em 31 de março de 1940:

“Goethe dizia que duma só entidade se arreceiava: - da estupidez enérgica. Há outra de não menor virulência, a tradição mentirosa. Uma energia estúpida pode ser anulada por uma sabedoria enérgica. Ou por uma metralhadora. Ou por uma queixa à polícia. Uma tradição que mente não é inimigo que se combata, sinuosa, perpétua, infixa, de lábio em lábio, de geração em geração, vem passando como uma herança, uma riqueza verbal, um dado precioso de conhecimento, inestimável, insubstituível, irreprochável. Há ainda o lado emocional, a força psicológica para determinar sua potencialidade pavorosa. Foi dado, outrora, pelas pessoas mais íntimas ou mais cultas. Não há documento mas é a tradição oral, a palavra falada, fixa nas memórias infantis e que nos vem acompanhando como um visgo [...] ‘meu pai me dizia... Cansei de ouvir dizer pelos antigos’, são elementos decisivos na conservação duma lenda inexistente... uma dessas mentiras é a multiplicação dos trabalhos holandeses no Rio Grande do Norte.[...] Não há documento, não há página, mesmo de origem holandesa capaz de provar a autenticidade dessas informações.[...] O Holandês no Rio grande do Norte ignorou completamente o sertão. Nunca esteve em Extremoz, [...] Para todo o sertão do Seridó o holandês não existiu. Nenhum edifício norte rio grandense foi construído por mão de holandês,[...] O Holandês construiu o Forte, a igreja de Extremoz (ele luterano), o aterro do Baldo, trabalhos na lagoa de Extremoz, o caminho para o sertão, [...] construiu, construiu, construiu[...] contra essas asserções – (que o holandês (invasor) nunca penetrou o sertão) [...] não há notícia documental [...] insurgi-se a tradição, poderosa como uma avozinha doce e teimosa.[...] Que fazer? Ouvir e protestar, com bons modos.”¹⁴⁵

No que se refere a uma possível contribuição dos holandeses do ponto de vista dos aspectos físicos, a certeza de Câmara Cascudo é ainda mais ferrenha. Mais uma vez podemos afirmar que tanta certeza é fruto de um discurso português. Um exemplo significativo desse discurso é o artigo *Sangue de Holandês no Nordeste*, também publicado no jornal *A República*, de 27 de janeiro de 1940. O conteúdo do artigo merece ser citado:

“Uma mania literária brasileira é apontar o HOLLANDÊS como responsável pelos cabelos loiros e olhos azuis, ainda visíveis no Nordeste. Não admitem ter havido o elemento português [...] Como o tipo hoje comum do português é baixo, moreno, branquicefalo, deduz-se velozmente, de tal raça não é possível justificar as íris cor de olho de xexéu que vamos encontrando no alto sertão. [...] a estatura avantajada não era rara, mas comuníssima no Portugal da era dos ‘descobrimientos’ [...] Loiros, com olhos azuis muitíssimos vieram e se fixaram no Nordeste brasileiro, [...] Nós do Nordeste, especialmente os que conhecem

¹⁴⁵ CASCUDO, Luis da Câmara. *Trabalhos holandeses no Rio Grande do Norte*. *A República*. Natal, 31 mar 1940. Acta Diurna. p. 8

de perto o velho sertão, sabemos da existência teimosa, da sobrevivência admirável, dos tipos louros em grandes áreas, fixando-se mesmo em famílias inteiras, [...] nunca a dominação holandesa se infiltrou a ponto de ser uma determinante. [...] Não creio na influência antropológica do holandês no nordeste brasileiro. Julgo apenas a permanência de um tabu, sem prova e lógica, apenas imóvel pela opinião displicente de quem pensa que todo holandês é louro alto e branco. [...] Apontam o sertanejo louro como descendente de flamengo como dizem que a fortaleza dos Santos Reis Magos foi feita, numa só noite, pelos holandeses...”¹⁴⁶

Do ponto de vista dos aspectos psicológicos, Câmara Cascudo não tem dúvidas de que o português é superior ao holandês em tudo. Claro, se Câmara Cascudo defende a colonização portuguesa, esta só poderia ser possível se empreendida por uma etnia que fosse superior a toda e qualquer outra que também pretendia esse mesmo empreendimento. Não poderia, de modo algum, a colonização ser feita por uma etnia ‘incapaz’. Na sua obra *Geografia do Brasil Holandês* ele traça um quadro em que opõe as características do português às do holandês. Segundo ele, o português possui uma aparente dispersão mental, uma plasticidade à primeira vista e possui alta persistência nas linhas mestras de sua mentalidade e comportamento psicológico. Da sua fisionomia moral se mantêm os traços tradicionais aonde e em qualquer lugar que vá ou que fique para viver. A mulher é a nativa, e os filhos, geralmente, inevitáveis, são amados até o desespero e elevados à dignidade, a legitimidade de herdeiros lógicos, tendo as gradações no pigmento da pele, sempre indo da canela – claro ao sapoti maduro. Foi esse bastardo, esse mestiço brasileiro, mameluco de português e índia, ou o mulato de português e negra que defendeu, orgulhoso, a terra do Brasil como um prolongamento dos grandes nomes de estirpe, com solar e linhagem e cristão. Aqui se criou uma outra nobreza, claro, também autêntica como a nobreza do reino. Pela origem e local e pelo nascimento.¹⁴⁷

Do ponto de vista de Câmara Cascudo um aristocrático, antiburguês e defensor do lusitanismo, essa outra nobreza que se criou aqui era, também, branca, aristocrática, antiburguesa e lusitana. Os valores defendidos por Câmara Cascudo são os de um branco. Ele considera os ‘seus’, antiburgueses e, portanto, destituídos d’aqueles valores que ele atribui aos ‘outros’, aqui representados pelos holandeses. Os ‘seus’, essa nobreza que aqui se criou, nada herdou do utilitarismo, do sentimento capitalista, dos oportunistas, dos usurpadores, dos

¹⁴⁶ CASCUDO, Luis da Câmara. Sangue de holandês no Nordeste. *A República*. Natal, 27 jan 1940. Acta Diurna. p.

8

¹⁴⁷ Id. *Geografia do Brasil holandês*. p. 23.

traidores e desrespeitadores. O seu discurso mesmo já diz: aqui se criou uma outra nobreza, mas autêntica como a do reino, ou seja, herdou todos os valores do português, seu bom caráter, seus códigos de honra, a religião. Nesses termos nobreza significa presença de espírito e de caráter. Mesmo nos trópicos as características do português sobressaíram-se a qualquer outra, como a mais forte, a mais resistente, a mais miscível.

É tocante a descrição dessas qualidades nos portugueses feitas por Câmara Cascudo. É mais tocante ainda quando ele faz a descrição do amor do português pelo seu filho bastardo, ilegítimo; pelo mestiço senhorial que já nasce com uma pigmentação na pele capaz de o identificar, ante os demais, como pertencente à linhagem de estirpe da nobreza portuguesa. Isso só enfatiza o que acabamos de falar, de que na visão de Câmara Cascudo, só o português é capaz de tamanho gesto nobre, tomar o filho bastardo e aceitá-lo como um seu igual. E o que dizer da cor da pigmentação da pele do mestiço indo da canela-claro ao sapoti maduro? Podemos considerar que Câmara Cascudo escolheu essas cores por duas razões. A primeira diz respeito à pigmentação canela-clara, esta com o objetivo de criar uma aproximação maior à cor dos portugueses, ou seja, uma cor pouco acentuada. Considerando um mestiço, se este tivesse a cor canela-escuro, por exemplo, estaria mais distante do português no que diz respeito à cor, já que esses são geralmente loiros. Segundo, a cor sapoti maduro foi escolhida por Câmara Cascudo para acentuar a apreciação pelo mestiço. Sendo o sapoti um fruto apreciado no nordeste, estando maduro então, se torna muito mais apreciado.

Para Câmara Cascudo, em nenhum momento houve uma rejeição paternal por parte dos portugueses, independentemente do quão diferente o mestiço fosse. O discurso de Câmara Cascudo, como já frisamos, é o de um aristocrático, num sentido mais espiritual do que econômico, tendo em vista que a sociedade em que Câmara Cascudo estava vivendo, nessa década de 1940, quando produziu o seu discurso sobre os holandeses, era burguesa, uma vez que a aristocracia fora derrocada. No entanto, ele conserva os valores aristocráticos, nobres, dos brancos de linhagem e reluta em aceitar os valores burgueses, que para ele eram valores ‘não nobres’, ou seja, não tinham espírito, ou mesmo caráter. No discurso de Câmara Cascudo o português não rejeitou seu filho bastardo porque possuía essa nobreza de espírito tão natural, além do mais respeitava a família. E mais, possuía qualidades que não permitiam que o orgulho de cor, raça, pudesse se destacar, mesmo sendo um europeu.

Nós sabemos, de longa data, que o eurocentrismo no sentido de tomar a civilização européia como um referencial, e a Europa como o centro do mundo, cujos valores, indiscutivelmente, quer implementar: comercial, guerreira, religiosa, se intensificou durante os ‘descobrimientos’ de tal modo a desconsiderar não só a existência do índio como também a existência do negro como um ser humano. Como aceitar essa visão de Câmara Cascudo, defensora de uma relação perfeita entre o português e o nativo, e posteriormente, o negro e, seguidamente, o bastardo? Vejamos o que ele acentua: para o português toda mulher é digna de ser mãe de um filho seu, um fidalguinho, tão seu como se a mulher pertencesse a Casa Real. A mulher não lhe parece ser um mero saco para guardar a semente humana, nem os filhos serão meras recordações locais, mas sim sua prole. O fundador de Natal, Jerônimo de Albuquerque, é filho de fidalgo português e de mulher indígena.¹⁴⁸ Esse exemplo de Jerônimo de Albuquerque feito por Câmara Cascudo é para enfatizar o prestígio que tinham os filhos ilegítimos. A título de complemento vale ressaltar que Jerônimo de Albuquerque foi o precursor de uma oligarquia que governou o Rio Grande do Norte por muitos anos.

Não discordaremos, portanto, da posição de Câmara Cascudo quando da possibilidade de ter havido contatos fraternais entre os portugueses e os nativos, uma vez que as uniões entre portugueses e nativos ocorreram em grandes proporções, mas consideramos extremo lusitanismo quando ele expressa: “... e os filhos inevitáveis, amados até o desespero, elevados, imediatamente, à dignidade de herdeiros e lógicos, de sua prosápia genealógica ou cabedais conquistados”.¹⁴⁹ Câmara Cascudo descreve um português orgulhoso de fundar uma raça aqui nessa terra de Casas Grandes e engenhos, a partir de condições que ao holandês não foi possível, conforme ele mesmo cita: “O espírito da família portuguesa obstruiu a fixação do Holandês como fundador de uma raça neerlandesa neotropical. Ou o holandês possui esse instinto em dosagem inferior, uma força que a mobilidade sozinha absorveu e desviou”.¹⁵⁰

Ao longo de todo esse discurso Câmara Cascudo se posiciona de um lado apenas, do lado português. O seu discurso mesmo apoiado em argumentos da velha historiografia positivista, seguindo a lição de Ranke, apresenta características românticas. O positivista, ao contrário do que Câmara Cascudo está fazendo aqui, deveria ser neutro, sem tomar partido de nenhum dos lados do conflito, se preocupando apenas em saber como os acontecimentos

¹⁴⁸ CASCUDO, Luis da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. p. 24-5.

¹⁴⁹ *Ibid.* p. 23

¹⁵⁰ *Ibid.* p. 23.

realmente se passaram. Na história do domínio holandês Câmara Cascudo se posiciona do lado do português e aceita a versão portuguesa, enfim, a verdade desses documentos. Câmara Cascudo assume o discurso dos portugueses nesses documentos. Essa é uma concepção romântica, não existe crítica interna ou externa, só há crítica aos documentos holandeses.

No domínio holandês a posição mais defendida por ele é a facilidade de adaptação do português, a miscibilidade que, segundo ele, decorre de uma concepção ecumênica do homem, de uma universal igualdade, sem as restrições de castas, lonjuras sociais e políticas e de níveis econômicos. Não há para o português, mulher indigna de gerar sua prole para que depois ele possa, orgulhosamente, exibí-los seja qual for a cor da epiderme ou do cabelo ou do formato da cabeça. Os holandeses não tiveram essa virtude, ‘instintiva e natural’, que Câmara Cascudo considera essencial para constituir domínio. Os portugueses, ao contrário, desde cedo, desde os primórdios do Brasil Colonial, lembrou-se de ir fazendo um povo para substituí-los e dominar nessas terras Del-rei. E esse povo criou-se, na sua visão, sem recalques e aptos a formarem um clima interior sem subalternidade.¹⁵¹ Na opinião de Câmara Cascudo, “o drama do holandês é que ele não pode interessar colonos fiéis para continuar a tarefa do português insubmisso. [...] O holandês não tinha elementos para educar e dirigir um povo. Nem formá-lo, com uma consciência de fidelismo e de independência em doses iguais...”¹⁵²

Câmara Cascudo é audacioso em sua defesa da colonização portuguesa que é capaz de desafiar as explicações da genética, que ele chama de ‘lição quase clássica’. Segundo ele, a genética ensina que os produtos de cruzamentos apresentam caracteres ora de um ora de outro progenitor, como num mosaico. Ele discorda. Os descendentes portugueses receberam os caracteres paternos “em maior percentagem e numa série ininterrupta [...] por um processo ainda impreciso de fixação cromossômica”¹⁵³ No olhar português de Câmara Cascudo foram essas características paternas, valores de uma raça resistente e onímoda, com virtudes românticas de preguiça, de ímpetos profundos que justificam o sucesso, e que o mestiço herdou, características típicas de sua fisionomia moral.¹⁵⁴ Em nenhum momento Câmara Cascudo reconhece no holandês uma qualidade, ao contrário, ele sempre o vê como um

¹⁵¹ CASCUDO, Luis da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. p. 24-5

¹⁵² *Ibid.* p. 78

¹⁵³ *Ibid.* p.25-6

¹⁵⁴ *Ibid.* p. 25-6

inferior que sequer foi capaz de constituir família. No artigo de 27 de janeiro de 1940, publicado no jornal *A República*, já referido, ele relata que

“os casamentos (de holandeses) com brasileiras, pensando nos vinte e quatro anos de possessão [...] foram de uma parcimônia notável. Aquelas que se maridavam com o ‘flamengo’ ficavam conhecidas e marcadas na reprovação católica e legalista. Era o idioma, a raça, o costume, religião, conspirando para uma distância inda maior que o ódio entre opressor e oprimido”¹⁵⁵

Com a observação acima, Câmara Cascudo confirma o que para nós ainda era uma dúvida: o holandês sempre foi visto, por ele, como um opressor que exalava o ódio por onde quer que passasse, e tinha como elementos para ilustrar sua inferioridade, não apenas o idioma, que os escravos não compreendiam, mas também o costume. No tocante ao costume Câmara Cascudo aponta que o português alterou seus costumes enquanto o holandês permaneceu fiel aos costumes de sua terra natal. Os portugueses se adaptaram aos campos, aos engenhos. Adaptou-se serenamente às alimentações exóticas; sem esquecer a culinária lusitana, inclui os quitutes e as esquisitices locais; come por instinto solidário e para manifestar o seu espírito curiosamente miscível e sempre típico; possui possibilidades universais na absorção de alimentos; usa a rede para dormir. O português é um bandeirante, se embrenha nas florestas, mastiga raízes. Os holandeses preferiam as cidades, a orla marítima. Seu grande problema foi trocar a pequena pela grande propriedade e tornar-se latifundiário. O holandês ficou fiel às comidas flamengas; comendo salsichas, toucinho defumado, cerveja, afiambrados, predileções que não os permitiriam ousar e penetrar as florestas. Do idioma, Câmara Cascudo acrescenta que se pedissem aos escravos para escolher entre o português e o holandês, com certeza eles escolheriam o português porque entendiam o idioma e por quem eram mais bem tratados. Câmara Cascudo ainda acrescenta que nenhuma medida de ordem psicológica popularizou o holandês nessa região. Continuou intruso, intolerante e marcado para a expulsão oportuna.¹⁵⁶

Câmara Cascudo afirma, convencidamente, que entre os portugueses, os indígenas e os negros não houve desentendimentos. Acreditamos que quando os portugueses deram as suas primeiras investidas na conquista do território brasileiro os índios que aqui se

¹⁵⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. Sangue de holandês no Nordeste. *A República*. Natal, 27 jan 1940. Acta Diurna.

¹⁵⁶ Id. *Geografia do Brasil Holandês*. p.44

encontravam os viram como um grupo estranho, isso porque esse era o ambiente em que eles viviam, a paisagem que eles conheciam e constituíam o seu universo e do qual se originou o seu modo de viver. Do mesmo modo, com estranheza, também foram vistos os holandeses, como estranhos que vinham ‘invadir’ um universo próximo e amigo. No entanto, os índios já estavam ‘familiarizados’ com os portugueses, considerando que estes chegaram primeiro. Ainda assim esse primeiro contato (tanto dos portugueses como dos holandeses) provoca diversas sensações no que Dante Moreira Leite define como o estranho e o conhecido. Segundo ele, “parece possível distinguir duas tendências fundamentais na reação ao grupo estranho: uma de admiração e aceitação, outra de desprezo e recusa”.¹⁵⁷ Ainda segundo ele, se de um lado se encontra o ‘conhecido’, em cujo grupo encontra segurança e bem - estar, no outro extremo o ‘desconhecido’,

“o estrangeiro provoca a nossa desconfiança, às vezes o nosso medo. Nem sempre entendemos os seus gestos e certamente não compreendemos a sua língua. Ele não se veste como nós, a sua fisionomia é diferente da nossa e não adora os nossos deuses.”¹⁵⁸

Nesse primeiro contato sempre é esperado que o outro nos entenda e nos aceite. Nisso talvez a língua desempenhe um papel fundamental, pois os homens não são capazes de falar perfeitamente mais de uma língua e só naquela aprendida na sua infância é capaz de expressar todas as formas de amor e ódio.¹⁵⁹ Talvez aqui se encontre a razão para Câmara Cascudo aludir que os índios e os negros entendiam melhor a língua dos portugueses. De fato, o português é mais fácil de ser compreendido do que o holandês.

Do modo como Câmara Cascudo narra o contato entre os portugueses e os nativos, deixa claro que houve apenas reações de admiração e aceitação. Por outro lado, entre os holandeses e os nativos houve desprezo e recusa. Podemos afirmar com certeza que houve ambas as reações tanto entre portugueses e nativos como entre estes e os holandeses e, posteriormente, entre esses e o negro. O português quando aqui chegou queria do índio ‘parceria comercial’, uma vez que os interesses portugueses voltavam-se ao comércio do pau-brasil, e com certeza o índio, movido pela curiosidade de receber em troca as ‘bugigangas’ oferecidas pelo europeu, aceitou. Mas em seguida o português exigiu a mão-de-obra,

¹⁵⁷ LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. p.15

¹⁵⁸ *Ibid.* p.15

¹⁵⁹ *Ibid.* p. 15

alteraram-se as relações, e o índio não aceitou essa missão docilmente. Mais do que a mão-de-obra foi exigido do índio que ele alterasse seus costumes quando foi obrigado, em alguns casos, a usar roupas e a adorar um deus que não era o seu, no processo de catequização.

Do mesmo modo o negro. Ele não veio ao Brasil espontaneamente, ao contrário, ele foi recrutado pelos senhores de engenhos como força de trabalho braçal quando o índio se mostrou incapaz de realizá-lo. Assim como o índio, essa missão não foi cumprida passivamente, nem antes dos holandeses chegarem às terras brasileiras, nem durante o domínio, nem tampouco depois de sua expulsão, como o próprio Câmara Cascudo relata: “para o negro o domínio holandês não excepcionou o sofrimento. [...] os holandeses fixaram amizades duradouras com os índios, mas com os negros não deram um chefe à altura de Henrique Dias, como os portugueses”.¹⁶⁰ Segundo os cronistas da época, os indígenas consideravam os europeus amigos ou inimigos, conforme fossem tratados: amistosamente ou com hostilidade. A referência de Câmara Cascudo sobre os holandeses fixarem amizades com os indígenas é para enfatizar as muitas alianças entre ambos, das quais falaremos mais adiante.

Nessa defesa de Câmara Cascudo duma relação amistosa entre os nativos e os portugueses inclui, em primeiro lugar, a inexistência de *xenofobia*, e em segundo, a existência de *xenofilia*. Para nós é difícil considerar que entre povos estranhos e distintos entre si seja possível um contato sem grandes desentendimentos, incluindo nesse termo a violência de uma maneira geral e no sentido do termo. Se adotarmos a definição de Dante Moreira Leite para *xenofobia* e *xenofilia* teremos então, no discurso de Câmara Cascudo, um português que abandonou seus costumes, seus valores e adotou novos, ou seja, adotou os valores do novo grupo. Nesse caso os portugueses seriam xenófilos. Segundo Dante a *xenofobia* caracteriza-se pela rejeição integral ao grupo estranho e seus costumes. O estranho é visto com desprezo e recusa. Ao contrário, a *xenofilia* caracteriza-se pelo desprezo ao seu grupo e seus padrões ao mesmo tempo em que se afirma a superioridade do grupo estranho e adotam-se seus valores. Nesse caso o estranho é visto com admiração e aceitação. Mas ainda segundo ele, é possível encontrarmos razões objetivas que justifiquem uma tendência ou outra. “É compreensível que o índio brasileiro, ao comparar seus instrumentos de trabalho com os utilizados pelo branco, acabe por aceitar esses últimos”.¹⁶¹ Ou ainda, “as situações novas [...] são atraentes e

¹⁶⁰ CASCUDO, Luis da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. p. 59.

¹⁶¹ LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. p. 17

provocantes: o novo ou o desconhecido parece, pelo menos durante algum tempo, mais belo e mais atraente do que o velho”.¹⁶² Talvez baseado nisso Câmara Cascudo queira justificar-se quanto à afabilidade entre os indígenas e os portugueses. Mas assim seria justificável, também, a afabilidade entre esses e os holandeses, e ele não o faz.

Ainda que pareça atraente, essa reação ao estranho provoca também o medo, mais ou menos intenso; em alguns momentos a reação pode ser de asco ou repugnância, principalmente com relação aos alimentos, muito embora Câmara Cascudo não comungue dessa opinião, pois para ele o português não teve nenhum problema quanto à alimentação estranha, muito menos asco ou repugnâncias, ‘ele come porque é onívoro, de cozinha copiosa e densa, o português fica anos e anos comendo o que se come, comendo e gostando’.¹⁶³ A atração e o medo, não apenas com relação à alimentação, mas em muitos outros aspectos, são tendências antagônicas, com aspectos positivos e negativos, que provoca resistência estética ou intelectual no outro, pois nem sempre corresponde a nossas expectativas. Mais se por um lado esse encontro pode provocar uma reação negativa, por outro pode revelar um aspecto positivo. Por exemplo, o estranho é sempre visto com preconceito, mas geralmente, atribuem-se a ele força extraordinária, habilidades acima do comum e traços fantásticos; se o estranho desperta reações profundas de medo, por outro lado desperta a curiosidade e o fascínio por algo que se queira descobrir ou experimentar.

Nas relações entre os sexos esse antagonismo se manifesta com mais intensidade e dramaticidade, é a busca pelo novo, pelo exótico, o amor sempre com uma parcela de ódio e vice-versa. A ambivalência da reação entre o estranho e o conhecido se revelando no contato entre os sexos opostos.¹⁶⁴ Isso não é surpreendente, pois justifica as tantas uniões entre indígenas e europeus. Isso tudo é compreensível, o que não é compreensível é Câmara Cascudo não fazer menção sequer a um possível antagonismo entre o português e o indígena. Entre eles só houve aceitação e admiração, um organismo perfeito. Dante defende: Mas “se em todos os seres humanos encontramos as duas tendências, (xenofobia e xenofilia - aceitação e admiração ou recusa e desprezo) algumas pessoas apresentam uma acentuação quase que exclusiva de uma delas”.¹⁶⁵ Será talvez daí que Câmara Cascudo busque justificativas para

¹⁶² LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. p. 16-7

¹⁶³ CASCUDO, Luis da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. p. 38

¹⁶⁴ LEITE, Dante Moreira. Op. cit p. 16

¹⁶⁵ Ibid. p. 17

afirmar que entre os indígenas e os holandeses não houve tamanha afabilidade como entre àqueles e os portugueses? Teriam herdado os holandeses a xenofobia enquanto os portugueses são predispostos a xenofilia?

O certo é que a adaptação tornou-se imperativa a partir da chegada dos primeiros europeus quando estes perceberam que para sobreviver nesse Novo Mundo era necessário muito mais do que a mudança nos seus costumes e nas suas crenças tradicionais. A força das armas que lhes garantiriam conquistas era inútil numa terra onde tomar espaço era fácil, difícil mesmo era sobreviver no território desconhecido. Assim as circunstâncias só apontaram um caminho: aceitar o costume local para através dele ter acesso ao conhecimento dos homens da nova terra. Eles descobriram que a guerra não era a via de acesso ao outro, mas sim estabelecer relações de parentesco com os nativos através dos casamentos. Assim, através da miscigenação se definiam seus costumes, criavam-se novas instituições e estabeleciam o modo de se relacionar com os outros povos e nações do mesmo modo que moldavam a identidade de seu povo. É dessa forma que apreendemos a relação entre os europeus, e os nativos nas terras brasileiras.

No entanto, do ponto de vista de Câmara Cascudo, essa relação que se definiu a partir da miscigenação, só foi possível com os portugueses, que possuíam ‘qualidades’ capazes de aceitar a miscigenação, possuíam o dom natural de adaptação em qualquer lugar que fosse, qualquer clima que fizesse. O holandês, ao contrário, era uma raça inferior e incapaz de resistir ao clima dos trópicos. Segundo Câmara Cascudo o Brasil Holandês fora colocado numa zona equatorial cuja temperatura oscila, de ‘sensível’ a ‘média’, entre 23,24 e 25 graus numa linha reta que vai de Natal até a Bahia deixando livre a região fresca dos brejos, das matas e do agreste sem o rótulo da aridez. Ainda assim o holandês não resistiria. O português sim. Esse é capaz de viver em Lisboa do mesmo modo que em ‘Bombaim, Tanger, Macau, Timor, Goa, Cabo Verde, Angola e Moçambique, trabalhando, produzindo e amando, indispensavelmente’. Câmara Cascudo sentencia sua verdade: “Na identidade climatérica os loiros e lindos homens de outras raças povoam os cemitérios ou vôm para a Europa, gemendo ou escrevendo memórias sinistras”.¹⁶⁶ Mas Câmara Cascudo acrescenta que o clima por si só não será fator preponderante para determinar no espírito do holandês a predisposição ao abandono do país, ‘o calor, a umidade, a sensação desconfortável de “hóspede”, um clima interior de renúncia

¹⁶⁶ CASCUDO, Luis da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. p. 35-6

seriam responsáveis pela inadaptação e da falência fisiológica'. Muito mais do que isso: “Não era possível apenas ao holandês manter seu Mundo sem a mestiçagem nos trópicos [...] o clima, por si só, predispõe mas não obriga”.¹⁶⁷ Era necessário o casamento mestiço para “uma assimilação psicológica ou a adaptação perfeita”.¹⁶⁸ Nesse aspecto, na opinião de Câmara Cascudo, os holandeses foram inferiores aos portugueses.

Para Câmara Cascudo parece não haver conflitos entre portugueses, índios e negros. Estes viviam sem conflitos, fraternalmente. Já é possível vislumbrar, antes mesmo que se faça a alusão, que o holandês veio ‘perturbar’ tão prestimosa relação. No seu discurso, o Brasil que o holandês encontrou, em 1630, era sustentado por

“uma base de produção trazida da Europa (pelo português? Não há referência a essa informação) e mantida pelo colono branco, mentor, proprietário, dono da festa social. Indígenas e negros estavam vinculados a um organismo funcional em plena ação, num plano desenvolvido e normal como a respiração e o amor”.¹⁶⁹

Essa metáfora usada por ele não deixa nenhuma dúvida de que uma era a consequência da outra, ou que ambas se completavam, cada uma com a sua importância. Havia uma pacificidade entre índios, negros e portugueses, constituidores do povo brasileiro. Embora seja perceptível que a superioridade do português, a sua facilidade de adaptação seja a grande responsável por esse organismo funcional tão perfeitamente desenvolvido. Em outras palavras, parece claro que se o português chegou aqui e não estabeleceu barreiras com relação ao desconhecido, ao novo o resultado só poderia ser esse.

Apesar da descrição da superioridade do português, em determinado momento do seu discurso Câmara Cascudo descreve o português que colonizou o Brasil como uma etnia mista, ou seja, o português não era um europeu puro no sentido da palavra. Segundo ele,

“cada grupo étnico era uma cultura, uma memória, uma projeção na nascente cultura brasileira, que era a miscigenação. Portugal é um tabuleiro de raças. Ali estavam todos os romanos, os celtas, os árabes e tudo isso veio para o Brasil, e naturalmente, logicamente, desse atrito a forma mais inesperada, e a força de concentração mantém os elementos perenes, mas o tempo vai diferenciando, aculturando todas essas coisas.”¹⁷⁰

¹⁶⁷ CASCU DO, Luis da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. p. 37

¹⁶⁸ *Ibid.* p. 37

¹⁶⁹ *Ibid.* p. 20.

¹⁷⁰ LIRA, Carlos. *Luis da Câmara Cascudo*. p. 22

Percebemos que, na opinião de Câmara Cascudo, foram essas as razões da fácil miscibilidade às terras e ao clima nos trópicos do Brasil.

Segundo Câmara Cascudo o interesse que moveu o holandês, primeiramente para as províncias da Bahia e depois para a de Pernambuco, tinha razões econômicas bem claras: “açúcar e permuta de manufaturas européias pelos produtos da terra, num simples comércio de trocas...”¹⁷¹ Na Capitania do Rio Grande, nos idos de 1633, o mérito para os holandeses com a Companhia das Índias Ocidentais, era a “fama da galaria possuída nos nossos campos [...] milhares e milhares de cabeças esperavam apenas quem as apanhasse e levasse [...] gado que minoravam em parte a fome e a escassez de gêneros reinante no Recife”.¹⁷² O gado foi a ‘característica’ do domínio, refere Câmara Cascudo. Segundo ele, Hermann Watjen em sua obra *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*, alude que o Rio Grande era o maior fornecedor de reses para o Recife, tanto para o corte como para trabalharem nos engenhos e nos carros. Câmara Cascudo acrescenta que, mesmo o Rio Grande sendo fornecedor de gado, não há registro algum que indique compra pacífica. Esse fornecimento se fazia pela violência da espada. O que Câmara Cascudo não acrescenta é que a Capitania do Rio Grande, durante o domínio holandês, era jurisdição da província de Pernambuco e, subordinado a ela, obedecia nos aspectos religiosos e econômicos, principalmente. Talvez isso explique o grande ‘fornecimento’ de gado ao Recife, sede do governo holandês.

Se o açúcar, a permuta de manufaturas e o gado foram as razões econômicas, qual seria o objetivo primeiro que moveu os holandeses para o Norte do Brasil? Na discussão de Câmara Cascudo, os holandeses queriam associações de comércio com intuítos evangélicos e financeiros: ensinar a bíblia e estabelecer relações com os entrepostos para o recebimento das curiosidades locais. O sonho do delineador do plano de conquista, não incluía “uma organização técnica de esbulhos e violência”.¹⁷³ Entretanto, durante o período que o holandês dominou o Norte do Brasil, ou o Brasil Holandês como alguns documentos preferem, em 24 anos, deixaram ‘histórias molhadas de sangue, de berro e de bestialidade, cenas selvagens e brutismo’. Câmara Cascudo alude que nas páginas de Calado, Brito Freyre, Rafael de Jesus, Dias de Santiago, Santa Teresa, Marquês de Basto, Lopo Curado Garro são férteis as cenas

¹⁷¹ CASCUDO, Luis da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. p. 14-15.

¹⁷² Id. *Os holandeses no Rio Grande do Norte*. p.3. e 28.

¹⁷³ Id. *Geografia do Brasil holandês*. p. 15

selvagens de depredação e brutismo narrando o massacre de Cunhaú. Assim Lopo Curado Garro escreve: sente-se “bafos acres de carnagem e matança que repugnam como uma visita a um açougue primitivo, asselando a opinião irada de Southey, inglês puro, correligionário mental de Cromwell, que dizia ser a crueldade a característica da presença política do Holandês...”¹⁷⁴ Essa opinião parece ser compartilhada por Câmara Cascudo, pois quando narra os ‘massacres’ de Cunhaú e Uruaçu repete, sem maiores argumentos, as mesmas cenas selvagens, manchadas de sangue e envolvidas pelo martírio, como veremos adiante. Para ele à história dos massacres narrada pelos cronistas acima referidos nada precisa ser acrescentado que já não tenha sido referido. Com isso ele deixa evidente que a narrativa histórica é uma seqüência de fatos que vão se agrupando e construindo uma verdade, como já demonstramos anteriormente.

Os termos berro, bestialidade, brutismo, usados por Câmara Cascudo, aproximam o holandês ao homem em seu estado ‘natural’, ou seja, o primitivismo. Na realidade não vemos o holandês como um primitivo, no sentido estrito da palavra, mais sim como um estranho que se deparou com um mundo novo, no qual teve que vencer obstáculos com o intuito de fundar um ‘Estado holandês’ e dominar o comércio do açúcar. Aqui ele encontrou, segundo Câmara Cascudo, “indústrias em pleno funcionamento, população dividida em classes, com distinções, hierarquias e hábitos hereditários...”¹⁷⁵ Aqui reza a visão aristocrática de Câmara Cascudo, na qual defende a colonização portuguesa como uma verdadeira aristocracia, um sistema social, na sua opinião, perfeito: “Dentro do possível, o senhor de engenho pernambucano de 1630 era um europeu por dentro, com capela privada, brasão d’armas nas pedras tumulares, escravaria, festas, vaidade do cavalo nos alardos da Milícia, aristocracia, fidelismo, compostura, sisudice”.¹⁷⁶ Esse discurso de Câmara Cascudo se explica pela sua posição social, como já colocamos anteriormente. Ele se identifica com o português, como membro de uma aristocracia, em cujo seio ainda são visíveis as distinções hierárquicas. Muito embora a sociedade em que vive e convive há muito tenha abonado os valores da aristocracia, ele ainda repete os antigos e hereditários costumes. É por tudo isso que ele absorve o holandês como um verdadeiro intruso, como alguém capaz de destruir um organismo tão perfeitamente construído.

¹⁷⁴ CASCUDO, Luis da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. p. 20-1.

¹⁷⁵ *Ibid.* p. 37

¹⁷⁶ *Ibid.* p. 22

O holandês, o 'conquistador', não apenas para sobreviver e se fazer notar, mas principalmente para cumprir seu objetivo aqui nos trópicos, o de posse da produção do açúcar nas capitanias do Norte, foi necessário enfrentar o outro, o português. É claro que no enfrentamento de portugueses e holandeses houve muitos berros, no sentido que o conhecemos, ou seja, o grito de uma pessoa para se fazer ouvir. Do mesmo modo, bestialidade, no sentido de brutalidade ou estupidez; e brutismo que também pode ser definido como brutalidade, foram as armas usadas pelo holandês para ganhar superioridade. Isso provavelmente também ocorreu com os portugueses em maior ou menor proporção. Câmara Cascudo acrescenta que o holandês não cumpriu o seu objetivo primeiro, de não usar a violência, mas sim estabelecer associações de comércio. O discurso de Câmara Cascudo defende a colonização portuguesa, ele não poderia de modo algum ver o holandês com outro objetivo nem com outra intenção senão como um inimigo cruel que veio perturbar a paz que havia nestas terras, explorar e extorquir os seus produtos naturais. Para tão almejada intenção a violência seria inevitável.

Nesse discurso o que Câmara Cascudo não se dá conta é que os valores naquela época eram outros. O que ele chama de extorsão, vilipêndio e rapinagem podem ser interpretados, para os valores daquela época, como sobrevivência, a forma encontrada pelos holandeses para se estabelecer nessa nova terra. Câmara Cascudo cai numa verdadeira contradição, pois ao mesmo tempo em que considera o holandês um violento, capaz de praticar extorsão, rapinagem, vilipêndio, entende "que o saque dos soldados holandeses e o butim geral para a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, fossem um meio aquisitivo normal, saldando as primeiras despesas do processo de instalação guerreira..."¹⁷⁷

Aqui, no Brasil, o holandês encontrou não apenas os nativos, mas encontrou também, um seu igual, o colonizador branco. Haveria disputas pelas posições de mando. Entre o colonizador branco e o holandês os valores eram os mesmos, ambos queriam dominar as terras do Brasil. Entre os holandeses, os nativos e os negros não haveria disputas mais haveria, por outro lado a superioridade do branco se impondo e exigindo destes não apenas a força de trabalho mas também lealdade e respeito. Mas sobre a violência que se presenciou no período em que o holandês dominou o norte do Brasil, - nos referimos apenas ao domínio holandês porque para ele foi unicamente nesse período que o Rio Grande sofreu violência - Câmara

¹⁷⁷ CASCUDO, Luis da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. p. 15

Cascudo acrescenta que há um fator que possivelmente contribuiu não apenas para a violência, mas para o insucesso do empreendimento da Companhia de uma maneira geral. Segundo ele, a composição das tropas designadas pela Geocroyerd para dominar o norte do Brasil “não tinham finalidades ideais ou patrióticas para com a entidade que as contratara. Eram homens de todas as nações, alemães, franceses, ingleses, polacos”,¹⁷⁸ com objetivos diversos. Perseguições religiosas ou políticas, dificuldades financeiras, ansiando encontrar no Brasil alento.

De fato, os holandeses que foram enviados ao Brasil não pertenciam apenas à Holanda. Entre as nações que compunham as tropas como dissemos há pouco, ainda se podiam encontrar escoceses e irlandeses. Nunca é demais acrescentar, que a Holanda em sua pretensão de empreendimento comercial aceitou homens de várias nacionalidades, homens sem ‘pátria’. Esses ‘apátridas’ não tinham ideais patriotas para com a Companhia. Pertencendo a diferentes religiões e com objetivos diversos, foram incluídos numa Companhia que tinha um objetivo tal. Esses homens ‘apátridas’ viram no Brasil um meio de escapar aos seus problemas. Os ‘contratados’, ao mesmo tempo em que não comungavam dos mesmos ideais da Companhia, dificultando o seu empreendimento, podiam adotar a rebeldia e não obedecer aos comandos superiores. Tantas diversidades étnicas, e de certo modo culturais e religiosas, podiam gerar violência, que segundo Câmara Cascudo num primeiro momento não se incluía nos ideais da Companhia.

Mas será que a diversidade étnica pode ser considerada fator preponderante para gerar tamanha violência para que Câmara Cascudo tome o holandês, etnicamente misto, como um violento? Ou será que apenas o fato dele ser holandês e não português é suficiente para que sobre ele pese as piores qualidades, os maiores defeitos e a inabilidade como colonizador? Não é de estranhar o fato do holandês – aqui estamos considerando o holandês que dominou o norte do Brasil, independente de ser ou não natural da Holanda – ter a mesma nacionalidade (européia) que o português e, no entanto, não possuir nenhuma de suas características? Claro que na sua cegueira lusitana Câmara Cascudo não admitiria jamais que ambos (portugueses e holandeses) tinham um interesse comum aqui nas terras brasileiras, o de extorquir as riquezas naturais da terra como a extração do pau-brasil, apossar-se da produção do açúcar, cuja produção em larga escala se dava pela adequação da matéria-prima - a cana-de-açúcar - ao

¹⁷⁸ CASCUDO, Luis da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. p. I 17.

solo brasileiro, e por último, implantar seus usos e costumes, entre eles a religião como um meio de facilitar as relações sociais. A vantagem maior dos portugueses sobre os holandeses, na nossa opinião, se constitui pelo simples fato dos portugueses chegarem primeiro, além de ficarem por mais tempo, e também por usarem outras técnicas para atingir os seus objetivos.

À maneira como Câmara Cascudo faz o seu discurso, na Capitania do Rio Grande o domínio se inicia de forma aparentemente pacífica, ou melhor, com as características da rendição, porém, à medida que ele alonga-se em seu discurso, essa mesma Capitania não ficou imune à violência holandesa. A tomada do Forte dos Reis Magos, narrada por ele é significativa. Segundo ele, diante da aproximação do ‘invasor’, o Capitão Mor, Pero Mendes de Gouveia recusou negociações, revelando todo o fidelismo devotado à Coroa Portuguesa, - para Câmara Cascudo esse fidelismo português não é de agora, obedece a padrões hierárquicos que vai passando de geração em geração - alegando negociar apenas com um seu superior. Mesmo sem o seu conhecimento uma carta subscrita por Sebastien Pinheiro Coelho foi trazida pedindo parlamentares. Houve negociações entre os capitães das naus holandesas e o mensageiro da carta, que dizia que os oficiais responsáveis pela carta estavam senhores do forte. Mandou-se salvo conduto e declarou-se armistício. Em seguida concluiu-se acordo de rendição. O Forte dos Reis Magos entrega-se sob condições nobres.

Essa versão da tomada do Forte, narrada tanto na *História do Rio Grande do Norte* como em *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*, não deixa dúvidas de que Câmara Cascudo é defensor do português em qualquer circunstância. Quando ele alega que o forte se rendeu sob condições nobres ele está dizendo que não houve vencedor ou vencido, ou seja, os portugueses ‘escolheram’ renderem-se, num gesto de nobreza que só eles detinham. Em momento algum Câmara Cascudo manifesta uma circunstância em que o holandês supere o português. Embora ele acrescente que na época, os cronistas que narraram sobre a tomada do Forte apresentassem posições diversas como a do Marquês de Bastos, por exemplo, que apontou Sebastien Pinheiro (assinante da carta) e Simão Pita Ordigueira, inimigo do Capitão do forte, como sendo seus traidores; Diogo Lopes de Santiago, Frei Rafael de Jesus e Robert Southey, na versão de Câmara Cascudo, acusaram a rendição como sendo fruto de entendimento criminoso, barganha, venda da praça, traição, do ardiloso Calabar, companheiro da expedição; Varnhagem, por outro lado, se posiciona contra essa tradição; Laet, no *Anais dos Feitos*, e o *Diário da Expedição*, ambos são omissos ao nome de Calabar.

As hipóteses que são colocadas por Câmara Cascudo para a rendição, são a falta de água e de víveres; as dunas que ficavam próximas do Forte facilitando a artilharia flamenga é outro fator determinante além da desproporção de 80 homens lutando contra 800 e o ferimento do capitão Mor. Todas as hipóteses colocadas por Câmara Cascudo, contribuem para confirmar, do seu ponto de vista, que o português era superior porque tinha uma visão nobre da guerra, que obedece a certos códigos de honra que os holandeses não obedeceram porque são facínoras, traidores. Embora ele coloque a deficiência em que se encontrava o Forte, acima disso, percebemos que na narrativa da rendição há uma demonstração dessa nobreza de espírito e de caráter tão natural nos portugueses e que aos holandeses passou despercebida. Na visão de Câmara Cascudo a hipótese do ferimento do capitão Mor anula todas as outras, ele considera a traição uma característica dos holandeses e não dos portugueses, essa atitude fugia aos princípios de fidelidade dos portugueses, aos quais ele acreditava todos corresponderem. Numa visão aristocrática era preferível morrer usando as armas e as táticas nobres da guerra do que cometer traição à Coroa.

Câmara Cascudo faz a narrativa da tomada do Forte tanto em *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*, como na *História do Rio Grande do Norte*, e na *História da Cidade do Natal*. Nesta última, há referência aos documentos que entabulam as negociações para a tomada do Forte. O primeiro deles dirige-se ao capitão Mor por parte dos invasores para “mostrar sua (dos holandeses) superioridade evidente, a infalível rendição do Forte, sem água, sem reforço, sem defesa prolongada, terra e mar sob a força da G. W. O.”¹⁷⁹ Outro documento citado trata da resposta do Capitão declarando sua fidelidade a coroa portuguesa:

“... V. Excia. deve saber que este forte foi confiado à minha guarda por S. M. Católica e só a ela ou a alguém de sua ordem posso entregar e a mais ninguém; preferindo perder mil vidas a fazê-lo, e do mesmo espírito se acham meus companheiros, achando-nos bem providos de todo o necessário”.¹⁸⁰

Um outro, e não de menor importância é a carta que pede a negociação para a entrega do Forte. “Declaro que este contrato é feito por todos os oficiais e soldados do Forte porquanto o capitão–mor jaz demasiado gravemente ferido para fazê-lo”.¹⁸¹ Um quarto

¹⁷⁹ CASCUDO, Luis da Câmara. *História da cidade do Natal*. p. 63.

¹⁸⁰ *Ibid.* p. 63.

¹⁸¹ *Ibid.* p. 64

documento citado por Câmara Cascudo é o que trata do encontro de Ceulen, Bijma, Clopenburch e Carpentier com Pero Mendes, já no Forte. Assim ele se manifesta:

“... Penetramos no Forte à frente da nossa gente, e nos dirigimos a visitar o capitão-mor que jazia ferido, e muito se nos queixou de haverem os seu soldados assim entregue o Forte contra a sua vontade, retirando furtivamente à noite as respectivas chaves de debaixo da sua cabeceira, estando ele resolvido a morrer a serviço do rei”.¹⁸²

O que chama a atenção nessa narrativa é a não referência à fonte provedora dos documentos supracitados. Deduzimos serem do *Diário da Expedição*, pois segundo Câmara Cascudo é quem registra para a ‘História’ a posição do capitão-mor quanto à rendição do Forte, ou seja, esse último documento transcrito foi do *Diário da Expedição*, mas e os outros? Câmara Cascudo não dá nem um parecer. Acreditamos serem todos da mesma fonte, a qual Câmara Cascudo considera irresponsável em sua veracidade por se tratar de um depoimento do inimigo. O *Diário da Expedição* foi escrito por mão inimiga, ou seja, flamenga, assim, do ponto de vista discursivo de Câmara Cascudo não é de todo confiável, até porque os cronistas da época não negaram ao vencido (o Forte) as honras de uma resistência. Nossa pergunta é, se estes documentos tivessem sido escritos por mão portuguesa, qual seria a posição de Câmara Cascudo? Não há versão portuguesa sobre tal negociação, pelo menos, não até onde vai nosso conhecimento, entretanto, não temos nenhuma dúvida de que a posição dele era de total credibilidade uma vez que ele defende um discurso português ao se posicionar como inimigo dos holandeses 300 anos depois do domínio destes. Nunca é demais ressaltar, que na verdade, Câmara Cascudo considera os documentos holandeses inverídico porque ele assume o discurso dos documentos portugueses, o ponto de vista dos portugueses nesses documentos.

Mais o que levou Câmara Cascudo a citar esses documentos apenas na História da Cidade do Natal? Talvez para evitar a repetição. Mas a repetição é uma característica tão sua que é difícil assegurar esta hipótese. A resposta a essa questão é que ele escolhe um documento tal que dê sustentação ao seu discurso. E o seu discurso luso brasileiro se sustentará apenas naqueles documentos que possuem versões ‘confiáveis’, que na opinião dele seria a portuguesa. Daí porque quando faz referência aos documentos em seguida acrescenta que não são verossímeis. O seu discurso deixa claro que a história é uma seqüência de relatos

¹⁸² CASCUDO, Luis da Câmara. *História da cidade do Natal*. p. 64

que se completam formando um todo ‘verdadeiro’ ao qual o pesquisador acrescenta fatos que ele acredita possam preencher as possíveis lacunas deixadas pelas pesquisas anteriores. Assim quando Câmara Cascudo narra a tomada do Forte deixa transparecer que esta foi de fato pacífica. Entendemos essa atitude como um recurso para acentuar a plasticidade do português, assim como a sua capacidade maleável e de fácil transformação, ou ainda a capacidade de adaptar-se a diversas situações, sem contar que, para Câmara Cascudo, os portugueses possuíam ‘nobres’ táticas de guerra, que permitiam a esses uma nobre rendição ao invés de lutar usando as mesmas ‘armas’ do inimigo.

Essa narrativa pacífica de Câmara Cascudo, da tomada do Forte pelos holandeses, não combina em nada com a narrativa de todo o período do domínio, principalmente a narrativa ‘sangrenta’ dos massacres ocorridos na Capitania do Rio Grande durante o domínio. Ferreiro Torto, Cunhaú e Uruaçu passam para a História como manchas de sangue. Isso se explica porque no discurso de Câmara Cascudo, nos massacres descritos por ele, a ‘vítima’ era o português, enquanto o holandês era o invasor, o traidor, o facínora, o usurpador, que matava pelas costas, por isso, não se podia esperar outra coisa que não cenas de extrema violência. Segundo Câmara Cascudo após a invasão da Capitania do Rio Grande pelos holandeses formaram-se vários núcleos de resistências no interior. O primeiro a ser enfrentado, numa verdadeira ‘caçada humana’, foi o de Ferreiro Torto, um engenho, que segundo Câmara Cascudo, teve poucos anos de vida funcional, pois em fevereiro de 1614 ainda não existia e em maio de 1630 já não mais produzia. Câmara Cascudo considera o ataque a Ferreiro Torto “o primeiro núcleo armado resistindo ao invasor e também a primeira experiência dos métodos catequistas empregados pela Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, pela mão de um oficial e o auxílio do grande Janduí, comandante da tropa colonial...”¹⁸³ Segundo a narrativa de Câmara Cascudo, dois dias depois da tomada do Forte pelos holandeses foi enviada uma patrulha para explorar o interior da Capitania, caindo sobre um engenho, julgadamente, o Ferreiro Torto, mataram seu proprietário, Francisco Coelho, a mulher, seus cinco filhos e mais sessenta pessoas que se achavam no local. Para ele essa é a versão que a ‘História lembra’.

¹⁸³ CASCUDO, Luis da Câmara. *Os holandeses no Rio Grande do Norte*. p. 15

Mas para esse acontecido de Ferreiro Torto Câmara Cascudo diz que há outra versão, a qual ele chama a versão flamenga da matança em Ferreiro Torto. Segundo ele, Joannes de Laet

“cita essa expedição dos janduis e batavos a 10 de março mas os encontros diferem da ‘História’ sabida de Francisco Coelho, mulher, filhos e amigos. Deparam os portugueses e indígenas numa casa, em número de 240 homens, e houve luta. Morreram três portugueses e um negro. Andaram um pouco adiante e, exaustos, ‘voltaram à dita casa, donde expeliram o inimigo, para descansar ali um pouco. Regressaram a 13 ao Forte. Esta é a versão flamenga da matança em Ferreiro Torto.”¹⁸⁴

Observamos que para Câmara Cascudo o fato de Laet não citar o nome do engenho e não falar nominalmente nas vítimas deixa dúvidas sobre a sua versão e por isso difere da História que se conhece e que se sabe. Em seguida ele acrescenta que a História lembra sem precisar dia, os nomes, enquanto Laet faz referência ao dia, mas não diz de quem era a casa assaltada, quem era o inimigo nem muito menos quem foram as principais vítimas. Para Câmara Cascudo esse é um detalhe significativo que a História não esqueceu. Mais uma vez aqui notamos, a crítica apenas aos documentos holandeses, numa demonstração de que só os documentos de origem portuguesas são totalmente confiáveis, e assumindo, como não poderia deixar de sê-lo, o discurso desses documentos.

Câmara Cascudo toma a História, ainda, como uma narrativa fixa, um passado recuperado numa seqüência de detalhes que vão passando de narrativa em narrativa em cuja interpretação aparece a ‘verdade’ e só a verdade, de um modo que qualquer fato novo, que de algum modo não corresponda à narrativa já cristalizada, é visto com desconfiança e muitas vezes com desprezo por ser considerado inverossímil. Nessa interpretação da História já sacralizada não há espaço para suposições, hipóteses, ou novas interpretações, muitas menos para outras versões, há apenas a ‘verdade’ e nessa verdade são acrescentados os fatos que ele considera verdadeiros. Essa ‘verdade’ corresponde apenas a um dos lados do conflito narrado por ele. Na versão do domínio holandês há crítica aos documentos holandeses. A versão sacralizada por ele é a dos documentos portugueses, o que não é criticado é o discurso desses documentos. Como já enfatizamos essa posição reflete um pensamento romântico que destoa, completamente, de uma narrativa que se apóia em argumentos positivista, como já colocamos.

¹⁸⁴CASCUDO, Luis da Câmara. *Os holandeses no Rio Grande do Norte*. p.14

Depois de Ferreiro Torto foi a vez de Cunhaú, um engenho que atuava desde 1604 como centro de produção industrial da Capitania. Esse engenho sofreu vários assaltos e confiscos até que foi palco do massacre tido pelos historiadores (Câmara Cascudo não cita quais) como o mais violento e cruel. Ele descreve:

“Em 15 de julho de 1645 Jacob Rabi chegou com um bando de janduis chefiados por Jerereca, filho do rei Jandui. Convocou os moradores para uma reunião tranqüila depois da missa dominical. Nesse domingo 16 de julho de 1645, na hora da elevação da hóstia, Jacob Rabi, mandou a indiada invadir a capela e matar a todos os devotos ajoelhados e contritos. Sucumbiram todos”.¹⁸⁵

Segundo Câmara Cascudo, todos foram trucidados. O massacre de Uruaçu se deu no mesmo ano, em setembro e sob as mesmas ordens de Jacó Rabi. Logo após o massacre de Cunhaú alguns colonos portugueses, mulheres, filhos e escravos reuniram-se nas margens do rio Potengi, erguendo uma defesa murada de madeira rústica, quando Jacó Rabi apareceu liderando um grande grupo de indígenas, exigindo as armas e a rendição de todos e abandono do local. Rabi foi repellido e houve luta. Os colonos diante da teimosia de Rabi responderam que as armas eram usadas para conter os selvagens e não para combater os holandeses, pois tinham destes a garantia de vida e fazendas. Os colonos se rendem quando Rabi ameaça usar um canhão e invoca a égide do Príncipe de Orange e dos Estados Gerais e garantiu afastar os indígenas. Alguns reféns foram conduzidos ao Forte e, dias depois esses prisioneiros, retornaram a Uruaçu onde foram executados com refinamentos de tortura.¹⁸⁶

Todo o discurso de Câmara Cascudo sobre os massacres ocorridos na Capitania do Rio Grande do Norte se sustenta na violência. As frases que ele cita são significativas para confirmar, na sua opinião, esse ‘regime de terror e morte’: Cunhaú

“é terra ensopada de guerra e guardando recordações inapagáveis do domínio flamengo.”¹⁸⁷ O massacre de Uruaçu ficou conhecido como uma “história terrível, de anatomia dolorosa e de traição inominável, [...] sacrificaram Matias Moreira, a quem tiraram o coração pelas costas e o mártir ainda gritou: - Louvado seja o Santíssimo Sacramento!”¹⁸⁸

¹⁸⁵ CASCU DO, Luis da Câmara. *Os holandeses no Rio Grande do Norte*. p. 33.

¹⁸⁶ *Ibid.* p.48

¹⁸⁷ *Ibid.* p. 34-35.

¹⁸⁸ *Ibid.* p. 48.

Ao mesmo tempo em que Câmara Cascudo sustenta um discurso defendendo a violência holandesa ele reconhece que em algum momento houve, por parte dos holandeses, uma reação negativa ou mesmo antipática sobre esses massacres violentos, principalmente, o de Uruaçu:

“Para os próprios flamengos a repercussão foi tremendamente antipática. Num dos panfletos mais conhecidos, o BRASILSCHE GELT-SACK (‘A Bôlsa do Brasil’, 1647), lê-se: _ no Rio Grande não foi bem feito que se matassem os portugueses pelos tapuias, comandados por um vagabundo imprudente, Jacob Rabi, que antes teria merecido a fôrca do que um comando? Que se tomassem aí alguns em refém, levando-os para o castelo, depois tirá-los e matá-los friamente? Tal foi quase de se revoltarem [...] Bullestraten estava no Rio Grande; não poderia a sua sabedoria, ao imaginar tal coisa, imaginar que nos havia de trazer prejuízo?”¹⁸⁹

Nesse discurso, cujo subsídio Câmara Cascudo busca no relatório de Lopo Curado Garro, escrito a partir das narrativas dos sobreviventes, percebemos um fundo de matiz religioso. Os mártires, como ficaram conhecidos todos aqueles que morreram nos massacres, eram colonos portugueses. Suas mulheres, filhos e escravos, naturalmente, deviam ‘obediência religiosa’, respeitavam a religião, os usos, os costumes e os mandamentos dos portugueses. Os portugueses eram católicos, enquanto os holandeses eram da religião reformada, seguindo os ensinamentos de Calvino e Lutero, outros ainda eram judeus, esse encontro de religiões, ou poderíamos chamar esse choque religioso, foi o suficiente para desencadear muitos conflitos. Por um lado, os portugueses queriam catequizar os nativos como um meio destes se tornarem mais dóceis e mais obedientes. Por outro lado, os holandeses também queriam a ‘obediência religiosa’, o respeito aos usos e costumes. Estando os portugueses já há algum tempo no Brasil, possivelmente, os colonos e seus familiares deviam alguma obediência e respeito a esses. Assim, o domínio holandês representou também uma tentativa de domínio a essa obediência e a esse respeito. Querendo o holandês ser, a partir de então, o senhor não apenas da Terra, mas também dos que a habitavam elevou a voz e, no momento que não se fez ouvido, deixou cair sobre todos a sua ira, matando e sacrificando-os. Na opinião de Câmara Cascudo todos os que morreram foram considerados mártires. Entendemos que ele pensa assim por acreditar que foram atormentados, que morreram sustentando a fé cristã;

¹⁸⁹ CASCUDO, Luis da Câmara. *Os holandeses no Rio Grande do Norte*. p. 48-49..

defendendo suas crenças ou suas opiniões; morreram com grande sofrimento, afligidos, se achando traídos porque os holandeses haviam dado garantia de vida e fazendas. Morreram sem lutar, desarmados como estavam.

A defesa de Câmara Cascudo em nome dos ‘mártires’ é perceptível porque ele é defensor dos portugueses e da religião destes. Sendo católico, é claro que o seu discurso é em nome do catolicismo, de suas práticas, de seus usos e costumes. Quando ele narra o massacre enfatizando que ocorreu na hora da missa dominical, na hora da elevação da hóstia, todos os devotos de joelhos e contritos, está significando os valores do catolicismo, sua crença fervorosa. O massacre torna-se mais real quando o massacrado possui as mãos limpas – sem armas - e se entregá puro, de corpo e de alma, ao inimigo, àquele não católico, sobretudo, quando o ‘mentor’ desse morticínio é um judeu. Em se tratando de um judeu o choque religioso é ainda maior. Numa visão católica, Câmara Cascudo concebe o Brasil, nessa década de 40, ainda, como se este fosse dividido, hierarquicamente, em estamentos, como se Deus tivesse disposto as pessoas em distintos lugares sociais, numa ordem em que cada um tivesse que segui-la verticalmente. Assim ele compreende o domínio holandês. Nesse Brasil hierárquico e católico (pois foi ‘fundado’ pelos portugueses) aqueles que contrariassem essa ordem eram visto como subversivos. Na visão de Câmara Cascudo, o holandês quando chega ao Brasil, ele o encontra dividido desse modo. Os contratados pela Companhia das Índias Ocidentais, além de não pertencerem a uma mesma etnia, não comungavam a mesma religião, e desse modo não obedeciam a uma hierarquia social.

Essa visão de Câmara Cascudo é ainda uma visão clássica da história, baseada na rigidez dos estamentos feudais por volta do século X. Nessa sociedade a mobilidade social verticalizada era praticamente inexistente. A ideologia da Igreja, grande proprietária de terra na Europa Ocidental, estava diretamente interessada na manutenção das relações servis. Pregava que a existência de senhores e de servos era absolutamente normal em uma sociedade cristã e que os servos deviam obedecer a seus senhores. A infidelidade e a rebeldia eram pecados mortais. O bispo Adalberon de Laon (século XI) dizia: ‘Nobreza, clero e servos formam um só conjunto e não se separam. A obra de um permite o trabalho dos outros dois, e cada qual, por sua vez, presta apoio aos outros.’ A nobreza (proprietários de terra), o clero e os servos, ou os *belalatores*, *oratores* e *laboratores*, palavras latinas que designam ‘guerreiros’, ‘oradores’ e ‘trabalhadores’, eram os principais estamentos dessa sociedade. Câmara Cascudo

transporta esses mesmos valores para o período do domínio holandês. Essa visão de uma sociedade com valores hierárquicos foi criada a partir do momento em que ele adota os portugueses (porque esses eram valores portugueses) como colonizadores do Brasil.

No discurso de Câmara Cascudo divulgado no artigo de 1º de março de 1946, no jornal *A República*, o ‘mentor’ dos massacres ocorridos na Capitania do Rio Grande, Jacó Rabi, é de nacionalidade alemã, do condado de Waldeck, portanto, judeu. Veio para o Brasil com o conde João Maurício de Nassau em 1637. Câmara Cascudo o vê como um homem

“valente e astuto, cruel e sem escrúpulos, saqueador e mandante de assassinatos, é a figura mais sinistra e repelente do domínio holandês no nordeste brasileiro, denegrida e acusada por todos os historiadores de seu tempo. Não há exemplo de uma defesa nem de uma atenuante ao Rabi. Todos são promotores nesse processo de história e o homem é um réu de crimes incontáveis. [...] O Conselho Político designou Jacó Rabe para ser o guia, o mentor, o representante político junto aos Janduis, cariris que eram aliados aos holandeses. Rave desempenhou-se admiravelmente deste papel. Em vez de elevar os cariris ao seu nível mental, tomou para si a mentalidade do Jandui, matando, assaltando, saqueando, com a naturalidade de um ato fisiológico.[...] Vivia em companhia de indígenas, tendo vida igual à dos cariris pagãos. Estes adoravam-no como a um ser superior. Bestial e cupido para todos, Rabi era todo bondade e tolerância para os Janduis. Estes eram doidos por ele.”¹⁹⁰

Observamos que Câmara Cascudo se refere ao mentor dos massacres como Rabi Rabe ou Rave, porque, segundo ele, o nome possui muitas grafias. Porém, o que mais chama a atenção, em Câmara Cascudo, não é o nome do mentor dos massacres, mais sim sua nacionalidade, a qual Câmara Cascudo atribui atos cruéis e violentos. A crítica a Jacó Rabi se faz por este representar o judeu, o cruel, o usurpador. Estas qualidades permitem a Câmara Cascudo criar em torno dele um discurso violento ao lhe atribuir adjetivos que expressam toda a antipatia que um católico pode sentir por um judeu. Ele é capaz de deduzir até o pensamento de Rabi: “com seus janduis, rebentada a revolução de julho de 1645, dirigida por João Fernandes Vieira para expulsar os holandeses, Rabi voou em defesa dos interesses dos intrusos. A forma mais fácil que lhe passou pela cabeça foi conter os colonos pelo pavor. Vencer pelo medo.”¹⁹¹ Percebemos que Câmara Cascudo atribui à ausência de escrúpulos e à crueldade de Rabi a principal causa dos massacres. Ele só nega a participação deste no

¹⁹⁰ CASCUDO, Luis da Câmara. Jacó Rabi. *A República*, Natal, 1 mar 1946. p. 3.

¹⁹¹ *Ibid.* p. 3.

CONCLUSÃO

matéria da escola médica

O discurso produzido por Câmara Cascudo sobre os holandeses na capitania do Rio Grande, no final da década de 40, confirma a sua identificação com uma matriz de pensamento teórica e positivista desenvolvida por produtores culturais vinculados direta ou indiretamente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Confirma também a cristalização e a perpetuação de um discurso que privilegia a narrativa pura e simples e a idéia de que essa narrativa é a história, e que a ela basta acrescentar os fatos que foram revelados com a sua pesquisa, ou então, os fatos que ele acredita serem verdadeiros e retirar aqueles que considera inverídicos.

Apesar de Câmara Cascudo se identificar à postura positivista e conservadora defendida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, notamos que, ao longo do seu discurso, ele defende, mesmo que sucintamente, concepções românticas, no momento em que se posiciona apenas de um lado num conflito. Isso fica evidente quando ele assume o discurso dos portugueses e defende os documentos desses como os únicos passíveis de conter a verdade. Nesse caso, há uma crítica apenas aos documentos de um dos lados, do lado holandês. Enquanto, o positivista está comprometido em "revelar a verdade e só a verdade", Câmara Cascudo, no entanto, está comprometido em revelar a verdade na qual ele acredita. Ele acredita que há 'verdade' apenas nos documentos portugueses, a versão sacralizada é a dos documentos portugueses, sobre esses não há críticas.

Essa posição de Câmara Cascudo pouco acrescenta às mudanças que se verificaram a partir do final da década de 30, quando da tentativa de se escrever uma nova história para o Brasil. Essa nova história tinha o objetivo de rememorar o passado a partir dos novos questionamentos historiográficos. A idéia era reescrever a História do Brasil, a partir do resgate do passado e dos elementos que lhe garantissem uma identidade. Os historiadores são chamados a escrever essa nova história do Brasil. Nesse resgate do passado surgiram muitos elementos que, até então, não eram pensados como colaboradores para a construção de uma identidade brasileira, como os negros e os índios, assim como as especificidades históricas de

a nova história da América 30

com o caso da TN e do... a 22...
Anais!

e...
...
3

(7)

cada região, para o que muito contribuíram os institutos históricos dos Estados. Nesse aspecto o discurso de Câmara Cascudo significou mais do que a construção de uma versão do passado, significou, também, a abordagem de um evento em particular, o domínio holandês na capitania do Rio Grande. Na construção desse discurso ele tentará buscar uma identidade local ao resgatar elementos que ele acredita sejam peculiares apenas ao Rio Grande do Norte. Podemos verificar isso no momento que ele constrói o seu discurso na contramão do discurso pernambucano.

No entanto, Câmara Cascudo aborda o passado de um modo muito particular, muito conservador. Essa postura conservadora é resultante de um tempo e lugar social. Embora na década de 40 já se notassem os sinais das mudanças e das renovações no campo da historiografia brasileira, Câmara Cascudo ainda estava preso às concepções eruditas e conservadoras a partir das quais fora educado. Um método que buscava dar conta de uma gama muito grande de conhecimentos espalhados por muitos campos. A partir dessa visão, Câmara Cascudo acreditava que “o povo não sabe que sabe”, desse modo cabia a ele recuperar e registrar tudo aquilo que escapa à “ignorância” do povo. Ele “sabia” o que deveria ser dito e como; o que era digno de ser lembrado e porquê. É assim que é construído o discurso sobre o domínio holandês. Ele acreditava está escrevendo a “verdade” sobre esse acontecimento. Uma verdade que o povo desconhecia, daí porque ele relata os episódios do domínio imprimindo a eles sua visão, sem, no entanto, expô-los a uma crítica historiográfica.

Essa produção de Câmara Cascudo não estava embasada nas abordagens teóricas e metodológicas em voga no seu tempo. Como historiador ele não praticou o argumento crítico das fontes históricas e do estilo científico preestabelecido. Confortável nessa posição afirmava ter descoberto a tempo o perigo de se filiar a uma corrente ou a um pesquisador. Desse modo, o seu discurso é mais do que a leitura de um tempo e um lugar social é, sobretudo, uma prática individual, da qual ele se orgulha por ter resistido a “influências” alheias que pudesse interferir na sua preferência. Quando ele escreve o discurso sobre o domínio holandês, alheio às transformações historiográficas que ocorriam a sua volta, e explica do seu modo, os fatos, ele está assumindo um discurso singular e extemporâneo.

Apesar da sua participação nos movimentos de renovação cultural que se desenvolveram na década de 20, como o modernista e o regionalista, e do papel de intermediador cultural entre o Rio Grande do Norte e o eixo Rio - São Paulo - a seara onde se

o que é sempre assim?

Câmara Cascudo reinterpretou a história segundo as suas necessidades (políticas, econômicas e sociais) e a sua forma particular de relacionar o passado e o futuro marcando seu lugar social, sua 'data' e, principalmente, sua pessoa.

Emprestando as palavras de José Carlos Reis, ^{este?} ele afirma ^{quando} que as alterações no processo histórico alteram, também, as interpretações da história, exigindo uma constante reinterpretação do passado pelos historiadores a partir de uma atribuição de sentido aos eventos históricos, Câmara Cascudo não alterou a sua maneira de interpretar a história e continuou escrevendo baseado em teorias e metodologias ultrapassadas, tendo a sua visão condicionada, pela produção histórica, como moderna, conservadora, ou ainda, retrógrada.

Para os estudos futuros que se proponham a analisar o discurso de Câmara Cascudo sobre o domínio holandês na capitania do Rio Grande que atentem para o fato de que ele o produziu imprimindo os valores de sua época para a interpretação dos embates entre holandeses e portugueses e, por isso, enfatiza que os valores dos portugueses eram superiores ao dos holandeses. A sua visão luso-brasileira, católica e elitista, que ainda se conservava na década de 40, só permitiria produzir um discurso com essas características. Essa visão era sustentada por valores que a sociedade em que ele vivia ainda conservava, como já colocamos.

De modo geral, acrescentaremos que a análise do discurso de Câmara Cascudo permite a compreensão de que a produção do seu discurso mais do que uma forma pessoal de interpretar o passado e o futuro é resultante da sociedade na qual ele estava inserido.

uma coisa mais?

p. 334

o pessoal
é resultante
da sociedade em
que vive?
(continua p. 35)

p. 43 - nota a história - sempre
história
história

(1-76)

p. 69 implicação? ironia?
p. 70: fórmula de interpretação

revisão
e (fórmula)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

A República, Natal, 1940 e 1946.

Diário de Natal, Natal, 1998.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo*. Mimeografado.

ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. *Modernismo: anos 20 no Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 1995.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olímpio, 1950

Id. *História da cidade do Natal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Id. *História do Rio Grande do Norte*, Rio de Janeiro: MEC, 1955.

Id. *Ontem: maginações e notas de um professor de província*. Natal: Imprensa universitária [s.n.] 1972.

Id. *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*. [s.n.] edição do departamento de educação.

DIAS, Margarida dos Santos apud COSTA, Marconi Silva da. *O movimento de 1817 na historiografia clássica norte riograndense*. 1999. Monografia (Graduação em História) - UFRN - p. 26

FERREIRA, Sônia Maria Fernandes. *De como Câmara Cascudo se tornou um autor consagrado*. 1. ed. Natal: Clima, 1986.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. 46. ed. São Paulo: Ed. Global Gaia, 2003.

GICO, Vânia de Vasconcelhos. *Luis da Câmara Cascudo: itinerário social de um pensador*. 1998.

Tese (doutorado em Ciências Sociais) – PUC, São Paulo.

GOMES Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, Luis da Câmara Cascudo: sua vida e sua obra. Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1969,

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1999.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 5. ed. São Paulo. Editora Ática. 1992.

LIMA, Diógenes da Cunha. *Natal: biografia de uma cidade*. Rio de Janeiro: Ed. Lidador, 1999.

LYRA, Carlos. *Luis da Câmara Cascudo: depoimentos*. Natal: EDUFRN, 1999.

MELO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana* ed. rev. e aum. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELO, José Antônio Gonsalves de. *O tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 3. ed. aum. Recife: Editora Massanga, 1987.

MELO, Luiz Gonzaga Cortez. de. *Câmara Cascudo. O jornalista integralista*. Natal: CCHLA/UFRN, 1995. (coleção humanas letras).

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil. (1920-1945)* São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL. 1979.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: 1934-1974*. 8. ed. São Paulo. Ática, 1994.

OLIVEIRA, José Américo de. *Viagem ao universo de Câmara Cascudo: tentativa de ensaio bibliográfico*, Natal: FJA. 1969

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) *O Discurso Fundador (A formação do país e a construção da identidade nacional)* Campinas, SP: Pontes, 1993.

PATLAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques (Dir) *A História nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História: Representações*. São Paulo, ANPUH: Contexto, v.15, n. 29, 1995.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*. 5. ed. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2002.

VELOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional - estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.